



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CHARLES DOS SANTOS

**De pai para filho: um estudo da formação e produção
antropológica do trabalhador canavieiro alagoano**

**São Carlos/SP
Fevereiro de 2013**

CHARLES DOS SANTOS

**De pai para filho: um estudo da formação e produção
antroponômica do trabalhador canavieiro alagoano**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

São Carlos/SP
Fevereiro de 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S237pf

Santos, Charles dos.

De pai para filho : um estudo da formação e produção antroponômica do trabalhador canavieiro alagoano / Charles dos Santos. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
130 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Sociologia do trabalho. 2. Alagoas. 3. Sistema de moradas. 4. Exploração-dominância. 5. Trabalhadores rurais. 6. Sociologia rural. I. Título.

CDD: 306.36 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Charles dos Santos

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Prof.ª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Vice-Coordenadora do PPGS

Ao tio Rosival, ex-cortador de cana, ex-irrigante, ex-pulverizador de herbicida. Morto em acidente envolvendo um desses ônibus precários que transportam os trabalhadores canavieiros em Alagoas. Naquele dia o seu não chegou ao eito.

Agradecimentos

Agradecer é algo prazeroso e ao mesmo tempo difícil. Prazeroso por ser a ocasião de citar pessoas que direta ou indiretamente, com a sua prodigalidade, acabaram ajudando na confecção deste trabalho. Difícil pelo fato de, agradecendo, correr o risco de não mencionar alguns companheiros e companheiras que tiveram também uma importância capital.

Quero, no entanto, expressar a minha sincera gratidão a todas e a todos que colaboraram comigo não só nos últimos dois anos, mas também nos anos anteriores, dando-me força e encorajamento para chegar até esta fase tão marcante da minha vida.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe, Maria Nazareth. Mesmo sem saber ler e escrever, esta ex-agricultora de sorriso fácil e conversa envolvente imprimiu em nós seus filhos o gosto pela leitura e pelo aprendizado. Mulher batalhadora e cheia de sonhos, fez com que eu acreditasse na mudança, tanto a da pessoa quanto a da realidade social que nos envolve. Ao partir deste mundo deixou um tanto de saudade que daria para encher umas duas lagoas.

Agradeço à minha avó Maria Loreço e à minha tia Zefinha. Sem seus amparo e dedicação dificilmente eu estaria aqui; nos momentos de agonia foram as suas palavras e gestos de carinho e solidariedade que me ajudaram a seguir lutando.

Aos amigos de longa data Luiz Carlos, Arenato Santos, Bruno Gabriel e Ana Rosa. Não tenho palavras para expressar o quão sou grato pelo apoio que têm me dado nos últimos anos.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Aos amigos da minha turma de mestrado e demais mestrandos e doutorandos, que me ajudaram a crescer como ser humano e como profissional; aos professores e professoras, que de uma forma ou de outra colaboraram com a minha pesquisa e a minha formação de modo geral; e às técnicas, funcionárias e estagiárias que com a sua dedicação e disponibilidade me auxiliaram em vários momentos.

Agradeço de coração à Adriana Novais, Lúcio Vasconcellos, Sheley Almeida, Bernadete Maia, Marcia Malcher, Gabriel Madureira, Rossana Marinho, Renata Casonato e Thiago Ramos. A convivência com os mesmos me trouxe alegrias que irei recordar com bastante desvelo.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa/CNPq Terra, Trabalho, Migração e Memória; os encontros e discussões que tivemos me ajudaram sobremaneira a interpretar e reinterpretar a realidade social, econômico-política e cultural que me propus a analisar. Meu muito obrigado à Juliana Dourado, Juliana Guanais, Beatriz Medeiros, Lúcio Vasconcellos (novamente), Carolina Vecchia, Lúcia Cavalieri, Carmen Andriolli, Tainá Reis, Leonardo Reis, Aline Hasegawa, Alice Peres e José Jaime Júnior.

Também agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, com quem fui a campo em algumas oportunidades em Alagoas e que me ajudaram com sugestões, críticas e leituras conjuntas. À professora Dra. Alice Anabuki Plancherel, ao professor Me. Cícero Ferreira de Albuquerque, aos mestrandos Márcio Yabe e Allan Queiroz e aos graduandos João Paulo e Rosa Maria meus sinceros agradecimentos.

A todos aqueles trabalhadores que se dispuseram a conversar comigo durante a pesquisa empírica nas cidades de Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL. Seus relatos não só me ajudaram a construir a narrativa que apresento nas páginas seguintes, como também me ensinaram sobre vida, sofrimento, luta, amor e superação. A pesquisa de campo não serve apenas para produzir artigos, dissertações e teses; ela serve ainda – oxalá! – para produzir (no sentido proposto por Daniel Bertaux) as pessoas.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, pelos esclarecimentos, palavras de incentivo e paciência nestes dois anos. Sua dedicação e seriedade para com a pesquisa e a docência constituem um exemplo para todos nós que estamos dando os primeiros passos nesta direção.

Finalmente, quero agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa a mim concedida, a qual foi fundamental para o desenvolvimento do meu estudo.

Hereditário

Pai

filho

ligados pela gênese biológica.

Fome

necessidade

lei da selva.

Pai

Filho

Espírito Santo.

(do livro *FrenteVerso*, do poeta alagoano
Marlon Silva)

RESUMO

A proposta desta pesquisa é lançar luzes sobre o processo de inserção e socialização de trabalhadores rurais nas malhas do setor canavieiro alagoano. Para tanto, valemo-nos do conceito de antroponomia, cunhado pelo sociólogo francês Daniel Bertaux e que procura relacionar os estágios da produção de mercadorias à produção de pessoas. Buscamos nas páginas seguintes analisar de modo crítico os fatos históricos que levaram famílias inteiras a perderem a sua condição de moradores e pequenos proprietários e terem que vender a sua força de trabalho às usinas de açúcar e álcool instaladas na região dos tabuleiros, onde passaram a realizar serviços mal remunerados e em muitos casos de forma indigna. É nosso intento observar a maneira pela qual o camponês deu lugar ao proletário rural, bem como ocorreu – e ocorre – a produção dos novos trabalhadores, muitas vezes filhos e netos dos que foram expulsos da morada e proletarizados. Os lugares que elegemos como *locus* da imersão empírica foram as cidades de Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL, nas quais entrevistamos cortadores de cana, irrigantes, aplicadores de herbicida e administradores, entre outros agentes. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a da história de vida e a da entrevista semi-estruturada.

Palavras-chave: Alagoas; morada; exploração-dominação; trabalhadores rurais; antroponomia.

ABSTRACT

The purpose of this research is to shed light on the process of insertion and socialization of rural workers in the sugarcane industry from Alagoas. For this, we make use of the concept of *antroponomia*, coined by the French sociologist Daniel Bertaux, and that try to relate the stages of production of goods to production of people. We seek on the next pages analyze critically the historical facts that led whole families to lose their condition as *moradores* and smallholders and to have to sell its workforce to the sugar mills and alcohol installed in the region of the *tabuleiros*, where they carry out services underpaid and in many cases of unworthy way. It is our intent to observe the manner in which the peasant gave way to the rural proletariat and how occurred - and occurs- the production of new workers, often children and grandchildren of those who were expelled from the *morada* and proletarianized. The places we elect as *locus* of empirical immersion were the cities of Teotônio Vilela/AL and Pilar/AL, where we interviewed cane cutters, irrigation workers, herbicide applicators and administrators, among other agents. The data collection techniques used were the life history and the semi-structured interview.

Keywords: Alagoas; *morada*; exploration-domination; rural workers; *antroponomia*.

TABELA

Tabela 1: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL (2009)	40
---	----

FIGURAS

Figura 1: Mapa de Alagoas por Microrregiões	42
Figura 2: Mapa do Relevo de Alagoas.....	47

QUADRO

Quadro 1: Características dos trabalhadores entrevistados.....	41
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
As motivações da pesquisa	14
Uma breve introdução	16
1ª PARTE.....	18
Relatos do campo: teoria, método e os bastidores da pesquisa empírica em duas cidades de Alagoas	18
1.1 O conceito de “antroponomia”.....	18
1.2 O pesquisador como narrador: notas sobre a narrativa acadêmico-científica em ciências sociais	24
1.3 As técnicas de coleta de dados em questão: o que queremos saber? E como sabê-lo?	29
1.4 Entrando em campo: breves apontamentos sobre a pesquisa empírica.....	35
2ª PARTE	42
O declínio do “sistema de moradas” e a constituição de um proletariado rural na área sul dos Tabuleiros Alagoanos	42
2.1 Da morada para a usina	42
2.2 A “sedução” do salário e o caráter precário do trabalho canavieiro	50
2.3 A modernização da agroindústria canavieira alagoana e o drama dos “permanentemente temporários”.....	57
2.4 A usina: entre a inclusão e a exclusão.....	61
2.5 Um aparte	65
2.6 Quem recrutar e quem excluir: o caso dos idosos, das mulheres e dos trabalhadores adictos a drogas	66
3ª PARTE	73
A antropoprodução do trabalhador canavieiro: um olhar sobre a experiência e os sentidos do “trabalho na cana”	73
3.1 De como Romário não se tornará um jogador de futebol	74

3.2 “Açúcar do mesmo saco”: a continuidade como marca da produção antroponômica	82
3.3 A condição social herdada e os sentidos do trabalho	90
3.4 “Mudança de vida” e distribuição antroponômica	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	104
Glossário	109
ANEXOS.....	111

APRESENTAÇÃO

As motivações da pesquisa

É desde meados de 2008 que venho me dedicando aos estudos sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores canavieiros alagoanos. A minha entrada no Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, coordenado pela professora Dra. Alice Anabuki Plancherel e pelo professor Me. Cícero Ferreira de Albuquerque, foi fundamental neste processo de aprendizado e de importantes descobertas, as quais se deram tanto no âmbito pessoal quanto no acadêmico.

Como discente de um curso de Ciências Sociais em Alagoas, eu achava importante me debruçar sobre a realidade econômica, política e cultural ao meu redor. Via os estudos de alguns colegas com admiração, mas ao mesmo tempo me incomodava bastante o fato de os mesmos dizerem pouco sobre o lugar em que o pesquisador estava/agia.

Um exemplo notório disto diz respeito aos próprios trabalhadores da cana-de-açúcar. As pesquisas existentes sobre os mesmos datavam dos anos 70 e 80, e mesmo assim tendo um viés diferente daquele que seguiríamos no decorrer de nossas investigações. Ficou claro para meus colegas cientistas sociais e eu que faltava conhecer os canavieiros alagoanos de maneira mais ampla; que à análise do declínio do sistema de moradas e do processo de proletarização de famílias de camponeses deveria juntar-se a das atuais condições de vida e de trabalho de homens e mulheres cortadores de cana, irrigantes, bituqueiros e limpadores de mato, entre outros trabalhadores; que urgia pensarmos sobre as formas de resistência dos canavieiros aos mecanismos de exploração-dominação atuantes dentro e fora dos canaviais; e ainda, que as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo a partir das décadas de 80 e 90 trouxeram a necessidade de novas metodologias para se pensar sociologicamente os trabalhadores e o trabalho em si.

Instigado por essas questões, defini como objeto de meus estudos observar os impactos do corte de cana nas condições de saúde dos trabalhadores, partindo da ideia (bastante defendida por Marx e Engels) de que a pessoa adocece não só por conta de fatores de ordem biologizante, mas também devido ao lugar que ela ocupa na estrutura de classe e aos tipos de relações sociais de que faz parte.

O resultado das minhas investigações – que se estenderam de 2008 até o início de 2011 – foi apresentado como Tese de Conclusão de Curso (TCC), o que me proporcionou muita alegria e me entusiasmou para continuar com as pesquisas sobre os canavieiros.

Ao entrar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, minha motivação foi a mesma de quando entrei na graduação. Queria continuar tentando entender as complexas relações das quais os trabalhadores canavieiros de Alagoas fazem parte.

Passei a questionar sobre a razão de as pessoas seguirem trabalhando em serviços como o corte de cana, mesmo sendo este tão mal remunerado e feito em condições indignas. Pus-me a pensar sobre as causas, os significados construídos e a própria experiência de tais indivíduos. Um dos questionamentos mais intrigantes que me ocorreu foi: *OK, sabemos de onde vieram os trabalhadores canavieiros, para onde vieram e como vieram; muitos que eram moradores e pequenos proprietários assumiram essa condição, mas quem são os “novos” trabalhadores da cana? como são produzidos, formados ou “formatados”?*

Numa corruptela de uma frase de Daniel Bertaux, a usina não carece só de cana, ela carece ainda de braços (e mente, e espírito [...]); e como ela mói impiedosamente tanto uma quanto outros, é do interesse do usineiro sempre tê-los a sua disposição.

A presente pesquisa de mestrado, portanto, a qual conta com a orientação da professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, procura resgatar elementos da proletarização daqueles/as que deixaram de servir a um senhor para servir ao capitalista enquanto classe. Procura ainda analisar os processos sociais nos quais estão envolvidos aqueles que ocuparão ou já ocuparam o lugar dos seus pais e avós no trabalho rural das usinas de açúcar e álcool de Alagoas.

Que esse texto possa contribuir – mesmo que minimamente, como uma gota de água no oceano – para o fortalecimento de uma Sociologia que atue como consciência crítica da sociedade, como bem pontuou Octávio Ianni. E que não tenhamos medo da paixão, pois foi exatamente esta que durante um bom tempo garantiu o desenvolvimento da ciência sociológica (BURAWOY, 2006).

Uma breve introdução

A proposta desta pesquisa é lançar luzes sobre o processo de produção, inserção e socialização de trabalhadores rurais nas malhas do setor canavieiro alagoano. Para isso valemo-nos do conceito de antroponomia, que sendo desenvolvido pelo sociólogo francês Daniel Bertaux, procura relacionar os estágios da produção de mercadorias à produção de pessoas (antropoprodução).

Nosso desígnio, assim, ao procurar dar conta das atuais condições de vida e de trabalho dos canavieiros alagoanos e relacionar tais aspectos aos fatos históricos que proporcionaram a queda do sistema de moradas no estado e o surgimento de uma massa de trabalhadores mal pagos e com condições laborais indignas, é mostrar a maneira pela qual ex-moradores e ex-pequenos proprietários tiveram que “forçar” seus corpos e suas mentes a lidarem com um outro tipo de existência e experiência de trabalho.

Também queremos pôr em evidência as “práticas antropoprodutivas” responsáveis pela formação dos jovens trabalhadores canavieiros, os quais, em muitos casos, são filhos e netos daquelas pessoas provenientes da morada e obrigadas a se proletarizarem. Almejamos analisar criticamente a existência de uma continuidade das condições precárias de vida e de trabalho.

O texto está dividido em três partes, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira procuramos dar a conhecer aos leitores um pouco da experiência que tivemos ao planejar a pesquisa empírica e tentar levá-la a cabo, bem como o referencial teórico com o qual pretendemos dialogar no decorrer da obra.

Os “relatos do campo” que apresentamos vêm acompanhados de uma postura reflexiva, isto é, buscamos não apenas narrar as alegrias e os dissabores encontrados na pesquisa de campo, mas ainda pensar criticamente sobre o que foi vivido e experimentado quando estivemos “lá” (GEERTZ, 1988). Ao mostrar os “bastidores da pesquisa” esperamos contribuir com os colegas que, como nós, fazem da investigação teórico-empírica um aprendizado constante.

A segunda parte trata do processo de proletarização daquelas pessoas que antes viviam em fazendas e pequenas propriedades, tanto na condição de moradores quanto na de sitiantes. O objetivo deste capítulo é mostrar como a expansão da cana para a área sul do estado de Alagoas criou ali um proletariado

sem terra, mal remunerado e trabalhando em condições indignas. Trata ainda do papel inclusivo/exclusivo da usina, a despeito de todo o esforço ideológico do setor canavieiro para mostrar-se “limpo” e responsável socialmente.

A terceira e última parte constitui uma tentativa de analisar a mentalidade e os processos socioculturais nos quais estão envolvidos os canavieiros (entre pais e filhos). O objetivo desta seção é evidenciar os mecanismos de (antropo) produção dos trabalhadores rurais das usinas e também apreender os significados construídos pelos mesmos em torno de si e de sua atividade.

Esperamos com essa obra contribuir com os estudos de Sociologia que intentam lançar luzes sobre a situação existencial de todos aqueles que têm a sua vida relacionada ao negócio da cana-de-açúcar. Ademais, esperamos que a mesma possa contribuir com os esforços dos que acreditam que conhecer bem a realidade em que vivem é o primeiro passo para torná-la melhor.

1ª PARTE

RELATOS DO CAMPO: TEORIA, MÉTODO E OS BASTIDORES DA PESQUISA EMPÍRICA EM DUAS CIDADES DE ALAGOAS

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

1.1 – O conceito de “antroponomia”

Acreditamos que muito provavelmente é a teoria ou uma teoria o elemento que identifica uma narrativa como acadêmico-científica, e que a torna distinta, por exemplo, daquelas narrativas de caráter biográfico que muitos de nós, cientistas sociais, reunimos em nossas empreitadas empíricas.

Colocando em miúdos, é no diálogo com um certo *corpus* teórico-metodológico que nos habilitamos a construir uma narrativa que seja capaz de lançar luzes sobre um determinado fenômeno social.

Decorre disso que não chegamos ao campo “desavisados”, isto é, nosso bernal de pesquisadores/as não se encontra vazio quando saímos de “cá” – o lugar físico, mas também social em que nos encontramos – e vamos para “lá” – o *locus* da pesquisa, o espaço do “outro” (GEERTZ, 1988). Seguimos munidos de conceitos, “encaixes teóricos” que, pensamos, podem nos ajudar a perceber os “fios invisíveis” que formam aquilo a que chamamos de tramas sociais.

Os conceitos são importantes por duas razões bem particulares: (1) É a partir deles que podemos sintetizar um conjunto de dados e (2) também relacioná-los (os dados) a uma discussão que articule o local com o que se apresenta como globalizante.

É preciso observar, contudo, que os conceitos, por mais que nos orientem e nos forneçam subsídios para os estudos que queremos desenvolver, podem – e talvez devam – não dar conta de uma série de questões surgidas na pesquisa empírica.

Longe de ser um problema, isto revela que apesar da existência de teias globalizantes nas distintas esferas da vida social, há elementos que fogem ao “enquadramento” e que requerem novas formas de abordagem.

Ali onde o conceito “não chega”, faz-se necessário um aprimoramento crítico-teórico-metodológico que destrinche a problemática em questão e que, é forçoso mencionar, ponha-o (o conceito) à prova e, na melhor das hipóteses, aumente o seu alcance (BECKER, 2007, p. 183).

No entender de Howard Becker, é fundamental que os conceitos com que lidamos tenham alguma relação com os dados que temos em mãos (2007, p. 146). Disso depreendemos que não adianta “forçar a barra” para trabalharmos com um conceito que nada diz sobre o conjunto de experiências sobre o qual nos debruçamos em nossa investigação.

É necessário, pois, que a opção por um determinado conceito – ou, alargando a discussão, um certo “repertório teórico” – esteja fundada no fato de acreditarmos que o mesmo nos auxiliará a saber “[...] para onde olhar, o que procurar, ou como reconhecer o que estamos procurando quando o encontramos” (BECKER, 2007, p. 146).

Dito isto, cremos que o conceito de antroponomia, cunhado pelo sociólogo francês Daniel Bertaux, pode nos ajudar sobremaneira a compreender melhor a realidade específica que nos propomos a estudar e que será minimamente apresentada nos tópicos posteriores deste capítulo.

De acordo com Bertaux,

[...] a produção antroponômica é a produção da energia humana, ao mesmo tempo em quantidade e em qualidade, ao mesmo tempo como fonte pura (“bruta”) e como modos específicos de concretização: as energias “qualificadas” do artesão, do trabalhador profissional, da enfermeira, do artista, da mãe de família, e também do banqueiro, do político, do jornalista. É a produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais (1979, p. 56).

A antroponomia, portanto, está relacionada à produção de pessoas; não no sentido biológico, como o autor faz questão de frisar, mas no social. Posto de outra forma, a produção antroponômica se refere à produção de uma “energia pura” – cujo suporte é o corpo – e ao mesmo tempo a uma produção cultural, que produz no ser “formas específicas” daquela energia dita “bruta” (BERTAUX, 1979, p. 55-56).

A produção de “energia pura”, chamada ainda pelo autor de “produção material ampliada”, refere-se, então, não apenas à produção da força que torna a vida do ser possível, mas também “o crescimento do tamanho do suporte da energia, o corpo” (p. 55).

Já a produção cultural, também chamada por Bertaux de “produção imaterial”, é a responsável por criar as capacidades, “[...] as aptidões para fazer este ou aquele trabalho, a exercer esta ou aquela atividade” (p. 56).

O argumento de Bertaux acerca do que se deve entender por “energia humana” é bastante plausível. Diz ele:

A idéia de energia humana, portanto, contém a idéia da força de trabalho, mas a ultrapassa, porque existem mil maneiras de utilizar essa energia ou de perdê-la, entre as quais o trabalho produtivo é apenas uma. Da mesma forma, existem mil maneiras de produzi-la, e o consumo de mercadorias é apenas uma entre elas. Os cuidados médicos são outra, os cuidados da mãe para com o filho, outra, o sono, mais outra (a única que é totalmente inofensiva para aquele que assim se produz), e o sonho, ainda outra: não podemos viver sem a imaginação. E existem ainda muitas outras maneiras de produzir o outro ou de se produzir: mediante a leitura, o riso, todas as espécies de práticas sociais, o combate (BERTAUX, 1979, p. 59).

A energia humana, na visão do autor, pode ser gasta no e pelo trabalho produtivo, mas também através de muitas outras variadas formas; Bertaux cita o exemplo do jogo, que sendo considerado por bastantes pessoas como uma “atividade gratuita”, é uma maneira de se perder energia, mas, além disso, de se produzir o jogador. Isto é, o jogo engendra as relações interpessoais entre os que o realizam; sob a égide do “espírito esportivo”, faz com que haja uma aprendizagem do comportamento “em sociedade” (BERTAUX, 1979, p. 57).

Segundo este raciocínio, o consumo de energia (no sentido de gastar) também é um consumo produtivo. A consunção de energia “pura” e/ou “qualificada” (BERTAUX, 1979, p. 55-56) também é produção antroponômica, visto que a pessoa se constrói ao “gastar-se” na realização das práticas cotidianas. Isto fica patente nos exemplos do trabalho da mãe e do pedagogo, que Daniel Bertaux utiliza em uma passagem de *Destinos pessoais e estrutura de classe*:

Se a produção e a consunção antroponômicas podem caracterizar, ao mesmo tempo, essas atividades individuais, com maior razão ainda, coexistem nas atividades pluriindividuais e coletivas. Assim, o trabalho da mãe em relação ao filho, ao mesmo tempo que é produção da criança, é consunção da mãe (e também produção dessa mulher como mãe). Mas

também a atividade de inculcação de regras, que faz parte de todo trabalho educativo, familiar ou escolar, é também ao mesmo tempo produção da criança como ser socializado que conhece as regras e o que significa enfrentá-lo, e consunção da energia nervosa (quem irá contradizer?) do “pedagogo”; sendo ao mesmo tempo consunção da criança – pois é somente através de um trabalho consigo próprio de ruminância das experiências práticas que podemos aprender o que quer que seja – e, eventualmente, produção do pedagogo: pois, ao reafirmar a regra (a Lei) ela, a antiga criança colocada em face de uma lei exterior, se transforma no adulto colocado, dessa vez, do outro lado da relação instaurada pela Lei – do lado em que essa relação é ativamente reproduzida (BERTAUX, 1979, p. 57). (Grifos originais).

Dai que, como Bertaux coloca, “existem mil maneiras” de produzir a energia humana; a sumpção de mercadorias é certamente a mais visada, entretanto, há cuidados sem os quais tanto a “produção material ampliada” quanto a “produção imaterial” dos seres estariam comprometidas.

A mãe que cuida da criança ajuda a produzi-la, assim como se produz cotidianamente como mãe através desta e de outras ações. O avô ou avó que num dado momento dá um “conselho para a vida” a um de seus netos está de certa forma produzindo-o, visto que o aprendizado poderá se transformar em ações práticas no decorrer da existência daquele ser-em-construção.

Retomando a idéia do caráter duplo da produção antroponômica, Bertaux mostra detalhadamente em quais aspectos esta se distingue do processo de produção de mercadorias. Diz ele:

Todos esses processos de educação, de socialização, podem ser concebidos como processos de *produção cultural*, em oposição à *produção material* dos seres que consiste em assegurar as condições materiais de sua vida (alimentação, habitação etc.). Do ponto de vista dessa distinção, o processo de produção de mercadoria é completamente material; nem a picareta, nem o caminhão possuem uma cultura própria, eles não agem por si mesmos. Pelo contrario, o processo de produção dos seres viventes é sempre duplo: de um lado, é material, de outro, cultural. Esquemmatizando, podemos dizer que a produção material consiste em produzir o corpo vivente e a energia que ele encerra; enquanto a produção cultural visa a produzir o que chamamos de “espírito”, mas o espírito como parte do corpo, o espírito como quem dirige o corpo, como o que dá a forma à energia da qual é portador (1979, p. 66). (Grifos originais).

Deste modo, o processo antroponômico implica a participação da família, da escola, da igreja, dos amigos etc., mas também da própria pessoa. O ser humano, como o autor coloca (p. 66), é capaz de produzir-se a si mesmo, e isso através dos mais diversos tipos de práticas: desde a criança que acompanha o pai (ou a mãe) no

trabalho do roçado, até o músico que numa determinada etapa de sua vida decide praticar 15 horas de violão por dia, a fim de aperfeiçoar-se.

Produção material e produção cultural são elementos que se encontram imbricados quando se trata do processo de produção dos seres vivos. Retomando um dos exemplos do parágrafo anterior, o menino ou a menina que segue um dos pais para o trabalho no campo, vai, certamente, trabalhar para a sua subsistência e a dos seus familiares, mas também, através da socialização laboral, vai se produzir como trabalhador/a – há nesse procedimento um consumo/treinamento do corpo, e ainda a produção do “espírito” (BERTAUX, 1979, p. 66), entendido como manifestação subjetiva que “faz parte e dirige o corpo”.

Chegamos, então, a um ponto crucial de nossa pesquisa. A investigação que aqui apresentamos procura lançar luzes sobre o processo de produção antroponômica (antropoprodução) daquelas pessoas que vendem a sua força de trabalho para as usinas de açúcar e álcool do estado de Alagoas, particularmente dos/as que seguem para a realização de atividades rurais, tais como o plantio, o corte de cana, a irrigação, a aplicação de herbicida e a bituca¹.

Uma das questões que motivaram a realização deste estudo diz respeito a um fato comum, mas ao mesmo tempo muito intrigante, qual seja, o de serem os filhos e netos dos trabalhadores rurais das usinas os “novos sujeitos” a realizarem um trabalho extremamente desgastante e mal remunerado, além de sazonal. Diante de tal averiguação, pusemo-nos a indagar:

a) Como se caracterizam as relações sociais – em seu conjunto contraditório, como recorda Bertaux (1979, p. 73) – que constituem o processo antroponômico dos canavieiros alagoanos?

b) Por que o trabalho no setor canavieiro e não no de serviços, por exemplo?

c) Enfim, por que apesar das adjetivações negativas do trabalho na usina construídas por parentes e amigos, alguns jovens seguem o mesmo trilho outrora percorrido por aqueles?

Conforme sugere Bertaux, buscamos com esta obra entender como ocorre não somente a produção/consumção dos trabalhadores canavieiros, mas ainda como se processa aquilo que ele chama de “distribuição antroponômica”, caracterizada por

¹ A bituca. Assim é chamado aquele trabalho em que o sujeito pega as canas que caem do carro no momento em que este é carregado e as coloca de volta em seu lugar. A pessoa que realiza esse trabalho é chamado/a de “bituqueiro/a”.

ser uma “[...] distribuição dos indivíduos, ou melhor, dos seres humanos nos níveis e lugares definidos pela estrutura de classe” (1979, p. 50).

Deste modo, procuraremos entender como surgiu a figura do trabalhador rural das usinas e como os mecanismos de produção material e imaterial engendraram e engendram as novas “energias qualificadas” de que tanto o setor capitalista da produção de álcool e açúcar de Alagoas necessita para se reproduzir.

Neste sentido, é lícito retomar o argumento de Bertaux, quando ele afirma que diferentemente do que ocorre no processo de produção/distribuição/consunção de mercadorias, no processo de produção/distribuição/consunção de pessoas, é o momento da consunção antroponômica que tende a dominar os demais (p. 69). De acordo com o autor francês, “os seres humanos não são consumidos como foram produzidos, eles são produzidos (tendencialmente) da maneira como serão consumidos” (p. 69). Ocorre assim, que

[...] não é a produção dos homens que determina a produção de coisas, é a produção de coisas que – na ordem de classe atual – determina a produção dos seres humanos; e ela tende a determiná-la como produção específica de *agentes de produção* (econômica). (Grifos originais).

É nosso intento, portanto, entender como os “agentes de produção” da parte rural-agrícola das usinas são produzidos. Interessa-nos ver como a simbiose formada pela “produção material ampliada” e pela “produção imaterial” age no contexto da nossa pesquisa e forja os agentes que são/serão empregados nas malhas do setor canavieiro alagoano.

Para finalizar este tópico, faz-se necessário mencionar que o conceito de antroponomia, por enfatizar a íntima relação que há entre o processo de criação de mercadorias e o processo de produção de pessoas, é bastante útil para se pensar e discutir o papel da mulher na realidade que nos propomos a estudar. Como Bertaux escreve nas páginas 91 e 92 do seu livro:

[...] a maior parte do trabalho antroponômico é incumbência das mulheres: quer para o trabalho necessário à reprodução da energia do marido (compras, cozinha, louças, roupas, arrumação da casa, costura), quer para o trabalho de produção dos novos suportes da energia operária (a criação dos filhos), quer, enfim, para as tarefas necessárias à renovação do quadro da vida familiar (1979).

Por conseguinte, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não é visto aqui como um “trabalho improdutivo”; muito pelo contrário; trata-se de uma atividade produtiva extremamente importante, dado que produz aquela que é a mercadoria essencial à produção capitalista, a força de trabalho (BERTAUX, 1979, p. 92).

Nesta perspectiva, o espaço da reprodução da força de trabalho o é também de produção antroponômica. As atividades desenvolvidas aí não são, para retomar um termo utilizado há pouco, “gratuitas”; como diz Daniel Bertaux, o trabalho da produção dos seres humanos levado a cabo pelos pais, entre outros agentes da família, constitui um grande serviço para os capitalistas enquanto classe e ironicamente (em benefício destes mesmos capitalistas) não é remunerado.

Tal trabalho, que ganha a conotação de um “serviço pessoal” prestado a alguém próximo, pode ser extremamente desgastante; veja-se, por exemplo, o caso de trabalhadoras rurais que, tendo que passar o dia inteiro trabalhando nas plantações de cana, laranja ou uva deste país, ao chegar em casa ainda exercem o “trabalho do cuidado” para com os filhos, o marido ou outros parentes que esperam contar com o seu auxílio (os idosos, os enfermos, os paráliticos).

Posto isto, nas próximas páginas buscaremos descrever um pouco do processo de inserção no campo, bem como situar-nos e situar os nossos interlocutores na pesquisa que desenvolvemos.

Após esta (breve) exposição, passaremos a discutir e a analisar os dados coligidos, tendo como “pano de fundo” teórico a preocupação em mostrar como o processo antroponômico se dá no contexto da agroindústria canavieira alagoana.

1.2 – O pesquisador como narrador: notas sobre a narrativa acadêmico-científica

Este trabalho tem a narrativa como uma de suas principais matérias-primas. Posto de outro modo, a narrativa que apresentaremos nas páginas seguintes toma, por sua vez, outras narrativas como o elemento basilar de sua existência. O raciocínio é simples (e talvez bem simplório): o pesquisador constrói a sua narrativa com base nas narrativas de seus interlocutores. Desta forma, como sugere Walter Benjamin (1987), a narrativa nunca é um constructo genuinamente individual. Aquilo que “ouvimos dizer” passa a fazer parte de nossa narrativa e igualmente de nossa experiência como pesquisadores/as e como pessoas; da mesma maneira, as

narrativas que ouvimos daqueles/as com quem conversamos em nossas pesquisas de campo, por mais “individuais” que possam parecer, trazem em si muito da experiência de outros indivíduos com os quais não chegamos a falar, e isto ou por estarem distantes no espaço (o “longe”) ou até mesmo no tempo (o “passado”).

As experiências que nos são contadas, transformadas por nós em um tipo específico de narrativa ou em retalhos de uma, acabam fazendo parte ainda da experiência daqueles/as que irão ter contato com a nossa obra. É o que mostra Benjamin quando afirma que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (1987, p. 201).

Ora, em que se diferem, então, as narrativas que formulamos como cientistas sociais daquelas que nos chegam aos ouvidos através de conversas com as pessoas envolvidas em nosso estudo?

Como dissemos no início deste capítulo, provavelmente é a teoria ou uma teoria o elemento que faz toda a diferença; o que identifica uma narrativa como acadêmica, científica, e outra como biográfica (o próprio narrador viveu aquilo) ou relatada (o narrador “ouviu dizer”).

A narrativa acadêmico-científica tem algumas peculiaridades. O pesquisador-narrador escreve em primeiro lugar para um público formado majoritariamente por seus pares. São acadêmicos, cientistas que esperam encontrar na obra do/a colega indícios válidos de que este/a foi capaz de erigir adequadamente a “ponte” entre a (uma) teoria e o campo; e que usou um método cabal para tal fim.

Nos termos de Geertz (1988, p. 58), o pesquisador-narrador precisa convencer a comunidade acadêmico-científica de que o que diz é o resultado de haver realmente “estado lá”. Para este autor estadunidense, “estar lá” significa está entre os diferentes, os “outros”.

Vamos até eles com um objetivo mais ou menos claro: queremos conhecê-los, compreender as suas práticas, entender a forma como se relacionam com o mundo – num sentido mais amplo – e com seu grupo social – num sentido mais restrito.

Com esse propósito, não nos aproximamos “apenas” com os nossos preconceitos ou idiosincrasias. Seguimos, como colocamos há pouco, providos de conceitos, “encaixes teóricos” e uma estrepitosa vontade de descoberta. Queremos, portanto, “construir” uma narrativa, e não somente repassar aquelas que “ouvimos”

no campo. Quando isto (o simples repasse) acontece, os/as pesquisadores incorrem no risco de se desviarem daquela tarefa tão cara ao *champ scientifique* que é a análise orientada (pela teoria) dos fatos.

A narrativa acadêmico-científica, então, pretende-se “diferente”. Precisa de outras narrativas, mas ao mesmo tempo tem que distinguir-se das mesmas. Não que as narrativas ouvidas em campo sejam menos importantes do que aquelas que deverão ser apresentadas em seminários, simpósios e congressos científicos; “nem melhores nem piores, apenas diferentes”, sugere um ditado bem conhecido.

Para Michel Foucault (1979), “as massas são capazes de falar, e falam muito bem”; isto é, os intelectuais que se arvoram de falar em nome de um grupo estão sendo solidários a uma causa que julgam digna, mas o grupo em questão também é “vocal”; mesmo com as limitações que uma dada posição no mundo possa colocar – e dependendo do grupo, do espaço e do período estas limitações podem ser vultosas –, as pessoas ainda têm algo a dizer, ainda têm a capacidade de mostrar a sua versão da história. Queremos afirmar com isso que o pesquisador-narrador, por mais que se identifique politicamente com uma narrativa ou conjunto de narrativas de um grupo, precisará ficar atento às exigências da comunidade científica.

É esse o “drama” de que trata Geertz (1988): o cientista social move-se entre o “lá” e o “aqui”; “estar lá”, como já apontamos não há muito, é estar em campo; é pôr-se no diálogo com trabalhadores/as rurais, professores e alunos da periferia, mulheres catadoras de mariscos, entre outros grupos; “estar aqui”, por sua vez, é está entre os colegas de profissão (p. 58).

São âmbitos regidos por lógicas distintas. Por exemplo: quando um interlocutor nos conta sobre a sua experiência, ele apenas espera de nós que acreditemos em sua narrativa; mesmo que saibamos que esta não está em sintonia com outras narrativas de seu próprio grupo que já tenhamos registrado – as pessoas podem nos contar o que querem, e não o que queremos saber ou usar como “prova” –, ele apresenta o seu testemunho como “confiável”, e crê que nós, cientistas sociais, devemos ser no mínimo os concessores de tal confiança. Por outro lado, quando apresentamos a nossa narrativa aos colegas de profissão, a sua “confiabilidade” não reside no fato de que “não há outro caminho a não ser confiar”; a narrativa será mais “confiável” à medida que fique claro para os avaliadores que a mesma seguiu um método e levou em consideração um *corpus* teórico específico.

A narrativa acadêmico-científica precisa ainda parecer “interessante”, e não apenas para o pesquisador-narrador, mas também para os seus “pares-concorrentes” – usando agora uma expressão de Pierre Bourdieu (1983). Certamente já vivemos algumas experiências em campo, bem como já ouvimos certos relatos de nossos interlocutores que nos pareceram simplesmente “incríveis”; o desafio que recai sobre os pesquisadores, e em nosso caso, sobre os cientistas sociais, é tentar fazer com que os nossos “achados” possam compor uma narrativa que “diga algo” aos profissionais da área e demais interessados. Isso por que se espera do/a cientista que ele/ela traga alguma contribuição para o campo em que atua. Nos termos de Bourdieu:

O reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* (no sentido da teoria da informação) que se reconhece coletivamente à contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados. (1983, p. 131). (Grifos originais).

Como dissemos parágrafos atrás, a narrativa acadêmico-científica precisa ser “distinta” daquelas outras narrativas “não-doutas” que lhe servem como matéria-prima. Do mesmo modo, como a citação acima sugere, tal narrativa deve ainda distinguir-se daquelas que lhe serviram como suporte teórico e metodológico. Na ciência, como na literatura, na música e no próprio cinema, a “originalidade” não deixa de levar em consideração todas as contribuições feitas até o presente. Um famoso provérbio chinês diz que “quem quiser escrever um livro deve antes ter lido mil”. Tal construção metafórica aponta para o fato de que o que já fora feito é um bom ponto de partida para o que ainda se está por fazer; seja nos âmbitos teórico e metodológico, seja no estético. Destarte, alguns aspectos da obra de Woody Allen, originais por certo, são devidos à influência recebida de um gênio como Ingmar Bergman; da mesma forma, não haveria um Pierre Bourdieu, tal como nós o conhecemos, sem as influências de Marx, Durkheim e Weber.

Ser “original”, portanto, implica uma “singularidade” tanto no enfoque de uma matéria, ainda não vista ou vista de um “ângulo” diferente, quanto no manuseio dos recursos teóricos, metodológicos e empíricos. Com relação a isto, Max Weber já nos persuadira a respeito da “infinitude” do número e da natureza das causas que determinam qualquer “acontecimento individual” (WEBER, 1974, p. 57). Para este

autor alemão, estudar a realidade sem algumas “premissas” geraria apenas um caos de “juízos existenciais”. E ainda segundo ele:

Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente uma porção da realidade individual possui importância para nós, posto que só essa porção se encontra em relação com as *ideias de valor culturais*, com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma *significação geral para a cultura*, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objecto da explicação causal. (WEBER, 1974, p. 57). (Grifos originais).

Weber nos mostra que a realidade é diversa, e que para o cientista social obter “sucesso” em sua análise faz-se necessário que ele “eleja” alguns pontos e se dedique ao estudo dos mesmos. Essa predileção, ficou claro no texto, é fundada em “ideias de valor culturais”; sendo assim, o pesquisador, por acreditar na “importância para a cultura” de determinado recorte empírico, passa a dedicar-se ao mesmo e a constituir-se como um “especialista”. O próprio Max Weber realizou um estudo clássico seguindo essas proposições. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004), ele procurou analisar a relação existente entre certas doutrinas protestantes (com destaque para o Calvinismo) e o *ethos* capitalista. Para Weber, as primeiras podem não constituir o único fator responsável pela existência do segundo, mas certamente foram muito importantes no seu desenvolvimento. O autor, então, percebendo que havia tantas outras abordagens a respeito do fenômeno do capitalismo moderno, mas não uma que destacasse a importância da religião sobre este, quis realizar uma pesquisa que, não sendo “a última palavra sobre o assunto”, deu uma contribuição ímpar às análises feitas a partir de outros pontos de vista.

Estudar um tema que já foi discutido a partir de outra orientação metodológica, como nos mostra Weber, pode ser bastante útil. A “originalidade”, arriscamos dizer, estaria no tipo de pergunta que é feita sobre determinado problema, o qual, lembremos, é passível de diversas outras perguntas.

O pesquisador-narrador das ciências sociais, portanto, constrói a sua narrativa em meio a uma situação muito peculiar: a narrativa acadêmico-científica que aos poucos ganha vida em sua mente tem que ser distinta daquelas que “ouve dizer” em campo – um “repasso” das narrativas desacompanhado de um esforço analítico poderia ser mal interpretado – e também daquelas que atuam como

suportes teórico-metodológicos e que são acionadas quando da escolha e análise de um tema.

É preciso ressaltar, contudo, que dificuldades nestes dois “âmbitos de distinção” estão longe de constituírem a “exceção da regra”; muito pelo contrário, são fatos muito recorrentes em diversos espaços, o que não constitui um problema apocalíptico, dado que, (1) como afirma Bourdieu, a ciência não está desvinculada das lutas políticas; o próprio campo científico constitui um espaço de luta, em que os grupos disputam a autoridade de impor e inculcar o que é legítimo e ilegítimo, o que merece ser tido por ciência e o que deve ser considerado “heresia” etc.; sendo assim, o que para uns constitui um desacerto para com um “modelo oficial”, para outros pode significar uma inovação ou tentativa de inovação que no final só tem a somar com o campo; (2) no mais, não existe atividade humana que não se depre em alguns momentos com o erro; erro e acerto caminham de mãos dadas com a criatividade, e esta sim é indispensável ao conhecimento científico.

1.3 – As técnicas de coleta de dados em questão: o que queremos saber? E como sabê-lo?

Seguindo adiante, é lícito questionar: Que tipo de narrativa nos propomos a construir aqui? Quais narradores/as temos em mente para nos auxiliarem contando suas experiências? E por que um grupo de narradores/as e não outro?

Buscamos com esse estudo trazer à luz o processo antroponômico no qual estão envolvidas as famílias dos trabalhadores canavieiros alagoanos. Queremos saber, por exemplo, como se produz esse tipo específico de “energia qualificada” (BERTAUX, 1979) que torna a pessoa capaz de realizar certos trabalhos como o corte de cana, a irrigação e a pulverização de herbicida, descritos por estudiosos da sociologia, mas também pelos próprios trabalhadores das usinas como “serviços duros”, “pesados”, extremamente fatigantes.

Partindo daí, optamos por entrevistar pessoas que já estão desde o final da década de 1970 trabalhando na parte rural-agrícola das usinas alagoanas, bem como jovens (sendo alguns filhos e/ou netos das primeiras) que começaram recentemente a trabalhar ali.

Como a maioria dos jovens² com quem conversamos vem de famílias de trabalhadores canavieiros, algumas questões sociológicas que se mostraram altamente relevantes após pesquisas exploratórias e leituras em fontes bibliográficas foram as seguintes: Há uma tendência em estes sujeitos seguirem uma trajetória “mais ou menos” parecida com a de seus parentes e acabarem ocupando as vagas oferecidas pelas usinas para a realização daqueles trabalhos descritos como “duros” ou *malos*³ (PEDREÑO, 2010)? No caso daqueles que já trabalham nas usinas, qual a percepção que têm do trabalho canavieiro e ainda de si como trabalhadores canavieiros? Por outro lado, quais as estratégias acionadas para se manterem no trabalho e/ou buscarem outras alternativas ao desemprego local?

Nossa ideia, assim, é saber de que modo os trabalhadores da região produtora de cana de Alagoas – e também os que para ali se dirigem em alguns meses do ano – são produzidos e/ou se produzem na realização das práticas cotidianas, sejam estas laborais ou extra-laborais.

Os interlocutores desta pesquisa, portanto, ou narradores/as, como vimos nos referindo até aqui, podem ser divididos em dois grupos: De um lado entrevistamos algumas pessoas já “calejadas” pela vida e sobretudo pelo trabalho árduo realizado nos partidos de cana durante mais de um par de décadas; de outro, conversamos também com pessoas que estão tentando agora se “firmarem” no mercado de trabalho – tarefa difícil, como nos recorda Castel (2009), dado que a precarização laboral e o desemprego têm adquirido estaturas assombrosas em diversas sociedades contemporâneas. Um(a)s e outras foram contatadas nos municípios alagoanos de Pilar e Teotônio Vilela, situados na principal zona de produção canavieira do estado.

Este enfoque na geração – não o único do estudo, que pretende ainda abordar questões referentes a categorias como classe, raça/etnia e gênero – tem uma dupla finalidade: perceber, primeiramente, a partir de uma análise das narrativas, como o processo antroponômico incidiu na vida dos mais velhos e atualmente incide na dos mais jovens, procurando identificar ainda os fatores sócio-

² O Brasil tende a utilizar um padrão internacional que toma os jovens como aquelas pessoas que estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Sabemos, no entanto, com Bourdieu (1983), que a definição do que é ser jovem é uma “parada de luta”. Deste modo, procuramos em nosso estudo não nos prendermos a uma padronização que tem seus fins específicos, mas dar-lhes um sentido mais amplo à categorização “juventude”, conforme o modo como a mesma emerge no *locus* da investigação. (Ou não seria jovem um sujeito com 35 anos que, “surrado” pelo trabalho canavieiro, aparenta ter bem mais idade?)

³ Ruins.

históricos que funcionam, no contexto em tela, como condicionantes das ações; e em segundo lugar, mas com igual importância, apreender a maneira como os mais novos enxergam o trabalho dos mais velhos – em alguns casos pais e filhos operários rurais das mesmas unidades produtoras de açúcar e álcool – e vice-versa, bem como as expectativas de uns e de outros com relação ao futuro.

A princípio planejamos utilizar o método de história de vida na coleta dos dados empíricos. Vimos, porém, a partir das dificuldades encontradas nas pesquisas exploratórias, que seria necessário usarmos ainda um método complementar àquele, e foi então que optamos pelo emprego da entrevista semi-estruturada. Mais adiante trataremos de forma mais aprofundada dos problemas encontrados em campo; por ora, é conveniente apresentar alguns poucos comentários a respeito dos dois métodos elencados acima.

De acordo com Silva *et al.* (2007, p. 32), o método de história de vida

[...] começa a partir do desejo do entrevistado de contar sua vida. Pede-se ao sujeito que conte sua história, como achar melhor – nos moldes de entrevista não-estruturada. Este sujeito vai ser escolhido a partir das relações já desenvolvidas pelo pesquisador no contexto, de acordo com seu desejo de participar. É a partir da relação que vai sendo estabelecida – o vínculo, a confiança, a construção de sentidos – que o método se desenvolve. Trata-se da interlocução.

Pedir para o outro – o interlocutor – nos contar a sua história é de certa forma dizer para o mesmo que ele é “vocal”, mas também “audível”; que a sua “versão dos fatos” é importante, tanto por ser “única” quanto por poder revelar uma teia de relações sociais que vão além da sua condição de narrador.

A história de vida permite, assim, que aqueles que são frequentemente deixados de lado por uma historiografia oficial possam se manifestar; que seu discurso, outrora silenciado ou que tem pouca influência num discurso dominante, possa ser escutado (SILVA *et al.*, 2007, p. 32).

É preciso ressaltar, porém, que aquilo que ouvimos de nossos interlocutores constitui uma “produção de si”, e não uma “apresentação de si” (BOURDIEU, 1996). As pessoas, podemos afirmar, dão a sua versão dos acontecimentos e das próprias vidas; procuram dizer tão somente o que acham relevante e em alguns casos o que não seja comprometedor nem para elas nem para terceiros.

A construção do passado numa narrativa, por exemplo, pode ocorrer de ser influenciada pela posição atual da pessoa e por aquilo que constitui o seu plano de

vida (um projeto para o futuro). Dois casos muito significativos a respeito disso que acabamos de afirmar são o de um senhor de 46 anos, cortador de cana e residente na cidade de Teotônio Vilela/AL; e o de um jovem de 29, ex-cortador de cana, migrante e atualmente residindo no município de Ituiutaba/MG.

O primeiro nos contou a sua história em duas ocasiões: na primeira ele estava sozinho⁴, e na segunda estava acompanhado por um de seus filhos – ele tem cinco –, que inclusive também tivemos a oportunidade de entrevistar. A narrativa de seu Edson – nome fictício – dá conta sobretudo das dificuldades e privações que enfrentou na infância e adolescência e das que ainda tem que enfrentar como canavieiro: os baixos salários, o trabalho sob um sol escaldante, os danos causados à saúde, o desemprego no período da entressafra da cana etc.

Se fôssemos definir a narrativa de seu Edson em uma palavra, o que só estilisticamente é possível, bem sabemos, esta seria “sofrimento”. O trabalho duro na fazenda onde seus pais viviam como moradores; a impossibilidade de ir à escola devido à necessidade de trabalhar; a expulsão da família da fazenda – o que representa a perda da condição de moradores e de tudo o que isto implicava – e a obrigação de se submeter ao trabalho estropiante oferecido pela usina são alguns dos fatos marcantes narrados por nosso interlocutor.

Notamos que a ênfase no sofrimento do passado, mas também do presente, além de servir para mostrar ao pesquisador o quão dura pode ser a vida de um pai de família que só tem “emprego garantido” durante seis ou sete meses, e mesmo assim a duras penas, tem ainda um caráter pedagógico.

Percebemos que nosso interlocutor não falava apenas para o cientista social ali presente, para o “sujeito de fora” interessado em saber de alguns dos fatos mais recônditos de sua vida; seu discurso era endereçado ainda aos próprios filhos, às próprias pessoas da casa que de vez em quando transitavam pelo alpendre onde ocorreram as conversas.

O pai expõe para o pesquisador fatos de sua trajetória que espera não fazerem parte da de seus filhos. O “pano de fundo” da sua narrativa, se assim podemos dizer, é a vontade de evidenciar o próprio sofrimento para que, conhecendo-o, os filhos possam trilhar um caminho distinto.

⁴ Dito de outra forma, participavam “diretamente” da conversa o pesquisador e o entrevistado; entretanto, nesta como na outra ocasião, “volta e meia” alguém da família passava pelo local da entrevista ou se demorava a escutar a narrativa de seu Edson.

A narrativa de seu Edson, portanto, está fundamentada também num projeto educativo. A “produção de si” de que trata Bourdieu (1996) é nesse caso a de alguém que trilhou um percurso difícil, sofrido, mas que ao enfatizar isso espera mandar uma mensagem para os seus. O narrador se coloca como “velho”, já sem muitas oportunidades na vida; ao passo que os filhos são evocados como “novos”, e por conseguinte ainda em condições de lutarem por um futuro melhor. O destaque dado às privações durante a entrevista não deixa de ser um recado; é como se nosso colaborador quisesse dizer: “essa é minha história; tentem fazer diferente”.

O outro entrevistado, um pouco mais jovem que seu Edson, procura ele mesmo tirar alguma “lição” do seu passado, da sua trajetória. João Paulo – nome fictício – passou por situações bem parecidas com as de seu Edson; seus parentes também foram expulsos da fazenda onde viviam como moradores. Assim como seus irmãos, em certo momento da vida teve que deixar a escola em segundo plano para poder “trabalhar na cana” e ajudar o pai a garantir o sustento da casa.

Nos capítulos subseqüentes iremos saber um pouco mais do percurso biográfico de seu Edson, de João Paulo e de outros/as agentes. Por ora é importante frisar que se para seu Edson a ênfase no sofrimento de sua trajetória tem também como fim “alertar” os próprios filhos para a construção de um futuro mais aceitável, para João Paulo, o sofrimento contido em sua história é descrito como um “combustível”, algo a ser levado em consideração quando da necessidade de enfrentar novos desafios.

A sua trajetória, mas também a dos seus pais e a dos seus irmãos, são para ele o que a trajetória de seu Edson pretende ser para os filhos deste: um recado, uma admoestação. Se seu Edson já vê de modo pessimista o seu próprio futuro, e deposita as esperanças nos filhos, João Paulo, por outro lado, espera garantir um destino melhor para si e vê o passado como uma lembrança a ser considerada, mas não uma experiência a ser repetida. No caso do primeiro, cabe aos filhos a tarefa da reconversão; no caso do segundo, ele mesmo espera ser o agente de uma mudança – para melhor.

Vimos a partir destes dois exemplos que, não nos dando uma “apresentação”, mas uma “produção de si”, os nossos interlocutores oferecem acesso a outras dimensões além daquela da experiência individual. Como sugerem Silva *et al.* (2007, p. 32):

Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido. Ao se trabalhar o vivido subjetivo dos sujeitos, através do método de História de vida, temos acesso à cultura, ao meio social, aos valores que ele elegeu e, ainda, à ideologia.

A fala dos dois agentes, que iremos destrinchar melhor nos próximos capítulos, ao retratar os dramas e dificuldades enfrentados pelos mesmos nos últimos anos, dão-nos ainda a possibilidade de ver como ocorre a relação sujeito/coletividade no espaço que elegemos como o *locus* da pesquisa. Ficamos sabendo, por exemplo, que se para os mais velhos ir para outros estados – migrar – é hoje um projeto absurdo, mas que no passado seria a coisa certa a se fazer, para os mais jovens a ideia da migração, principalmente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, desponta como a melhor alternativa ao crescente desemprego local e/ou a oferta de trabalhos precários, sem carteira assinada e que “não oferecem futuro a ninguém”.

Como dissemos há pouco, precisamos recorrer a outro método de coleta de dados em nossa empreitada empírica nas cidades de Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL. Algumas das pessoas com quem conversamos não se sentiram “à vontade” para falar livremente da sua vida a alguém com quem tinham pouco ou nenhum contato até a realização do estudo. Apesar dos esforços empreendidos pelo pesquisador e pelos entrevistados, hora ou outra entrou em cena a necessidade de um direcionamento e de um: “o que você quer saber mesmo?”.

Percebemos que para alguns de nossos interlocutores era mais conveniente lançarmos algumas questões-chaves para que pudessem a partir daí desenvolver uma narrativa de suas vidas. Em alguns momentos da investigação⁵ o “conte-me sua história” (SILVA *et al.*, 2007) precisou ser substituído pela indicação de pontos específicos que seriam importantes para a confecção do estudo.

A entrevista semi-estruturada, como bem sabemos, é um tipo de abordagem metodológica que escapa à rigidez de um questionário, mas que se diferencia, por exemplo, da entrevista informal, em que o pesquisador não recorre a um plano ou

⁵ Podemos dividir a pesquisa de campo nas cidades de Pilar/AL e Teotônio Vilela/AL até agora em duas etapas: a primeira ocorreu entre Dezembro de 2011 e Fevereiro de 2012, em que entrevistamos 7 pessoas, sendo 6 em Teotônio Vilela e 1 em Pilar; a segunda etapa ocorreu entre os meses de Junho e Julho de 2012, e conseguimos entrevistar 2 pessoas: 1 em Teotônio Vilela e 1 em Maceió, onde o entrevistado – um executivo de uma das principais produtoras de açúcar e álcool de Alagoas, situada em S. Miguel dos Campos – optou por nos receber.

guia temático e a entrevista se desenrola de acordo com as circunstâncias e as pessoas entrevistadas.

O pesquisador que trabalha com a técnica da entrevista semi-estruturada apresenta aos seus interlocutores um plano que, mesmo sendo flexível – a ordem das perguntas e os termos em que são colocadas não são rigidamente seguidos (GRANAI, 1977, p. 205) –, procura fazer com que estes forneçam informações sobre temas bem particulares. Também aí é incentivada a espontaneidade do narrador, que poderá discorrer do modo que achar melhor sobre os assuntos indicados.

Em nosso caso, procuramos fazer perguntas a respeito de temas como: o desmantelamento do “sistema de moradas”, o processo de trabalho nos canaviais, as estratégias de reprodução acionadas pelas famílias, a migração intra e interestadual e os sentidos construídos em torno do trabalho canavieiro, entre outros. Percebemos em pesquisas exploratórias e nos depoimentos daqueles trabalhadores que se sentiram mais “à vontade” para nos contar a história de suas vidas que tais tópicos mereciam receber um destaque em nosso estudo.

O uso da entrevista semi-estruturada em conjunto com o método de história de vida pôde, assim, auxiliar-nos a compreender de forma mais abrangente os meandros da produção de pessoas (antropoprodução) no contexto da agroindústria canvieira alagoana.

1.4 – Entrando em campo: breves apontamentos sobre a pesquisa empírica

Como foi colocado há pouco, nossa primeira imersão em campo ocorreu entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012.

O período mais quente do ano em Alagoas vai de setembro a março; primavera e verão ali são sinônimos de altas temperaturas, com os termômetros podendo ultrapassar a marca dos 36°C nos dias mais aquecidos. Desse modo, chegamos a Teotônio Vilela numa temporada muito emblemática: além de apresentar um forte calor – sentido nas ruas, nas casas e nos canaviais, onde homens e mulheres com vestes dos pés à cabeça vertem litros de suor –, esta época pode ser considerada ainda o “auge” da safra da cana no estado. Em dezembro já terá sido dispensada uma boa parte dos trabalhadores do corte de cana, tendo ficado nas usinas apenas aqueles canavieiros considerados “bons de braço”, os que detêm as maiores produtividades.

Dezembro também é o mês em que se iniciam as “festas”. Há o Natal, a festa de Fim de Ano, a Festa de Santos Reis etc. Segundo prepostos que entrevistamos por ocasião da pesquisa, a preocupação com o absenteísmo aumenta nesta fase da safra. Segundo eles, muitos trabalhadores começam a faltar de mais ou, quando não, a seguirem embriagados para o trabalho. Por essa razão, ainda conforme os administradores entrevistados, alguns são demitidos não por apresentarem uma baixa produtividade, mas por terem muitas faltas e darem um “mau exemplo”.

O comércio das cidades canavieiras, nesse período, fica em verdadeira ebulição. Há uma intensa movimentação pelas ruas, sobretudo aos domingos⁶, quando acontecem as feiras livres. A feira de Teotônio Vilela, por exemplo, é apontada pelos locais como a melhor da região, isso tanto pela grande variedade dos produtos que podem ser encontrados a baixos preços – o que agrada os consumidores – quanto pela “pouca burocracia” para vender (armar a banca) – o que agrada bastante os vendedores.

Nessa época do ano cidades como Teotônio Vilela e Pilar também recebem algumas opções de lazer, tais como parques de diversão, tendas de bingo e circos. Ainda são comuns *shows* musicais com grupos de forró, axé e tecnobrega, que constituem os ritmos mais conhecidos pela população.

O “ponto alto” da safra da cana, portanto, como pudemos perceber, ocorre na mesma época em que aumenta a circulação de pessoas, mercadorias e informações nas cidades canavieiras. É importante frisar que muitos/as daqueles/as que migraram para estados do Sudeste e do Centro-Oeste voltam neste período do ano com o intuito de rever os parentes e amigos. Um dos nossos entrevistados, inclusive, João Paulo, veio de Minas Gerais para visitar os seus em Teotônio Vilela. Em 2006 ele trocou o “trabalho forçado” – estas foram as suas palavras – dos canaviais pela promessa de um trabalho melhor em uma das indústrias de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro.

Foi nesse “burburinho” que iniciamos a nossa pesquisa de campo. Como sugerem Silva *et al.* (2007), procuramos selecionar nossos interlocutores a partir de indicações de pessoas da região que já conhecíamos. Desse modo, buscamos entrar em contato com alguns colaboradores que conhecemos por ocasião de uma pesquisa realizada em Teotônio Vilela entre os anos de 2008 e 2011. Tal pesquisa

⁶ Em Pilar, por conta do costume local, a feira ocorre aos sábados.

tinha como objetivo fazer um levantamento das condições de vida e trabalho de homens e mulheres que retiram a sua subsistência do corte de cana, bem como apreender os impactos desta atividade em sua saúde. Recentemente uma parte dos resultados deste estudo foi publicada em forma de artigo na Revista Cadernos CERU⁷ (USP), com o título “Trabalho e Saúde na Agroindústria Sucroalcooleira Alagoana”.

Reencontrar estas pessoas foi para nós de grande auxílio, dado que é sempre bom iniciar o contato com alguém por meio de um conhecido que lhe seja mais próximo. Sendo assim, aqueles que foram nossos interlocutores no passado passaram a ser também, nesta outra pesquisa, nossos “intermediários”.

É forçoso mencionar que a maioria das entrevistas que realizamos nas duas etapas da pesquisa de campo foi feita na casa dos entrevistados. Os casos excepcionais são o do gerente de recursos humanos de uma usina localizada em S. Miguel dos Campos/AL, que quis nos receber em Maceió, e o de um trabalhador do corte de cana com quem conversamos defronte ao ginásio de esportes de Teotônio Vilela, dado que era domingo – dia de feira – e ele tinha vindo da zona rural para o centro do município.

O local em que as entrevistas são realizadas pode revelar uma série de aspectos relevantes para o estudo sociológico; mencionamos acima o caso de seu Edson, que em sua “produção de si” levou em consideração o quanto a sua história poderia ser importante para as pessoas da casa; foi igualmente significativo conversar com um trabalhador fora de sua residência, na frente de um ginásio – um espaço público –, o que nos pareceu uma experiência um tanto desconfortável, mas capaz de proporcionar boas discussões teórico-metodológicas – e pretendemos fazê-las em outra oportunidade.

Optamos por não realizar as entrevistas no local de trabalho dos canavieiros. Como muitos destes trabalhadores são remunerados por produção⁸ – o salário “depende” do quanto a pessoa produz –, a presença do pesquisador em seu ambiente laboral, mesmo nos horários de almoço, poderia lhes “atrasar” e até gerar um déficit produtivo. Outro problema seria o da gerência das empresas, que ciente do que a emersão de certas “queixas” pode provocar, dificulta ao máximo o acesso aos seus funcionários nas propriedades das usinas.

⁷ Cadernos CERU, Série 2, v. 22, n. 1, Junho de 2011.

⁸ Trataremos mais detidamente deste assunto no próximo capítulo.

Uma das principais dificuldades com que nos deparamos foi a falta de tempo de alguns de nossos interlocutores. Em pleno “ponto alto” da safra, como já nos referimos, acreditamos de início que os fins de semana seriam os dias mais adequados para encontrá-los e fazer as entrevistas. Vimos, porém, que suas rotinas eram bem diferenciadas, sobretudo porque muitas usinas de Alagoas seguem usando o método de “5 por 1” para organizar os dias de trabalho de seus funcionários rurais. Conforme esse procedimento, o operário trabalha 5 dias seguidos e folga 1. Os dias de descanso, portanto, variam de semana a semana.

Assim sendo, boa parte das entrevistas foi realizada em dias úteis durante a noite – após nossos “contatos” chegarem do serviço –, ou no período diurno quando a visita do pesquisador coincidia com a folga do entrevistado.

Pudemos perceber que a folga de domingo é a mais valorizada pelos que trabalham no esquema “5 por 1”, visto que é quando ocorre a feira, quando os amigos e parentes se reúnem para confraternizarem e quando as famílias, no caso daquelas mais religiosas, seguem para a igreja. Fazer a entrevista neste dia – o que ocorreu em alguns pouquíssimos casos –, conseqüentemente, é de certa forma “concorrer” com as poucas oportunidades de lazer e comemoração que os canavieiros e suas famílias têm no período da safra.

A segunda etapa da pesquisa empírica, que ocorreu entre junho e julho do corrente ano, além de nos permitir realizar mais duas entrevistas, as quais julgamos muito úteis para o esclarecimento de algumas questões surgidas na etapa anterior, possibilitou-nos ainda notar as marcas do fim da “moagem”⁹ nas cidades canavieiras.

Ao fim da safra da cana¹⁰, em março, muitas pessoas seguem para outras regiões do país em busca de trabalho. Vão à procura de oportunidades de emprego tanto no campo quanto nas áreas urbanas. Alguns trabalhadores entrevistados relataram já terem trabalhado em frigoríficos, supermercados e lava-jatos em

⁹ Período da safra da cana-de-açúcar, que em Alagoas comumente se inicia em Setembro e vai até Março do ano seguinte.

¹⁰ No passado, como aponta Verçosa (2011, p. 102), alguns trabalhadores canavieiros tentavam, como eles próprios dizem, “dobrar a safra”, isto é, após trabalharem no corte de cana em Alagoas, partiam para o trabalho canavieiro em cidades de outros estados brasileiros. Atualmente está cada vez mais difícil realizar a “façanha” de “dobrar a safra”, dado que, em primeiro lugar, o elevado desgaste psicofísico causado pelo corte de cana aos trabalhadores deixa-os “moídos”, quer dizer, extremamente cansados para seguirem com o mesmo trabalho em outra região; e em segundo lugar, a colheita da cana em outros estados vem tendo a sua duração ampliada, o que faz com que as safras de usinas do Nordeste e do Centro-Sul sejam simultâneas.

estados do Sudeste e do Centro-Oeste no período da entressafra. Quando questionamos o porquê do regresso para Alagoas, ficou claro que é demasiado custoso para esses sujeitos se apartarem dos seus, bem como de, “caindo no mundo”, enveredarem-se por uma cultura e um modo de vida bastante distintos daqueles com que já estão acostumados. Ocorre assim uma “migração pendular”, dado que estas pessoas passam um tempo – previamente fixado, a princípio – fora e outro na sua região de origem.

Os principais arrimos às famílias daqueles que após a dispensa da usina decidem não viajar para outros estados são o seguro-desemprego e o programa do governo federal Bolsa Família (PBF). (Como os trabalhadores que são dispensados pelas empresas não recebem o seguro-desemprego todo ano, pode ocorrer de a migração para outras regiões ser um projeto daqueles anos em que os canavieiros sabem que não poderão contar com o benefício.) Fora isso, a solução é buscar alguns “bicos” na construção civil ou mesmo nas grandes fazendas da região.

O comércio, que outrora dava mostras de pujança, na entressafra se encolhe de um modo desalentador. É comum pequenos negócios ficarem abertos apenas na época da safra, quando uma considerável parte da população dispõe de dinheiro para realizar as suas compras.

Notamos, porém, que apesar de Teotônio Vilela e Pilar serem cidades com uma “forte tradição canavieira”, como mostraremos no segundo capítulo deste estudo, a segunda se destaca pelo fato de contar com uma economia mais dinâmica e de base mais diversificada, além de está mais próxima da capital alagoana.

Se em ambas o setor de serviços é o responsável pelos maiores valores – em reais – adicionados ao seu Produto Interno Bruto (PIB), o setor industrial de Pilar tem uma participação maior do que o de Teotônio Vilela na soma do que é produzido em cada município.

Tabela 1. Produto Interno Bruto (2009) – Valores adicionados (mil reais).

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços
Teotônio Vilela	29.642	33.259	113.682
Pilar	16.959	46.733	101.005

Fonte: Construída pelo autor a partir de dados do IBGE.

É que Pilar, por ser um município rico em petróleo e gás natural, tem instalado em seu território um conjunto de empresas que se organizam em torno da exploração destes produtos, com destaque para a Petrobrás.

Deste modo, muitas pessoas dali tentam, ao fim da safra da cana, conseguirem um emprego seja nas empresas prestadoras de serviço instaladas na cidade seja naquelas localizadas em municípios próximos, tais como São Miguel dos Campos, Coruripe – que ficam na direção sul do estado – e Maceió.

Vimos, porém, que para aqueles dispensados pelas usinas, obter uma vaga de trabalho em outro setor que não o sucroenergético constitui uma tarefa assaz árdua, quase impossível, dado que ali, no dizer de um dos nossos entrevistados, “até para varrer o chão a pessoa deve ter o 2º grau completo”.

Mesmo tendo uma economia mais dinâmica, portanto, Pilar, assim como Teotônio Vilela, vê muitos de seus “filhos” irem “tentar a sorte” em outros estados da federação ao fim de cada safra. Novamente como disse o nosso entrevistado: “Se para quem tem estudo está difícil, imagine para quem não é qualificado [...]”.

Para finalizar, em ambas as etapas da investigação empírica que empreendemos em Alagoas pudemos contar com o valioso apoio de pessoas (ver quadro abaixo) que, apesar de todas as exigências de seu cotidiano, pararam por alguns instantes e nos ajudaram com os seus depoimentos e orientações. Quando dissemos não há muito que a narrativa é um constructo coletivo, dissemo-lo pensando nas horas de conversa com homens e mulheres que, como veremos no decorrer desta obra, foram indispensáveis à construção da nossa.

Quadro 1. Características dos trabalhadores entrevistados

Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Estado civil	Profissão (pai/mãe)	Escolaridade (pai/mãe)
<i>Fábio</i>	50 anos	Cabo de turma	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	Agricultor/Dona de casa e Agricultora	-
<i>João Paulo</i>	29 anos	Professor de Geografia (ex-cortador de cana)	Ensino Superior Incompleto (cursando o 4º ano de Geografia)	Solteiro	Cortador de cana/Dona de casa	Não freqüentaram
<i>Miguel</i>	33 anos	Chefe de recursos humanos	Ensino Superior Completo	Casado	-	-
<i>Manoel</i>	17 anos	Vendedor	Ensino Médio Incompleto (cursando o 1º ano)	Casado	Cortador de cana/Dona de casa	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 1º série)/ -
<i>Edson</i>	46 anos	Cortador de cana	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 1º série)	Casado	Trabalhador rural/Dona de casa	-
<i>Cícero</i>	21 anos	Aplicador de herbicida	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 8º série)	Casado	Cortador de cana/Dona de casa	-
<i>Tadeu</i>	21 anos	Irrigante	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 8º série)	Solteiro	Cortador de cana/Dona de casa	Não freqüentaram
<i>Romário</i>	17 anos	Estudante	Ensino Médio Incompleto (cursando o 1º ano)	Solteiro	Irrigante/Dona de casa	-
<i>Paulo</i>	39 anos	Cortador de cana (ajudante de bombeiro no período da entressafra)	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 1º série)	Casado	Trabalhador rural/Dona de casa	Não freqüentaram
<i>Cleiton</i>	20 anos	Cortador de cana	Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 6º série)	Solteiro	Agricultor/Dona de casa	-

Fonte: Construído pelo autor a partir de dados colhidos em campo.

2ª PARTE

O DECLÍNIO DO “SISTEMA DE MORADAS” E A CONSTITUIÇÃO DE UM PROLETARIADO RURAL NA ÁREA SUL DOS TABULEIROS ALAGOANOS

A cana é uma devoradora de terras e de homens.

Ditado caribenho

2.1 – Da “morada” para a usina

A nossa pesquisa de campo foi realizada em dois municípios alagoanos que possuem uma forte tradição canaveira: Teotônio Vilela, situado na Microrregião de São Miguel dos Campos, e Pilar, que está localizado na Microrregião de Maceió, e que faz parte ainda da Região Metropolitana de Maceió¹¹.

Figura 1: Mapa de Alagoas por Microrregiões.



Fonte: SEPLANDE <<http://www.planejamento.al.gov.br/>>

¹¹ A Região Metropolitana de Maceió compreende os seguintes municípios: Maceió, Rio Largo, Marechal Deodoro, Pilar, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Messias, Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Paripueira.

A opção por estas duas cidades deu-se pelo fato de estarem próximas de algumas das principais usinas de açúcar e álcool do estado, e por residir ali, seja de forma permanente ou temporária, uma boa parte das pessoas que vendem àquelas a sua força de trabalho.

Outro fator importante é que ambas serviram como “destinos certos” para muitos ex-moradores quando do desmantelamento do “sistema de moradas”.

De acordo com a antropóloga social Beatriz Maria Alasia de Heredia, autora que realizou um estudo clássico sobre o processo de modernização da agroindústria canavieira alagoana nas décadas de 1970 e 1980, o fim do sistema de moradas fez com que muitas famílias procurassem fixar residência nas periferias das cidades produtoras de cana, além de tentarem arrumar emprego em algumas das usinas da região.

Se antes, Heredia argumenta, os moradores eram impedidos pelos “senhores” de se deslocarem de uma fazenda a outra, ou mesmo da fazenda para a cidade em busca de trabalho, o fim do sistema de moradas, por seu turno, trouxe a exigência de um deslocamento para as áreas mais pobres das cidades e uma busca dolorosa por um serviço que lhes garantisse a sua subsistência e a dos seus (HEREDIA, 1988).

Seu Edson¹², por exemplo, um de nossos interlocutores em Teotônio Vilela/AL, contou-nos um pouco das “andanças” que teve de empreender após ele e sua família serem expulsos de uma fazenda no município de Boca da Mata/AL, onde viviam como moradores.

Depois de lá... depois de sair da fazenda [Fazenda Pau-Brasil], eu comecei a trabalhar na usina... como clandestino, com o empreiteiro; naquele tempo ninguém fichava ainda; nem fichava nem cadastrava. Ai eu com a idade de dezesseis anos comecei a trabalhar na Usina Caeté [em São Miguel dos Campos]; como clandestino, né? Não tinha esse negócio de [...]. Ai todo dia eu saia de casa às quatro horas da manhã pra ir trabalhar. (Grifos nossos).

¹² Seu Edson (nome fictício) tem 46 anos. É cortador de cana, casado e pai de cinco filhos. A entrevista com ele ocorreu no dia 12/02/2012 em sua residência, na cidade de Teotônio Vilela/AL.

Outro trabalhador, Paulo¹³, disse-nos que a saída de sua família de uma fazenda localizada na cidade de Coruripe/AL está relacionada à morte do seu pai, fato que, segundo o nosso interlocutor, fez com que os proprietários do lugar chegassem para ele e seus familiares e os incitassem a procurar uma casa em Teotônio Vilela/AL:

Após a morte dele lá, mandaram ela [a mãe] escolher uma casa aqui [...]. Ou em Coruripe ou aqui; ai foi tempo que ela veio pra aqui; ai viemos [sua mãe e quatro irmãos seus] morar aqui. Ai depois eu comecei a trabalhar no campo, nos negócios da usina. Porque era um negócio de cadastro, não fichava; depois é que vieram fichar (Grifos nossos).

Nas respectivas fazendas, os pais de seu Edson e Paulo trabalhavam, entre outras coisas, no cuidado com as plantações de cana dos proprietários, os quais eram importantes fornecedores desta matéria-prima para as usinas da região. O seu caso tipifica bem aquilo que o sociólogo Afrânio Garcia Jr. (1988) escreveu a respeito dos significados da morada e de ser morador. Diz esse estudioso que

*Ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. (GARCIA JR., 1988, p. 9). (Grifos originais).*

Ser morador, portanto, estava relacionado a dois importantes aspectos: primeiro, o sujeito recebia do senhor uma casa dentro de sua propriedade – ou domínio, como coloca Garcia Jr. – e, segundo, o mesmo tinha por obrigação que estar à disposição do senhor para a realização de qualquer tipo de atividade.

O dono da propriedade, graças ao patrimônio fundiário, acumulava aquilo que Garcia Jr. chama de uma “força social específica”, que é tanto material, pelo número

¹³ Paulo (nome fictício) tem 39 anos. Trabalhador rural – como ele fez questão de enfatizar durante a entrevista –, na época da entrevista trabalhava como ajudante de bombeiro (ele e seus colegas eram responsáveis por conter as queimadas nos canaviais da usina). É casado, tem três filhos e um neto. A entrevista ocorreu em sua casa, também em Teotônio Vilela/AL, no dia 24/06/2012.

de “braços” à espera de suas ordens, quanto simbólica, pela quantidade daqueles que o reconheciam como senhor (GARCIA JR., 1988, p. 9).

O morador, em muitos casos, também podia ter acesso a um pedaço de terra, onde cultivava alimentos para si e seus familiares, geralmente culturas provisórias, que não ocupam o terreno por muito tempo; era o chamado “roçado”, no qual toda a família do morador trabalhava, ou quando não, ao menos os homens.

Garcia Jr. argumenta, contudo, que “[...] não era a ‘terra’ que era concedida aos *moradores*, mas a autorização de realizar certas práticas precisas que podiam ser controladas pelo *senhor* ou por prepostos” (GARCIA JR., 1988, p. 9). (Grifos originais).

A autorização de que trata o autor está relacionada à obediência dos moradores para com o dono da propriedade. Ademais, o trabalho para o senhor era condição *sine qua non* para a realização de um trabalho dito “para si” (no roçado).

Como coloca Heredia (1988), os moradores se dividiam entre o “cambão” – dias de trabalho prestados ao senhor – e o trabalho na roça. Os dias de serviço dedicados ao senhor, entre outras coisas, era uma forma de os moradores expressarem “gratidão”, ou como coloca Garcia Jr., de tentarem retribuir uma dívida que não podia ser paga (GARCIA JR., 1988, p. 11).

A queda do sistema de moradas representou, portanto, uma mudança bastante significativa na forma de os donos de propriedades se relacionarem com os trabalhadores. Representou, sobretudo para estes últimos, a perda de elementos que garantiam uma certa segurança frente às incertezas da vida fora da fazenda ou do engenho.

Alguns trabalhadores seguiram para o Centro-Sul do país, que havia experimentado um rápido crescimento industrial entre as décadas de 1940 e 1950. Mas apesar de ser uma alternativa muito viável às pessoas que assistiam à ruína do modo de vida local, ir para estados de outras regiões constituía uma opção extremamente custosa. Isso porque, entre outros fatores, ir embora significava trabalhar e viver num universo social totalmente desconhecido (GARCIA JR., 1988, p. 21).

Outros, e aqui voltamos para o caso da família de seu Edson, tentaram reorganizar a sua vida na própria região onde viviam. Se não na mesma cidade, em

idades que estavam em “alvoroço” por causa da expansão canavieira. Isso aponta para o fato de a migração interna ser uma estratégia muito em conta já durante os anos 1970 e 1980, quando o sistema de moradas dava mostras avultantes de decadência em Alagoas.

A saída da fazenda em que vivia com a família em Boca da Mata levou seu Edson, como vimos em parágrafos anteriores, a buscar trabalho no município vizinho de São Miguel dos Campos. Este município, assim como outros situados na região conhecida por Tabuleiros de São Miguel dos Campos¹⁴, foi um dos mais procurados por usineiros que queriam expandir seus negócios em direção ao sul do estado. De acordo com Lima (2001, p. 50):

Quando comparado com as antigas áreas de cultivo da cana (várzeas e encostas), os tabuleiros eram menos férteis, o que representava uma desvantagem. Contudo, tais áreas, até então consideradas inaptas para a cana, apresentavam vantagens, como a facilidade de mecanização, a dispensa do uso de curvas de nível e realização de drenagem [...].

Se antes o solo dessa região era considerado impróprio para o cultivo da cana-de-açúcar, e portanto pouco lucrativo, posteriormente a aplicação de produtos químicos na terra e o desenvolvimento de novas variedades da planta fizeram com que a área dos tabuleiros se transformasse num verdadeiro “oásis” para os empresários do setor sucroalcooleiro.

¹⁴ Uma outra forma de designação da Microrregião de São Miguel dos Campos (Cf. Figura 1), onde a formação dos tabuleiros (Cf. Figura 2) é muito comum.

Figura 2: Mapa do Relevo de Alagoas.



Fonte: <http://www.frigoletto.com.br/GeoAlagoas/relevo.htm>

Heredia (1988), entre outros autores, denunciou a venda de terras “a preço de banana” pelos pequenos proprietários dessa região aos grandes usineiros. Mesmo merecendo bem mais do que os valores apresentados, os donos de pequenas propriedades foram pressionados a repassá-las a preços módicos.

Como consequência desse processo, houve uma intensificação da concentração fundiária e o fim da cultura de subsistência desenvolvida por pequenos agricultores, o que acabou provocando também uma redução na oferta de alimentos e o aumento de seus preços (LIMA, 2001, p. 51).

Isso certamente constitui aquilo que David Harvey, retomando os conceitos marxianos de “acumulação primitiva” ou “acumulação original”, chamou de “acumulação por espoliação”. Este teórico britânico sustenta que a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência não pode ser relegada a uma “etapa original” do capitalismo. Trata-se de um processo, segundo ele, que está em andamento nos dias de hoje (HARVEY, 2004, p. 120-121).

Um dos vários exemplos que Harvey usa para demonstrar esse processo dinâmico e bem atual é o da substituição, em diversos cantos do mundo, da agropecuária familiar pelo agronegócio, que além de trazer os malefícios elencados há pouco por Lima (2001) – concentração fundiária, alta dos alimentos etc. –, forja

ainda a criação de um proletariado sem terra e mal precário, bem como, pela relação predatória com a natureza, é responsável por causar danos irreparáveis a esta.

Lima (2001, p. 51), por sinal, afirma que a expansão da atividade canavieira para os tabuleiros provocou um forte desequilíbrio ecológico por conta da rápida destruição do que restava ali da mata atlântica e do despejo de resíduos industriais nos rios e lagoas da região, provocando a poluição das águas e a mortandade da fauna ictiológica.

O processo de criação de um proletariado sem terra e precário pós-sistema de moradas pode ser percebido, indubitavelmente, na trajetória de seu Edson. Sem terra e/ou até mesmo sem uma “autorização” (GARCIA JR., 1988, p. 9) para trabalhar na de alguém, a solução encontrada por nosso entrevistado ao desemprego de então foi submeter-se às difíceis condições de trabalho do corte de cana na usina, como vimos em seu relato. Assim como ele, muitos outros “desamparados” passaram a trabalhar nas usinas alagoanas como “clandestinos”, “sem ficha”; onde realizavam um trabalho estafante e recebiam muito mal pelo mesmo. Como argumenta Lima (2001, p. 51), a inserção dos trabalhadores nesse “novo esquema” lhes afetou profundamente a qualidade de vida.

Um aspecto que vale a pena ser reforçado aqui é o do deslocamento ou migração interna provocados pelo decaimento do sistema de moradas e pela expansão das atividades canavieiras para o sul do estado nos anos 1970 e 1980. Para muitas famílias de distintas partes de Alagoas, o “jeito”¹⁵ foi seguir para a zona canavieira e tentar a sorte ali.

Teotônio Vilela, por exemplo, que passou de povoado de Junqueiro a município independente em 1986, foi o local escolhido por usineiros que antes possuíam investimentos no norte de Alagoas para a instalação da Usina Seresta¹⁶, o

¹⁵ A expressão “é o jeito” ou “foi o jeito”, que escutamos muitas vezes durante a pesquisa de campo em Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL, mostram o quanto “fatores objetivos” são e foram importantes nas tomadas de decisão das pessoas com quem falamos. “É o jeito” tem a ver com propensão, inclinação para um determinado estado de vida. Os homens e mulheres não são como autômatos, executando ações de forma mecânica e irrefletida; contudo, suas “motivações”, como nos recorda Engels (1984, p. 477), estão imbricadas a “causas históricas”, cabendo ao sociólogo questionar quais as “causas históricas” que estão por trás destas ou daquelas “motivações”.

¹⁶ A Usina Seresta foi fundada no ano de 1973 no município supracitado. A empresa é na verdade o resultado da fusão de duas usinas antes situadas no norte de Alagoas: a Usina Santa Amália (outrora localizada em União dos Palmares) e a Usina Boa Sorte (antes estabelecida em Viçosa). Ao se juntarem para criar o novo empreendimento, os dois empresários estavam de olho nas possibilidades de lucro decorrentes da expansão canavieira para as áreas de tabuleiro no sul do estado.

que fez com que o antigo aglomerado rural-urbano de “Feira Nova” fosse um dos destinos mais procurados por pessoas em busca de emprego. O desmonte das usinas no norte e a sua transplantação para a região dos tabuleiros, inclusive, foi o que fez com que muitas famílias antes estabelecidas ali, em cidades como Viçosa, Chã Preta e Paulo Jacinto, seguissem em direção ao sul do estado.

A ocupação das periferias dos municípios canavieiros por migrantes ocorre, portanto, em consonância com a sua inserção em trabalhos pesados e mal pagos oferecidos pelas usinas.

É curiosa a fala de seu Edson quando se reporta à sua chegada em Teotônio Vilela – após deixar Boca da Mata e passar um tempo em Barra de São Miguel. Um típico processo de migração cíclica fortemente influenciado pela expansão canavieira. Diz ele:

Eu morei cinco anos na Fazenda Recanto da Lagoa [em B. de São Miguel, ainda trabalhando na Usina Caeté]. Foram dois anos como clandestino e mais três como fichado [...]. Ai fez cinco, né? Ai fui falar com o Dr. Maurício pra sair, porque meus meninos não estavam se dando bem morando perto da lagoa. Ai eles me pagaram as contas. Ai eu vim pra cá pra Teotônio, tentar arrumar uma casa pra morar. Vim pra aqui, arrumei uma casinha [...] num cantinho acidentado, do outro lado da pista. Eu comprei a casa por mil e trezentos contos [mil e trezentos reais]. (Grifos nossos).

Ora, o fim do sistema de moradas e a expansão da cana para a região dos tabuleiros estão em íntima sintonia com aquilo que Lima (2001, p. 51) denominou de “sobrecarga populacional” nas cidades canavieiras. De acordo com ele, este fenômeno agravou ainda mais os problemas já existentes de infra-estrutura em tais localidades.

Mesmo sendo relativamente recente (início da década passada), a ida de seu Edson com a família para Teotônio Vilela é marcada pelos mesmos problemas e privações que muitos encontraram quando de sua instalação ali nas décadas de 1970 e 1980. Também nosso entrevistado teve que se fixar na periferia, “num cantinho acidentado”, afastado do centro. Morar no “outro lado da pista”, em Teotônio Vilela, até hoje quer dizer morar numa área remota, pouco favorecida pelos serviços públicos básicos; numa análise mais radical, pode significar também estar

excluído, pois no discurso de muitos locais, quem reside no “outro lado da pista” vive não em Teotônio Vilela, mas em “Feira Nova” (um dos nomes do povoado que deu início à cidade), portanto, no “passado”.

Foi por essa via que muitos ex-moradores entraram no processo de proletarização que vimos discutindo. As áreas mais bem providas foram ou já estavam ocupadas por comerciantes, empresários e empregados qualificados das usinas. Aos homens e mulheres não qualificados, que apenas procuravam um trabalho nas unidades produtoras de açúcar e álcool, fosse este qual fosse, restaram as encostas¹⁷, ou, como se diz na região, as “bibocas”.

Isso revela um pouco do sofrimento enfrentado pelas pessoas que, privadas de sua antiga base de sustentação social, passaram a perambular de cidade em cidade em busca de uma vida digna.

Contudo, tratar de um proletariado sem terra e precário pós-sistema de moradas, como nos referimos há pouco, requer não perder de vista algumas contribuições teóricas importantes, entre as quais destacamos as de Claude Meillassoux.

2.2 – A “sedução” do salário e o caráter precário do trabalho canavieiro

Boa parte da mão-de-obra que tomou lugar nos trabalhos rurais das usinas situadas na região dos tabuleiros foi constituída por migrantes, pessoas que vieram de outras partes do estado e até de outros estados, daí a importância do estudo de Meillassoux sobre a migração para a discussão de alguns pontos de nossa pesquisa.

Mesmo se referindo a um contexto marcado pelas migrações internacionais na África e na Europa, Meillassoux chama a atenção para o fato de que muitas pessoas decidem migrar por conta da limitação do acesso à terra, sendo a migração

¹⁷ Em “A situação da classe operária na Inglaterra” (1977), mais especificamente no tópico sobre “Manchester”, Friedrich Engels fornece uma descrição minuciosa das condições de moradia dos trabalhadores que se fixaram naquela cidade em meados do século XIX. Com uma extraordinária riqueza de detalhes, o autor descreve o “bairro dos trabalhadores” e o tipo de relação das pessoas residentes ali com os moradores dos bairros mais abastados da grande “cidade industrial”. É interessante notar, como também ocorre no caso que vimos descrevendo acima, a “destinação” das áreas mais debilitadas aos trabalhadores e suas famílias.

uma das “respostas” possíveis à exploração de que as mesmas são vítimas (1977, p. 205).

Posto de outro modo, há uma correlação entre fatores objetivos e subjetivos na escolha de alguém por migrar. No caso que aqui analisamos, o fim do sistema de moradas e a expansão canavieira para o sul do estado – e que na verdade constituem faces da mesma moeda – foram as molas propulsoras de um processo que até hoje está em voga; os elementos coercitivos que exigiram uma reorganização da vida de todos/as aqueles/as que se viram privados/as do acesso à morada e/ou a terra.

Na morada, dando sequência, a troca objetiva tomava a forma de “troca de favores” (GARCIA JR., 1988, p. 11), havendo, portanto, um distanciamento das formas mercantis, em que cada um dos envolvidos reflete sobre seus interesses contemplados e os interesses atendidos pela parte oposta (p. 11).

Isso quer dizer que a compra e venda da força de trabalho dava espaço, no sistema de moradas, à troca de benefícios entre o senhor da propriedade e o morador. Os “dons generosos” concedidos pelo primeiro ao segundo faziam com que este tivesse os seus interesses “obscurecidos” (p. 11), ou seja, “retribuindo” o trabalho do morador concedendo-lhe uma casa, um pedaço de terra e aquilo que podemos chamar, grosso modo, de “apadrinhamento”, entre outras coisas, o senhor se esquivava da obrigação de respeitar certas leis ou contratos trabalhistas.

Deste modo, a relação senhor - morador estava fundada naquilo que regionalmente é expresso na frase “uma mão lava a outra”, em que um entra com a concessão provisória de certos bens e o outro com a “obediência”, a disponibilidade aos interesses do “benfeitor”.

O declínio desse tipo de relação social levou o ex-morador a se deparar com o assalariamento e todas as suas implicações. Se antes a disponibilização de sua força de trabalho ao senhor constituía um tipo de contradom (MAUSS, 2003), posteriormente a venda da mesma às usinas de açúcar e álcool a um preço irrisório tornar-se-á a única forma de garantir a sua sobrevivência. É como escreve, portanto, o estudioso pernambucano Manoel Correia de Andrade:

O morador foi se transformando em assalariado e o processo de proletarização foi se intensificando gradativamente, à proporção que as

safras aumentavam, que a usina incorporava mais terras às suas culturas e a população periférica das cidades e vilas ia se ampliando. Antigos moradores, desapropriados de seus sítios, transferiram-se para a área urbana e passaram a prestar serviços como trabalhadores alugados, nos períodos em que as usinas e os engenhos necessitavam de braços de forma mais intensa. Esse processo de proletarização se tornaria mais agudo na década de setenta, quando surgiram as grandes usinas que produziam mais de um milhão de sacos por safra. O impacto sobre o espaço produzido foi forte na formação de centros urbanos característicos, que eram habitados sobretudo por trabalhadores da cana (2010, p. 71).

A princípio, como recorda Meillassoux (1977), o salário pode exercer um “fascínio” sobre aquelas pessoas até então acostumadas aos meios de produção domésticos, e no nosso caso em particular, ao trabalho como contra-dádiva nas fazendas.

O salário “seduz” o trabalhador, que o enxerga como um ganho, um *plus* em relação a um modo de troca calcado na constituição de dívidas morais por parte dos envolvidos. No entanto, e aqui tomamos como exemplo os próprios trabalhadores do corte de cana, o emprego no setor capitalista, após a experiência num setor mais tradicional (a morada), está relacionado a diversos problemas, que vão desde as insalubres condições de moradia até as durezas e os perigos – para usar alguns termos de Meillassoux (1977) – que cortar cana exigem. A inserção se dá de maneira deficiente, e a clandestinidade, evidenciada por seu Edson, é apenas uma das ramificações desta situação.

[...] Naquele tempo ninguém fichava ainda; nem fichava nem cadastrava. Ai eu com a idade de dezesseis anos comecei a trabalhar na Usina Caeté [em São Miguel dos Campos]; como clandestino, né? Não tinha esse negócio de [...]. Ai todo dia eu saia de casa às quatro horas da manhã pra ir trabalhar. (Grifos nossos).

O trabalho de crianças e adolescentes também veio na cauda deste processo de proletarização. As crianças, que já ajudavam os seus pais quando estes ainda eram moradores, passam então a trabalhar com os mesmos quando de sua inserção no “trabalho forçado” das usinas.

Para muitos filhos e filhas de ex-moradores a escola ficou em segundo plano, pois auxiliar os pais a de alguma forma “colocar a comida dentro de casa”, a garantir a sobrevivência da família – muitas delas numerosas –, foi o mais importante.

Um outro entrevistado nosso em Teotônio Vilela, João Paulo¹⁸, falou um pouco desse quesito. Ele, que a princípio só estudava, e que com a expulsão de sua família de uma fazenda situada na cidade de Coruripe passa a ajudar o pai no corte de cana, foi paulatinamente adentrando mais no universo laboral e deixando o escolar de lado – quadro que só reverteu na fase adulta.

Com onze anos eu vim pra Teotônio Vilela. Meu pai foi expulso da fazenda, que era a Fazenda Paraná. Lá meu pai executava todas as funções relacionadas à parte agrícola, à parte do campo; desde cortar madeira pra plantio de cana até cortar cana; ele fazia de tudo lá. Mas em 92 nós mudamos pra cá; eu cheguei com onze anos. Meu pai já estava aqui, já tinha vindo primeiro que a gente; e já estava trabalhando na Usina Guaxuma; naquele ano [...], não, no ano seguinte eu ingressei na escola; foi muito bom, porque eu realmente gostei de estudar. Mas foi também aí que eu comecei a trabalhar. Nas minhas férias de julho, quando a usina estava na entressafra, fazendo o plantio de cana, eu ia com o meu pai pra ajudá-lo nesse processo; ou ia plantar cana com ele ou ia cortar cana com ele; ou então fazia amarrar os feixes de cana pra o plantio. Mês de Julho era pra fazer isso. Eu tinha que aprender. Na cabeça dele todos os filhos tinham que ser trabalhadores, mesmo pequenos. Então eu comecei no trabalho rural, no trabalho forçado. Quando era no final do ano, nas férias de Dezembro e Janeiro, eu ia pra o corte de cana; meu pai me levava pra o corte de cana. Eu tive que aprender. Eu aprendi a cortar cana. Meu pai preparou uma foice pequena pra mim. Ele disse: “Olhe, meu filho, essa aqui é a sua foice; é com ela que você vai trabalhar”. Meu pai me dava duas carreiras e levava sete. Então eu cortava duas carreiras de cana, e ele cortava sete, porque a usina dizia que era nove carreiras de cana. Aí foi, foi [...], meu pai acabou adoecendo. E em 96 eu comecei a trabalhar pelo dia e estudar à noite. A escola já não era assim tão importante. A partir de então era uma questão de sobrevivência. Meu pai não tinha mais condições de manter a casa, e eu com dezesseis anos eu tinha. Eu e meus irmãos tínhamos que colocar o pão de cada dia em casa; e o único espaço que tinha pra trabalhar era a cana. Cortando cana todos os dias.

¹⁸ João Paulo (nome fictício) tem 29 anos de idade. Solteiro, ex-cortador de cana em Alagoas e atualmente residindo em Ituiutaba/MG, para onde migrou no ano de 2006. A entrevista com ele ocorreu no dia 12/01/2012 na casa de sua mãe, no município de Teotônio Vilela/AL.

Levar crianças e adolescentes para o eito¹⁹, prática um tanto comum “naquele tempo que ninguém fichava, que ninguém tinha cadastro”, estava relacionada a dois fatores muito importantes.

O primeiro é que denunciava o quanto a atividade do corte de cana é penosa e extremamente desgastante. Em *Errantes do fim do século* (1999), Maria Aparecida de Moraes Silva afirma que esta prática era conhecida no espaço onde realizou seu estudo como “baião de dois”, em que “[...] os (as) mais fracos (as) levavam consigo uma outra pessoa para ajudá-los (as) no corte” (p. 205).

O “trabalho em conjunto” – visto que mais de um filho ou outro parente podia ajudar – tinha por objetivo amainar um pouco a situação, dado que cortar cana, como ressalta o sociólogo Luciano Padrão (1997), “quer dizer bem mais do que isso”, ou seja, trata-se de um serviço que pode ser dividido em várias atividades, pois além de cortar a cana – seguindo padrões rigorosos, que com o tempo foram se aperfeiçoando –, o sujeito ainda deve cuidar de transportá-la até um local específico e organizá-la de modo a facilitar o trabalho daqueles que a levarão para a empresa. Alguns trabalhadores ainda tinham que amarrar a cana em feixes antes de conduzi-la a um determinado ponto – ou por conta de a cana cortada ser de encosta ou pelo fato de algumas usinas ainda não terem uma quantidade suficiente de máquinas carregadeiras no campo, levando então os canavieiros a carregarem eles mesmos os caminhões –, o que tornava a lida no eito mais estafante ainda.

Dividir o trabalho por tarefas e as tarefas por pessoa era, portanto, uma forma de lidar com um serviço que já não deveria mais seguir o ritmo do corpo – “faço o que dá” – mas sim o ritmo imposto pela gerência da usina, que aos poucos passa a querer disciplinar os corpos – fazendo-os “dóceis” – e torná-los os mais produtivos possível (FOUCAULT, 1987).

Junto à exigência de se cortar as nove carreiras (“ruas”) de cana²⁰ – os “eitos gigantes”, como argumenta Verçoza (2009) – há a imposição de uma média de

¹⁹ É assim que os trabalhadores canavieiros se referem ao local de trabalho. Se no período do “sistema de moradas” a expressão “trabalhar no eito” dizia respeito ao trabalho realizado não para si, mas para o dono da propriedade, atualmente “trabalhar no eito” tem a ver simplesmente com o trabalho nos canaviais (HEREDIA, 1988).

²⁰ O pesquisador Francisco Alves (2008) argumenta que no estado de São Paulo predomina o eito de 5 ruas ou 5 linhas (que são as linhas onde a cana é plantada), sendo que cada linha (ou “rua”) se encontra espaçada da outra por uma distância de 1,5 metro. Ressaltamos, porém, que há possíveis variações na quantidade de “ruas” (ou fileiras de cana). Possivelmente em São Paulo o eito de 5 ruas

toneladas a ser alcançada; média essa que tem aumentado drasticamente nos últimos anos, elevando o desgaste psicofísico dos trabalhadores e chegando a lhes causar sérios problemas de saúde (SANTOS, 2009).

O segundo fator, e que fica evidente na fala de João Paulo, é o da socialização no (e para o) trabalho.

Na cabeça dele todos os filhos tinham que ser trabalhadores, mesmo pequenos. [...] Eu aprendi a cortar cana. Meu pai preparou uma foice pequena pra mim. Ele disse: “Olhe, meu filho, essa aqui é a sua foice; é com ela que você vai trabalhar”.

Levar os filhos para o canavial era também uma forma de iniciá-los no trabalho pesado da usina. Para os pais, aquele era um trabalho “possível” para os mesmos, daí a necessidade de aprendizado, de socialização. Como o próprio João Paulo observa, o corte de cana era o único serviço de que pessoas como ele, seu pai e seus irmãos poderiam tirar o sustento da família naquele momento de suas histórias. Uma atividade estropiante, mas que sem exigir muitas qualificações para a sua realização, era vista como uma das únicas alternativas para um elevado contingente de migrantes e ex-moradores em busca de emprego.

Em decorrência desta “iniciação”, percebemos que o trabalho de crianças e adolescentes no eito contribuía ainda para os interesses dos usineiros enquanto uma fração da classe capitalista, tal como sugere Daniel Bertaux (1979, p. 165). E isso por conta de uma “antropoprodução pura e simples”, em que “formando desde a mais tenra idade” os futuros trabalhadores “na disciplina e na submissão”, os proprietários estariam garantindo para o futuro “um proletariado duro no trabalho, mas doce frente à autoridade” (BERTAUX, 1979, p. 165).

Fica patente assim aquilo que Pierre Bourdieu chamou de “efeito destino” (2001). Não que a condição de cortador de cana tivesse que passar peremptoriamente de pai para filho, mas como o próprio Bourdieu argumenta, a determinado volume de capital²¹ herdado corresponde aquilo que ele chama de

é a única forma ou pelo menos a forma prevalente de eito. Em Alagoas, por sua vez, há trabalhadores que chegam a cortar cana em eitos de 7, 9 e 11 ruas.

²¹ Capital como uma “relação social”, uma “energia social” que existe e produz os seus efeitos somente no campo em que ela se produz e se reproduz (BOURDIEU, 2008, p. 107). O capital a que nos referimos acima pode ser descrito como um “capital de disposições”.

“feixe de trajetórias”, o que constitui um “campo dos possíveis” repassado aos agentes (BOURDIEU, 2008, p. 104). A posse de um *savoir faire* – um “capital específico”, na linguagem de Pierre Bourdieu, ou um conjunto de “capacidades”, no dizer de Daniel Bertaux – foi o que possibilitou ao nosso jovem interlocutor João Paulo ser aceito posteriormente no corte de cana como trabalhador independente, ou seja, parte de sua trajetória laboral está em íntimo acordo com a de seu pai, situação que pode ser igualmente notada em diversos outros casos.

A expansão canavieira, por conseguinte, proporcionou não apenas a criação de um proletariado sem terra e precário (LIMA, 2001; HARVEY, 2004); criou ainda as condições de reprodução do mesmo.

E, conseqüentemente, o ingresso dos filhos na escola, que segundo os trabalhadores poderia ser um meio eficaz daqueles trilharem um caminho diferente do seus (PEDREÑO, 2010), torna-se um projeto de vida bastante danificado devido à necessidade de crianças e adolescentes entrarem precocemente no mercado de trabalho para complementar o salário dos pais.

Como a conciliação entre estudo e trabalho torna-se assaz dificultosa para muitos, os agentes, não poucas vezes, são levados a distanciarem-se do primeiro; sendo que o comprometimento da carreira escolar, em vários casos, permite aquilo que Paes de Barros e Mendonça (1991 *apud* ALESSI; NAVARRO, 1997) chamam de “reprodução da miséria”.

O que para o capitalista – no caso em tela, o usineiro – era um ganho, afinal tratava-se de algumas mãos a mais pelo mesmo preço – ou por um preço ínfimo – e o treinamento de mão-de-obra para o futuro graças à antropoprodução, para os pais e seus filhos constituía uma perda inestimável. O tempo doado ao trabalho era o tempo que poderia ser gasto na escola, a qual, como dissemos há pouco, era vista como a “saída”, ou pelo menos, sinônimo de um destino mais aceitável.

Assim como ontem, o uso vergonhoso da força de trabalho de crianças e adolescentes pelas usinas alagoanas, que inclusive foi um dos alvos de uma operação do Ministério Público do Trabalho em 2007²², atende a uma lógica

²² A chamada “Operação Zumbi dos Palmares”, em que uma força-tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) flagrou uma série de irregularidades no que se refere às condições de vida e de trabalho dos cortadores de cana. Mesmo tendo a força-tarefa mostrado de modo claro a situação precária em que estes trabalhadores se encontram em seus ambientes laboral e extra-laboral, as mudanças exigidas a partir dela ainda caminham a passos lentos, sendo que muitas vezes a própria

gananciosa e irresponsável, fruto de uma busca ávida pelo enriquecimento e satisfação de pequenos grupos; raciocínio este que se aproxima daquele do sociólogo José de Souza Martins, quando ele afirma que

O desenvolvimento alucinado que os países ricos e as vorazes elites dos países pobres exigem dos países pobres, para beneficiar apenas uma pequena parcela da população, implicou o descarte de mão-de-obra já barata. Implicou, também, a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, mediante pura e simples supressão de direitos conquistados pelas classes trabalhadoras, na incorporação precoce do braço infantil ao processo de trabalho, para nele substituir o adulto que, apesar de barato, tornou-se caro nos termos da lógica cerrada da acumulação sem limites e sem escrúpulos [...]. (*apud* ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 2-3).

Se sob os pais pesa uma incerteza sobre a velhice (MEILLASSOUX, 1977, p. 207), dada a realização de um trabalho esgotante e a progressiva perda dos direitos trabalhistas, entre outros fatores, sob os filhos daqueles paira uma aura de desconfiança em relação ao futuro. Desconfiança esta que é agravada pela crescente mecanização do trabalho agrícola nas usinas. O medo dos mais velhos de, por conta da idade, já não produzirem a cota determinada pela gerência e assim serem substituídos pela máquina (SANTOS, 2009), encontra o seu correspondente no temor dos mais jovens de nem mesmo conseguirem emprego – caso dos que ainda buscam trabalho – ou não chegarem a “durar” numa certa atividade, como o corte de cana – caso dos novatos.

2.3 – A modernização da agroindústria canavieira alagoana e o drama dos “permanentemente temporários”

Os anos 70, como alguns sociólogos defendem, foi marcado por uma vigorosa “ofensiva do capital”, isto é, frente aos desafios que se tornavam cada vez maiores, os empresários passaram a perceber que uma reestruturação da produção seria não apenas bem vinda, mas também necessária. A crise do capitalismo industrial, como coloca Alves (2000), obrigou as empresas a adotarem novos

justiça acaba beneficiando aqueles que contribuem para a apresentação deste quadro preocupante. (Cf. “Juiz dá prazo à usina Santa Clotilde enquanto trabalhador sofre maus tratos”, PRT, 19ª Região, Alagoas, 2008).

padrões organizacionais-tecnológicos, isso com o intuito de torná-las mais fortes e competitivas frente ao mercado.

Este fenômeno não ficou circunscrito apenas à Europa, Ásia ou Estados Unidos. A crescente globalização e a interdependência política, econômico-financeira e cultural entre os países fizeram com que as empresas brasileiras logo passassem a adotar fortes políticas reestruturativas, seja no âmbito produtivo seja nos âmbitos administrativo e organizacional.

O complexo agroindustrial canavieiro não ficou de fora deste processo; muito pelo contrário. Como é possível perceber na literatura especializada, as unidades produtoras de açúcar e álcool que não se adaptaram aos “novos tempos” ou faliram ou foram anexadas àquelas que empreenderam mudanças significativas em sua base de produção (CARVALHO, 2000; LIMA, 2001).

O fim do Instituto do Açúcar e do Alcool²³ (IAA) e de projetos governamentais como o Proálcool²⁴ anunciou um outro tempo, marcado pela desregulamentação estatal da produção canavieira e a necessidade de as empresas criarem elas mesmas as condições de se tornarem atuantes e eficientes. O negócio da cana, que historicamente se desenvolveu sob o “guarda-chuva do Estado”, sofreu um sério “baque” (LIMA, 2001). Os trechos a seguir, extraídos de uma obra de Carvalho (2000), podem ajudar-nos a compreender melhor o sentido desse “choque de capitalismo”:

A desregulamentação do setor sucro-alcooleiro, ainda que mantendo antigas práticas, como a fixação de quotas e planejamento de safras, tornou

²³ O IAA, segundo Carvalho (2000), foi criado em 1933 a partir da Comissão de Defesa da Produção Açucareira, que já existia desde 1931 e que tinha por finalidade mediar os conflitos de interesse entre o Sudeste e o Nordeste, e também regular as relações entre produtores de cana e usineiros. Ainda de acordo com Carvalho (2000, p. 15): “A intervenção governamental, no período de existência do IAA, pode ser dividida em duas etapas distintas correspondentes ao desempenho do setor sucro-alcooleiro: 1) entre 1933 e 1960 é o período de *crescimento regular*, representado pelo processo de institucionalização setorial, quando se criam os mecanismos de regulação e de defesa permanente como os planos anuais de defesa de safra sem, no entanto, dinamizar a expansão da produção através de mecanismos de financiamento direto e, 2) entre 1960 e 1990 é a fase de *crescimento acelerado*, quando ocorre o processo de modernização agrícola-industrial induzida pelo Estado”. (Grifos originais). O IAA foi extinto em Março de 1990.

²⁴ O Programa Nacional do Alcool/Proálcool surgiu em 1975 e foi para a economia nacional uma alternativa energética aos derivados do petróleo, bem como uma alternativa para os empresários do setor canavieiro, que tinham aumentado as unidades de produção graças aos estímulos do governo federal entre os anos de 1970-75 para o comércio de açúcar no mercado internacional. O seu fim, em 1986, foi uma das medidas que marcaram o surgimento de “novas relações” entre o setor agroindustrial canavieiro e o Estado. (CARVALHO, 2000, p. 22-27).

livres os preços do açúcar cristal, do álcool e da cana, liberalizou o mercado nacional eliminando a reserva de mercado para o açúcar no Nordeste, até então monopolizado pelos produtores regionais e privatizou as exportações, que passaram a ser feitas diretamente pelas usinas ou por *tradings*, colocando os principais e assimétricos centros produtores de açúcar em pé de igualdade formal na disputa pelos mercados nordestino e externo. [...] Movendo-se num novo ambiente institucional marcado pela desregulamentação estatal, com graves problemas de endividamento e competitividade, com uma média de rendimento industrial menor que a de São Paulo e com a média de produtividade agrícola significativamente mais baixa que a do Centro-Sul, o setor sucro-alcooleiro nordestino passou a enfrentar uma situação nova. Esse novo modelo adotado é o responsável maior pelo processo de reestruturação produtiva que ora acontece no complexo sucro-alcooleiro alagoano, com a desativação de algumas usinas e destilarias e a concentração da produção nas mãos de um grupo menor de unidades industriais (CARVALHO, 2000, p. 27-29).

Ao passo que as usinas se ocuparam de investir pesadamente em tecnologias e novas formas de organização – medida decorrente de um processo de reestruturação produtiva –, houve também o acirramento das precárias condições de vida e trabalho de seus funcionários. Podemos dizer até que um importante elemento dessa fase – a qual se apresenta como tendo um caráter modernizador – foi a manutenção de um proletariado precário. Posto de outro modo, os trabalhadores foram os mais afetados nessa marcha de reestruturações e tomadas de medidas inovadoras. Os baixos salários pagos aos operários das usinas, e a sua inserção em serviços realizados de forma quase desumana, entre outros fatores, constituem o revés da modernização do setor canavieiro em Alagoas.

Há que se mencionar, por exemplo, a vigência de contratos de trabalho que outrora eram considerados atípicos. Se logo após aquele “tempo que ninguém fichava, que ninguém tinha cadastro” (seu Edson), ainda era possível vislumbrar o contrato de trabalho por tempo indeterminado nas usinas para uma considerável quantidade de pessoas, posteriormente este vai dar cada vez mais espaço a formas particulares, com destaque para o contrato por safra²⁵.

²⁵ O contrato por safra é um tipo de contrato de trabalho por tempo determinado, e tem a finalidade de proporcionar ao empregador do setor rural a possibilidade de contratar trabalhadores para a realização de “serviços específicos”, como o plantio ou a colheita de alimentos. O contrato por safra é transitório e fixado de acordo com as variações sazonais de cada atividade agrária. Nessa modalidade de contrato os trabalhadores perdem o direito ao seguro-desemprego, já que o prazo de trabalho expira normalmente. Sendo este benefício governamental o que garante a muitas famílias condições mínimas de se manterem no período da entressafra, sua cessação tem provocado uma série de protestos em Alagoas nos últimos anos. Das 23 usinas instaladas em Alagoas, 17 optaram pelo contrato safrista em 2011. Cf. “Em Coruripe (AL), fim da safra de cana 'demite' 15% da população” (2011).

E se pensarmos novamente no sistema de moradas, em que o morador tinha “trabalho o ano todo”, a inserção na usina como trabalhador safrista trouxe uma série de dificuldades.

Sabendo que provavelmente ficará seis meses sem trabalhar, é do interesse do trabalhador rural – pensemos no cortador de cana – produzir de modo a garantir a sua subsistência e a da família no presente e ter “com que se virar” no futuro, quando, sem emprego e sem terra que garanta uma produção doméstica, passará por maus bocados. É como coloca seu Edson:

A gente tem que passar com o que a gente arruma na moagem²⁶. Sai deixando um courinho²⁷, arrumando [...]. O que a gente tira tem de guardar pra ir tapeando. Se arrumar alguma bocada [trabalho] por ai [na entressafra], trabalha como clandestino. Tem que ir juntando. Quando termina a moagem, já sabe, a boca é quente. (Grifos nossos).

Seu depoimento nos dá a conhecer a lógica perversa da produção capitalista. O salário por produção aliado ao tempo de serviço por tempo determinado (contrato de safrista) só faz beneficiar o usineiro, já que os trabalhadores são “forçados” pelas necessidades presentes e futuras a não só terem uma produtividade elevada, mas também “a se adequarem ao jogo”, visto que só os mais produtivos e disciplinados²⁸ poderão ser contratados na safra do próximo ano.

²⁶ Cf. Nota 9.

²⁷ A expressão “courinho” é curiosa, e diz respeito a uma reserva de dinheiro que será usada na época da entressafra, durante o período de desemprego. Mesmo naqueles anos em que os trabalhadores podem contar com o seguro-desemprego – a cada dois anos, como nos foi informado – , a prática de tentar garantir uma reserva financeira para o “inverno” persiste, pois a ideia é minorar o máximo que se possa as agonias dos meses fora da usina.

²⁸ Disciplina esta que deve ser vista em todos os momentos do trabalho, inclusive no percurso de casa para este ou deste para casa. A disciplina exigida pelas usinas pode ser expressa nesta passagem de uma entrevista que fizemos com um “cabo de turma” na cidade de Teotônio Vilela/AL, em que ele aborda a importância do “bom comportamento”: *O bom comportamento é aquele que pega o eito de cana, e mesmo que ele não tire o eito, não abandona. Ele continua trabalhando; segue as instruções da pessoa que está tomando conta da turma. Respeita os vizinhos de eito; anda no carro direito, como se fosse na casa dele; não fica dando psiu nas estradas, quando passa por uma casa e avista uma menina... já têm acontecido coisas sérias por causa disso; gente parando os ônibus com espingardas, atirando nos ônibus. Mas é aquele trabalhador bem mandado, que respeita os colegas de trabalho; a gente procura ajudar essa pessoa* (Entrevista com seu Fábio, cabo de turma, em 19/12/2011). Logo, como sugere Silva (1999), a qualificação do “bom trabalhador” canavieiro “[...] não passa apenas pelo maior dispêndio de força, energia (“bom” cortador de cana), [...] mas também pelos caracteres pessoais impregnados de valores morais” (p. 84); o bom cortador não só corta cana, mas se trata ainda “[...] de um “sujeito moral”, de um trabalhador cujo corpo e espírito estão dotados dos elementos necessários à execução das tarefas” (p. 206).

Seu Edson, assim como tantas outras pessoas que tiram o sustento do trabalho rural nas usinas, faz parte de um grupo que podemos denominar de “permanentemente temporários”. Ele guarda boas recordações do tempo em que trabalhava na usina tanto na safra quanto na entressafra. Era mais seguro, mais animador. Quando passou para safrista “as coisas só fizeram piorar”.

Como pudemos comprovar, o grande desejo daqueles trabalhadores canavieiros que entrevistamos nas cidades de Teotônio Vilela/AL e Pilar/AL é ter um emprego tanto no verão quanto no inverno²⁹. Porém, suas baixas qualificações profissionais, o caráter excludente da modernização do complexo agroindustrial canavieiro e a ainda tacanha atuação de outros setores da indústria alagoana fazem com que este projeto de vida se torne cada vez mais distante.

2.4 – A usina: entre a inclusão e a exclusão

A usina, por seu turno, é também uma organização caracterizada pelas inclusão e exclusão seletivas, e isso se dá por duas vias, que na verdade são bifurcações de um mesmo plano: a busca pela competitividade e lucratividade no mercado.

A primeira via diz respeito às mudanças empreendidas no processo produtivo a partir do uso de novas técnicas de gestão e de trabalho. Tomemos como exemplo o caso da atividade da “limpa de mato”, que era o que garantia a muitos trabalhadores um emprego na usina na época da entressafra.

Os trabalhadores que “ficavam no inverno”, tinham, entre outras tarefas, a de livrar as plantações de cana das ervas daninhas. Trocavam a foice ou o facão pela

²⁹ Na fala dos nossos entrevistados, “verão e inverno” aparecem meio que como sinônimos de “safra e entressafra”. Já está no imaginário local a ideia de que os meses do verão são para o trabalho, e os do inverno, não de maneira voluntária, mas forçada, para o não-trabalho. Por conta do elevado número de pessoas que ficam desempregadas durante a entressafra, esta também foi associada por alguns de nossos interlocutores à época do “apuro”, do “desgosto”. Não é apenas o comércio de cidades canavieiras como Junqueiro, Teotônio Vilela e São Miguel dos Campos que fica “morto” no intervalo entre uma safra e outra; as pessoas, sobretudo as que perderam o trabalho “mais uma vez”, também expressam em seus semblantes uma tristeza estarecedora, um desânimo muitas vezes fadado ao ressentimento, visto que as poucas opções ao desemprego são o trabalho clandestino (“bicos”), quando há oferta – na construção civil, ou “limpando mato” nas fazendas da região etc. – ou a migração temporária para o Centro-Sul do país – nem sempre viável devido a questões financeiras e familiares.

enxada, assim como o sistema de pagamento por produção (vigente no período da safra) era trocado pelo método da diária.

Se num primeiro momento as usinas investiram “rios de dinheiro” no desenvolvimento de novas variedades de cana resistentes à seca³⁰ e na compra de produtos químicos que tornassem o solo “mais rico”, sobretudo quando da expansão canavieira para o sul do estado, mais tarde houve um pesado investimento na compra e no uso de agrotóxicos, com o intuito de tornar o combate às pragas da cana mais eficiente.

Dessa forma, aos poucos a limpa de mato “foi perdendo terreno” – pois entram em cena os “aplicadores de herbicida” –, e boa parte das pessoas que lidavam com isto tendo que procurar outros meios de sobrevivência na época da entressafra. É o caso também da mecanização do plantio e da colheita da cana, entretanto trataremos mais detidamente deste assunto em outra ocasião.

A segunda via relaciona-se à eliminação daqueles indivíduos considerados não adequados para o serviço. Como vimos tratando mais especificamente do trabalho rural nas usinas – uma análise comparada da impacção no trabalho fabril demandaria bem mais tempo e espaço –, tomemos novamente como exemplo o caso das pessoas que cortam cana.

Conforme dissemos não há muito, as usinas determinam um *quantum* de toneladas de cana a ser alcançado diariamente por estes trabalhadores; isso além de terem que seguir rigorosamente as minuciosas prescrições da gerência para o corte da planta³¹.

Na safra 2008/2009, a Usina Seresta determinou a quantidade mínima de seis toneladas de cana por dia; nas de 2009/2010 e 2010/2011, passou a exigir seis

³⁰ Franco (2011) se refere a estas medidas como integrantes dum “primeiro ciclo de investimentos tecnológicos” do setor agroindustrial canavieiro alagoano. Merecem destaque aí os pesquisadores ligados à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que contribuíram e contribuem sobremaneira para o desenvolvimento de novas variedades de cana. A UFAL, inclusive, faz parte da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (RIDESA), formada ainda por mais oito universidades federais, entre as quais a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³¹ Conforme o sociólogo Luciano Padrão (1997, p. 142) algumas destas recomendações são:

- i) cortar a cana bem rente ao solo;
- ii) cortar a sua extremidade (a “ponteira”) no local exato, de modo a evitar a perda de matéria-prima;
- iii) lançar a cana cortada a uma distância padrão, formando fileiras “limpas” (sem canas à sua volta), sendo que estas devem estar bem espaçadas (para evitar mudanças no trajeto das máquinas carregadeiras) e com as palhas bem afastadas, impedindo que estas sejam recolhidas junto com a cana.

toneladas e meia; sete toneladas na safra 2011/2012; e, segundo um cabo de turma³² daquela usina que entrevistamos no município de Teotônio Vilela/AL, a exigência passará para sete toneladas e meia de cana por dia na safra 2012/2013.

Ora, a combinação dessas exigências com o modo como é realizado o trabalho nos canaviais torna o corte de cana uma atividade extremamente cansativa e martirizante, sendo que adoecimentos e mortes por conta do excesso de trabalho no eito têm sido algo muito presente (O TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA, 2006; PLANCHEREL *et al.* 2011; SANTOS, 2011).

Apesar disso, as usinas seguem com uma política calcada na premiação daqueles trabalhadores mais produtivos, e no descarte daqueles que são incapazes de seguir o ritmo de trabalho que lhes é imposto.

Os trabalhadores mais produtivos – “campeões da produtividade” (NOVAES, 2007) ou “bonzões”, como são conhecidos localmente – recebem desde cestas básicas até produtos como geladeiras e motocicletas pelo seu “desempenho exemplar” durante o corte de cana. Em pesquisas de campo no município de Teotônio Vilela/AL, pudemos conhecer trabalhadores que já chegaram a cortar vinte toneladas de cana num único dia de trabalho; isso em “eitos gigantes” (VERÇOZA, 2009), sob um sol escaldador, e tendo que lidar com a fuligem e o cheiro nauseativo da cana queimada, além do risco de acidentes com animais peçonhentos e produtos agrotóxicos (impregnados nas plantações de cana).

Há ainda a técnica do “ganho progressivo por produtividade”, em que os preços da tonelada de cana variam de acordo com o potencial produtivo de cada trabalhador, ou seja, se este cortar num dia de trabalho até x toneladas de cana, a tonelada custará y ; já se cortar mais do que x ($x+n$), a tonelada passará a ter outro preço, um pouco maior que y .

Essa proposta, aliada à da concessão de regalos aos não mais “bóias-frias”, mas “colaboradores rurais”, tem por objetivo incentivar uma maior produção entre os cortadores de cana, bem como estabelecer uma “concorrência velada” entre eles, concorrência esta que os “diferencia e os hierarquiza” (SILVA, 1990, p. 9).

É o que ocorre, inclusive, entre os “trabalhadores do lugar” e os “sertanejos”; os primeiros sendo caracterizados pelo fato de residirem no entorno das usinas, nas

³² Entrevista com seu Fábio, em 19/12/2011.

idades canavieiras, e os segundos por serem de outra região do estado ou até de fora, dirigindo-se à região produtora de cana apenas no período da safra – “migração pendular”. De acordo com Plancherel *et al.* (2011, p. 64-65):

Dentre os *assalariados contratualmente temporários*, os próprios sujeitos do universo canavieiro alagoano ratificam não apenas aquela forma de sua socialização no processo de trabalho como estabelecem também uma forma de diferenciação social no interior de sua própria categoria profissional, afetando assim a sua unidade face ao capital: uma diferenciação entre si definida, não segundo princípios estruturais de desigualdade social, senão segundo posições numa hierarquia social baseadas, desta vez, em critérios fisiográficos. Estes critérios, combinando estratos objetivos e sua percepção subjetiva, fracionariam a identidade de trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar entre “os do lugar” (residentes, com suas famílias, no mesmo município e/ou em municípios circundantes à localização da usina em cujos canaviais trabalham e aos quais se deslocam diariamente) e os *sertanejos*, os do “não-lugar”, em geral pequenos produtores agrícolas que, no período de entressafra da sua própria plantação no sertão alagoano, dirigem-se ao corte da cana na zona da mata. (Grifos originais).

Além da hierarquização baseada em critérios fisiográficos, há aquela fundada na concorrência entre os canavieiros, de modo que os “sertanejos” são vistos pelos colegas e contratadores como excelentes trabalhadores, “dispostos” para o trabalho e altamente produtivos.

Já os “do lugar”, também chamados de “locais” ou “pontas de rua”, são descritos por alguns prepostos como bons trabalhadores, mas um pouco “macetosos”³³, e talvez menos produtivos que os de fora. As representações de uns e de outros emergem, arriscamos dizer, como “tipos ideais” construídos de forma “mais ou menos espontânea”. Dizemos “mais ou menos” pelo fato de atenderem aos objetivos da empresa capitalista – neste caso a usina –, ao apresentar, como Marx (1996) já sugerira n’ *O Capital*, um “trabalhador modelo”, que “incentiva” os demais com a sua disposição e busca por uma maior produtividade³⁴.

³³ Esse termo é usado por alguns prepostos para designar aqueles trabalhadores que hora ou outra faltam, ou que apresentam um comportamento um tanto aquém daquele que a empresa solicita. Na visão dos prepostos, os “trabalhadores do lugar”, por morarem na mesma região onde trabalham, têm mais chances de causar “dor de cabeça”, visto que podem querer ir para casa mais cedo – se estiverem trabalhando num lugar perto da cidade –, faltarem ao serviço no período de festas ou fazerem outras coisas que a sua condição de “melhores integrados ao local” permitam. “Os ‘sertanejos’ quando vêm pra cá já vêm certos pra trabalhar, pra produzir”, é uma das expressões mais comuns entre os instidores quando tratam do par “trabalhador local”/ “sertanejo”.

³⁴ Segundo Marx, a intensidade do trabalho no sistema de remuneração por peça (por produção) é desenvolvida “naturalmente”, mas também pode ser adquirida de forma “artificial”, pelo destaque

2.5 – Um aparte

Talvez alguns comentários a respeito de dois pontos evidenciados por Plancherel *et al.* (2011) sejam pertinentes. O primeiro faz menção ao termo “não-lugar”, reivindicado como uma maneira de identificar a proveniência dos trabalhadores “sertanejos”, que estariam em “oposição” aos trabalhadores “do lugar”. É preciso ter em conta que a expressão “não-lugar” não pode ser confundida com aquele notável conceito antropológico proposto por Marc Augé (2007), qual seja, o de “não-lugares”.

O “não-lugar”, na concepção augeana, refere-se àqueles espaços marcados pelo anonimato, pela impessoalidade das relações e pela ausência de qualquer tipo de características pessoais. Dois exemplos clássicos desses “não-lugares” são os aeroportos e as grandes redes de hotéis. Espaços que estão no cotidiano de muitas pessoas, mas que são “lugares de passagem”, impessoais.

Se fôssemos nos pautar por Augé, as cidades sertanejas que toda safra enviam alguns dos seus cidadãos para o corte de cana na Zona da Mata do estado não constituiriam “não-lugares”; muito pelo contrário, aquelas seriam ou albergariam justamente os “lugares” de que o autor francês trata; os quais se caracterizam por serem espaços relacionais, identitários e históricos.

Os “não-lugares” talvez fossem ainda os alojamentos das usinas, em contraposição ao ambiente doméstico deixado em outro município; ambiente doméstico este marcado pela informalidade e pela afetividade familiar, muito diferente do espaço oferecido pela empresa, que além de distinguir-se como “casa de passagem”, é também um espaço de controle.

O termo “não-lugar”, porém, tal como aparece no excerto retirado de Plancherel *et al.* (2011), quer dizer o mesmo que “de fora”. Os “sertanejos” são aqueles que não são “do lugar”. Caso fossem tomados como do “não-lugar” (Augé),

dado a um certo trabalhador. Guardadas as especificidades do caso que analisamos e do que Marx menciona, é lícito reproduzir aqui um pequeno trecho em que T. J. Dunning aborda o assunto. Diz ele: “No *Engineering Trade* de Londres, por exemplo, vale como truque tradicional “que o capitalista escolha um homem de força e destreza superiores para chefe de certo número de trabalhadores. Ele lhe paga trimestralmente ou em outro prazo um salário adicional sob a combinação de que fará todo o possível para incentivar seus colaboradores, que apenas recebem o salário ordinário, a uma extrema emulação”. (DUNNING *apud* MARX, 1996, p. 184). Um “tratamento diferenciado” concedido pelos prepostos de uma usina aos trabalhadores sertanejos já foi inclusive discutido por Padrão em seu texto de 1997.

ou seus espaços de origem seriam considerados espaços anônimos e desprovidos de pessoalidade, o que não se aplica, como vimos no parágrafo anterior, ou seríamos tentados a pensar que se tratam de trabalhadores “sem lugar”.

O segundo ponto destacado por Plancherel *et al.* (2011) e que aqui comentamos é o de que os “sertanejos” seriam “em geral pequenos produtores agrícolas” em sua região de origem no período da entressafra da cana. Isso nos parece claro e bem válido, porém um adendo que julgamos importante diz respeito ao fato de estas mesmas pessoas também poderem trabalhar para terceiros de forma clandestina em suas cidades. Além dos que se identificam como “pequenos produtores” por possuírem um “pedaço de terra miúdo” ou por serem arrendatários ou ainda por trabalharem no regime de “meia”³⁵, há aqueles trabalhadores que, cortadores de cana no período da “moagem”, sobrevivem na entressafra graças à realização de “bicos”; lidando em atividades como as de pedreiro, servente, mas também como as de trabalhadores rurais nas grandes fazendas dos municípios, entre outras.

É interessante notar que mesmo aqueles trabalhadores que em sua região de origem são pequenos proprietários de terra podem vir a se tornar empregados dos grandes fazendeiros dali na época da entressafra. Sendo mais comum isto acontecer quando a família dos primeiros conta com uma suficiente disponibilidade de braços, fazendo então com que sejam possíveis tanto a produção doméstica (na própria terra) quanto o trabalho remunerado (na terra de um proprietário mais rico).

Como trabalhadores “permanentemente temporários”, então, os “sertanejos” combinam atividades e inatividades, trabalho remunerado com produção doméstica etc.

Após essa longa digressão sobre os trabalhadores “de fora”, a qual, julgamos, tem a sua razão de ser, voltamos agora a discutir a problemática da eliminação dos não adequados para o trabalho canavieiro, assim representados pela usina como organização que cumpre o papel de incluir e excluir pessoas.

2.6 – Quem recrutar e quem excluir: o caso dos idosos, das mulheres e dos trabalhadores adictos a drogas

³⁵ Nesse sistema o agricultor – “meeiro” – divide os custos e a produção com o dono da terra.

Pois bem, sejam os trabalhadores “locais” ou “sertanejos”, as medidas aplicadas pela usina para tornar o trabalho mais produtivo, e portanto gerar mais divisas para a empresa, acabam atingindo em cheio sobretudo os canavieiros mais velhos, que já se encontram há muito tempo trabalhando nos eitos.

A usina acaba expulsando aqueles que já não são capazes de acompanharem o ritmo nefasto de trabalho que lhes é imposto. Quando não ocorre a expulsão dos menos aptos durante os meses da safra – época do “jacaré”³⁶ –, estes provavelmente são preteridos quando da seleção no próximo ano, visto que todos os seus dados, inclusive os que se referem à sua baixa produtividade, estão nos “arquivos” da usina. O trecho de uma entrevista realizada em 2009 com um cabo de turma na cidade de Teotônio Vilela/AL aborda esta questão; ele inicia falando do processo de recrutamento dos canavieiros para depois tratar das “razões” que levam uma pessoa a não ser contratada:

No início era de porta em porta, falando mesmo: “Boa tarde, eu sou Fulano de Tal, trabalho de cabo na usina Tal e estamos precisando de trabalhadores prá uns serviços. O senhor tá desempregado?” “Ah, tô desempregado!” Ai a gente diz o que é que ele vai fazer, e aí quando com quinze dias, mais ou menos, a gente tá com a turma formada. Hoje é mais difícil, antes era melhor, por que antes nós pegava qualquer pessoa prá trabalhar, hoje a gente já tem mais ou menos uma seleção. No ano passado eu peguei cinqüenta pessoas prá trabalhar. Então, entre as cinqüenta tinha dez que tinha problema, às vezes não tinha comigo, mas tinha com os amigos. É [...], passava pelas pessoas casadas dando psiu, dizendo algum palavrão, então quando essas pessoas, tem vez que chegam no final da moagem a gente conversa [...] Têm uns que a gente consegue, tem outros que não, então aquelas pessoas já no outro ano, a gente deixa prá outras pessoas. O trabalhador cortava quatro toneladas de cana, esse ano a gente já não pega

³⁶ Nome dado pelos trabalhadores aos cortes de pessoal feitos pela usina durante os meses da safra. Seu objetivo, conforme apreendemos, é deixar apenas os trabalhadores mais produtivos e mais bem “comportados”. Há casos, porém, de o trabalhador não sair durante o “jacaré”, mas não ser contratado na próxima safra. Ouvimos histórias dramáticas enquanto estivemos em Alagoas para a realização da parte empírica de nossas pesquisas. Uma delas foi a de um jovem senhor de 42 anos que, tendo a carteira rejeitada por uma usina na época de contratação, insistiu de todas as formas para ser aceito, só conseguindo êxito quando a sua esposa foi falar pessoalmente com o cabo e explicar uma por uma as “razões” para o marido conseguir o trabalho. Sem o emprego na usina, o casal e seus cinco filhos passariam por sérias dificuldades. A entrevista com o casal foi realizada em 11/04/2009 no município de Teotônio Vilela/AL.

mais esse [...] Porque é muito baixa a produtividade, são pessoas que não se adaptaram àquela profissão. Ele pode ser bom em outra.

Como vimos em páginas anteriores³⁷, há uma ênfase no “aspecto comportamental” dos canavieiros, contudo está claro que o fato de a pessoa não produzir o que a usina determina pode levá-la a ficar de fora na próxima safra.

Na “lista” que cabos e gerentes de campo mantêm estão os nomes dos “subversivos”, “arruaceiros”, “puxadores de greve”, mas também os dos que serão descartados por apresentarem uma baixa produtividade; os que por mera “sorte” não saíram no “jacaré”, mas que não agradaram de todo os contratadores.

Não podemos tratar do caráter excludente da usina sem mencionar o caso das mulheres, dado que o seu emprego nas indústrias de açúcar e álcool do estado vem recuando drasticamente nos últimos anos. Segundo Padrão:

Se, no passado, a inserção das mulheres no trabalho agrícola ocorria, segundo diversas narrativas, nas mais distintas etapas do processo produtivo da cana, a situação vigente hoje é exatamente oposta. A radical exclusão das mulheres do trabalho na cana-de-açúcar se dá em razão de uma lógica complexa, que articula componentes fundados tanto em uma “ideologia de gênero” (Abreu e Sorj, 1985), como em uma certa ideologia administrativa, a qual imediatamente associa a contratação do trabalho feminino a encargos sociais. No discurso gerencial, as mulheres teriam sido excluídas de diversas etapas do processo produtivo em função de um nível de produtividade tido como comparativamente inferior ao trabalho masculino.

Esta lógica produtivista – que atinge outros segmentos de trabalhadores além daqueles que não se encontram no auge de sua força física, como é o caso dos idosos – se associa a uma ênfase nos papéis de esposa e de mãe, nas funções reprodutivas das mulheres. Isto irá reforçar, segundo as narrativas da gerência, sua exclusão do processo de trabalho, não como supostas competências do gênero feminino em torno de uma maior ou menor produtividade no trabalho, mas como uma estratégia administrativa de livrar a empresa dos encargos sociais correspondentes à procriação. Em outras palavras, mulheres casadas encontram-se hoje sumariamente excluídas do acesso ao trabalho rural na empresa. (1997, p. 139).

Nas usinas de Alagoas, os principais trabalhos “direcionados” às mulheres são descritos como aqueles que requerem “mais tato”, mais “jeito”; desse modo, é possível divisar algumas poucas mulheres trabalhando no plantio³⁸, que começa

³⁷ Cf. Nota 28.

³⁸ Essa atividade é descrita da seguinte maneira por uma das pessoas que entrevistamos: *O plantio é corte de cana, é semente... a gente corta, têm outros que plantam... o trator sulca e o pessoal semeia*

alguns meses antes do início da safra³⁹, e também em setores como os da administração e pesquisa. Os “trabalhos duros”, os “serviços pesados”, estes são deixados a cargo dos homens; já alguns dos “mais leves”, no dizer dos gerentes, podem ou não ter mulheres em sua feitura.

É evidente que não se pode afirmar ser o “aspecto cultural” o único responsável pela exclusão das mulheres de algumas atividades, sobretudo as rurais; mesmo os prepostos sustentando que o não-emprego de mulheres em serviços como o corte de cana, por exemplo, está relacionado ao fato de estas não serem tão flexíveis quanto os homens⁴⁰ – um engodo, está claro –, o que se nota é uma tentativa, da parte da usina, de evitar “certas dores de cabeça”⁴¹.

(A Usina Seresta⁴², só para citar um caso específico, mas também emblemático, tinha apenas três mulheres trabalhando na parte rural-agrícola na safra 2011/2012: uma cortadora de cana, uma operadora de máquina colheitadeira e uma responsável pelos cuidados com as mudas da planta.)

A presença irrisória de mulheres na parte rural-agrícola das usinas não é o único ponto que salta à vista quando se trata das relações de gênero em torno da agroindústria canavieira alagoana – é de se notar, porém, que as poucas mulheres que para ali se dirigem no período da safra são em sua maioria negras e detentoras de um baixo ou mesmo inexistente nível de escolaridade; destaca-se ainda o fato de algumas serem “mães solteiras”, separadas e/ou viúvas.

a cana, né. Ai... quem cobre é o trator mesmo... um semeia e outro pinica no sulco (Edson. Cf. Nota 12). O plantio, ainda segundo nosso interlocutor, começa no “inverno” e pode durar até três meses. Também é um trabalho dividido por turmas: há as turmas dos que cortam e a dos que semeiam e “pinicam” a cana nos sulcos. A divisão sexual do trabalho neste serviço, portanto, é conformada de modo que os homens ficam responsáveis por conduzirem o trator e cortarem a cana e as mulheres por semeá-la e “pinicá-la” nos sulcos.

³⁹ Em Alagoas a safra da cana se inicia comumente em Setembro e segue até Março do ano seguinte. Esse período é o mais quente do ano. Cf. Nota 9.

⁴⁰ De acordo com um cabo do corte de cana (seu Fábio) entrevistado em Teotônio Vilela/AL, as mulheres não seriam *tão flexíveis quanto os homens para trabalhar em qualquer atividade*, por isso a preferência por homens para os trabalhos do campo. A entrevista ocorreu no supracitado município no dia 19/12/2012.

⁴¹ Expressão usada por um cabo de turma que entrevistamos em Teotônio Vilela/AL. Evitar “dores de cabeça”, no discurso da administração, seria o mesmo que evitar o cumprimento de certos encargos sociais decorrentes da contratação de mulheres pela usina, o que reforça a tese de Padrão de que a exclusão destas também se deve a uma “ideologia administrativa” (1997, p. 139).

⁴² Empresa pertencente à família do atual governador do estado de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e localizada na cidade de Teotônio Vilela/AL. A informação foi-me repassada em entrevista com um trabalhador (Seu Fábio) da referida usina em 24/05/2012 no supracitado município. Cf. Nota 16.

Dito isto, é importante recordar aqui que em *Errantes do fim do século* (1999), a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva empreendeu uma análise bastante perspicaz das trajetórias de vida de três mulheres canavieiras (Cida, Nilza e Dona Francisca), as quais, apesar das dessemelhanças, estavam fundamentadas nas dificuldades materiais, nas relações de conflito e na presença do poder masculino nos âmbitos afetivo-familiar e laboral (p. 270).

A autora, guiando-se pela ideia de “nó”⁴³, desenvolvida pela pesquisadora Heleieth Saffioti, mostrou que a exploração-dominação de gênero, de classe e étnico-racial foi uma constante na vida daquelas pessoas, causando-lhes dor e revolta, mas também insuflando formas de luta e de resistência.

Com base também neste propósito – o de tentar revelar o modo como as histórias se cruzam e ganham força – é que destacamos o caso daquelas mulheres esposas, noivas e/ou namoradas de trabalhadores canavieiros que dividem com estes as suas agruras, sonhos e lamentos.

Com base em estudos⁴⁴ que realizamos entre 2008 e 2009 e em observações mais recentes, pode-se afirmar que as práticas das mulheres são muito importantes para se compreender o atual quadro de exclusão/precariedade de que são vítimas homens, mulheres, crianças, jovens e idosos na região dos tabuleiros alagoanos⁴⁵.

Percebe-se, por exemplo, que além do cuidado com os filhos e com os esposos – não é exagero asseverar que nos meses da safra as mulheres esposas de canavieiros são “as primeiras a levantar” e “as últimas a dormir” –, algumas mulheres passam ainda a realizar certos trabalhos para ter com que complementar a renda da família; trabalhos que vão desde a venda de “flaus”⁴⁶, bolos e salgados até o “lavado de roupa” para as famílias mais abastadas do lugar.

Por fim, mas não menos importante, merecem destaque nesta discussão sobre a usina como organização caracterizada pelas inclusão e exclusão seletivas

⁴³ Saffioti (1999, p. 9) diz ter usado a figura do nó para mostrar de forma simultânea “[...] a simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado. Não se trata de separar estas contradições, que operam por meio desta nova realidade de caráter fusional, mas de examinar cada uma delas à luz do nó que formam”.

⁴⁴ Sobre as condições de trabalho e saúde dos canavieiros alagoanos.

⁴⁵ Essa região é marcada por um sério paradoxo: se por um lado estão situadas em seu espaço algumas das usinas de açúcar e álcool mais modernas do Nordeste, por outro predominam ali alguns dos piores índices de desenvolvimento humano do estado de Alagoas (CARVALHO, 2000).

⁴⁶ Também chamados de *fraus*, são sucos de fruta congelados vendidos em pequenos sacos plásticos.

aqueles jovens que por conta de uma série de fatores – como ter que lidar com as pressões de um trabalho extremamente dilapidador –, acabam se envolvendo com o uso de drogas ilícitas, entre as quais o crack e a maconha.

Em estudo sobre o uso do crack por trabalhadores rurais canavieiros, a pesquisadora Arlete Fonseca de Andrade concluiu que o consumo desta droga estaria relacionado à busca por um prazer, mesmo que fugaz, diante dum trabalho pesado e alienante. Em suas palavras:

[...] Esses trabalhadores passam o dia todo cortando cana, sentindo grande exaustão e sem obter o prazer desejado. A maioria desconhece a importância de seu trabalho dentro da estrutura da agroindústria canvieira. Esse processo torna-se alienante para o homem que exerce sua atividade profissional objetivando apenas sua sobrevivência, sem vislumbrar outra alternativa ou perspectiva de vida. Assim, a droga pode ser uma forma de sentir o prazer tão desejado, além de proporcionar um estímulo não racional, mas físico, fazendo com que o cansaço e o desânimo desapareçam por alguns instantes. (ANDRADE, 2003, p. 138).

Assim como nos canaviais de São Paulo e de outros estados, o consumo de álcool, maconha e crack, entre outras drogas, vem se tornando cada vez mais frequente nos eitos de Alagoas.

Em entrevistas com trabalhadores e cabos de turma entre os anos de 2008 e 2011, vimos que a postura das usinas alagoanas frente a este fenômeno é bastante discriminatória, pois além de não oferecerem um acompanhamento àqueles trabalhadores que utilizam certas drogas para se manterem “firmes” no trabalho, os mesmos ainda são vistos como um “problema” a ser evitado nas próximas safras.

Logo, se por um lado a usina chega até a incentivar o consumo do crack entre os cortadores de cana⁴⁷, dado que os mesmos, sob o seu efeito, podem produzir bem mais, por outro, aquela se abstém de prestar uma assistência adequada aos trabalhadores e ainda os dispensa quando a saúde destes já começa a dar mostras de debilidade.

Vimos nessa segunda parte do texto, portanto, que a modernização da agroindústria canvieira alagoana é marcada por uma série de contradições. O fim do sistema de moradas, que veio na esteira desse processo, fez com que muitas

⁴⁷ Cf. “SP: Usineiros incentivam crack para cortadores trabalharem 14h” (2011).

pessoas ingressassem num modo de vida caracterizado por privações e incertezas frente ao futuro.

A precariedade das relações de trabalho é um dos principais aspectos desta marcha rumo ao progresso. Outro aspecto importante é o do desemprego, que vem aumentando paulatinamente nos últimos anos, sobretudo devido à mecanização da produção e às técnicas de enxugamento de pessoal, praticadas tanto na parte fabril quanto na parte rural das usinas alagoanas.

É tendo como pano de fundo este contexto que passamos a discutir, na próxima parte, os meandros da produção antroponômica dos novos trabalhadores do setor canavieiro alagoano. Para isso, atentaremos para a experiência e os significados do trabalho na cana construídos por pessoas que são de famílias cujas bases de sustentação material estão desde longa data no trabalho rural-agrícola das usinas.

3ª PARTE

A ANTROPOPRODUÇÃO DO TRABALHADOR CANAVIEIRO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA E OS SENTIDOS DO “TRABALHO NA CANA”

Já trabalhei que só! Já trabalhei de servente, amarrando cana com o meu pai [...]. Era eu, meu pai e meu irmão; tudo clandestino; eles cortavam e eu amarrava. Eu não sabia ainda cortar, ai ia só amarrando! Era lá pra as bandas de Junqueiro, numa fazenda que tinha.
(Tadeu, 21 anos, irrigante)

*Eu comecei a trabalhar no campo com a idade de nove anos de idade. Meu pai levava a gente pra o serviço, pra ensinar a gente a amarrar cana; e ali a gente ia aprendendo. Nisso a gente começou a aprender e sempre nós ia; todo dia a gente ia amarrar cana com ele! Ai, isso ai ficou. Ai quando nós tava com a idade de doze, treze anos, e ele viajava, ele já deixava marcado pra gente trabalhar, pra fazer o serviço. A gente fazia, tirava a média que ele queria; ele dizia: “Olhe, é tanto”. E a gente tinha que tirar. **Quando a gente não tirava, a gente apanhava.***
(Grifos nossos).
(Edson, 46 anos, cortador de cana)

Lá [na Fazenda Mundaú, em Rio Largo/AL] eu trabalhava na roça; meu pai trabalhava no campo; sempre trabalhou no campo cortando cana; e a gente na roça, plantando feijão [...], essas coisas assim. A gente morava na fazenda, que era de uma usina, e meu pai era morador; e a gente plantava macaxeira, vendia também.
(Grifos nossos).
(Cícero, 21 anos, aplicador de herbicida)

[...] Nas minhas férias de julho, quando a usina estava na entressafra, fazendo o plantio de cana, eu ia com o meu pai pra ajudá-lo nesse processo; ou ia plantar cana com ele ou ia cortar cana com ele; ou então fazia amarrar os feixes de cana pra o plantio. Mês de Julho era pra fazer isso. Eu tinha que aprender. Na

cabeça dele todos os filhos tinham que ser trabalhadores, mesmo pequenos. Então eu comecei no trabalho rural, no trabalho forçado. Quando era no final do ano, nas férias de Dezembro e Janeiro, eu ia pra o corte de cana; meu pai me levava pra o corte de cana. Eu tive que aprender. Eu aprendi a cortar cana. Meu pai preparou uma foice pequena pra mim. Ele disse: “Olhe, meu filho, essa aqui é a sua foice; é com ela que você vai trabalhar”.

(João Paulo, 29 anos, ex-cortador de cana)

3.1 – De como Romário não se tornará um jogador de futebol

O que os quatro depoimentos acima têm em comum? Bem, são vários os elementos que poderiam ser elencados aqui, entretanto, um aspecto que logo salta à nossa vista é o da similaridade no processo de inserção no universo do trabalho canavieiro.

De fato, pelo menos três destas pessoas começaram o aprendizado no trabalho rural amarrando cana. Daí para aprenderem a realizar outras atividades no âmbito rural-agrícola foi “um pulo”, como se costuma dizer na região.

Interessa-nos mostrar, a partir das entrevistas com estes e outros trabalhadores, que a produção antroponômica ou o processo de produção antroponômica pelo qual passaram está intimamente relacionado à principal atividade econômica do seu lugar de origem: a produção de açúcar e álcool pelas dezenas de usinas ali estabelecidas.

Neste sentido, é lícito retomar uma passagem do texto escrito por Daniel Bertaux, em que ele trata da importância da produção antroponômica para a manutenção de um certo empreendimento capitalista. Diz ele:

O elemento principal da produção do capital é o trabalho operário. E o momento principal da produção da força de trabalho operária é a sua produção antroponômica no seio da forma familiar. Se essa produção parar, a produção capitalista também pára da noite para o dia (BERTAUX, 1979, p. 88).

Vê-se, então, que a produção de pessoas não se dá simplesmente como o pai ou a mãe quer; a antropoprodução, igualmente, não ocorre sem a intervenção de

fatores que à primeira passada de olhos são externos ao espaço familiar. Bem pelo contrário: a produção antroponômica mantém uma certa relação com o estágio da consunção na esfera da economia. Como afirma Bertaux, os seres humanos não serão consumidos como eles foram produzidos; eles são produzidos tendencialmente do modo como serão consumidos.

Um exemplo bem emblemático disto nós o encontramos em nossa pesquisa de campo em Teotônio Vilela/AL. Romário⁴⁸, dezessete anos, filho de um trabalhador rural e de uma dona (trabalhadora) de casa, revelou-nos que seu grande sonho sempre foi ser jogador de futebol.

Desde criança ele procurou produzir-se – exatamente no sentido proposto por Daniel Bertaux – como um jogador: a freqüência assídua nos jogos de várzea com os amigos da vizinhança, a coleta de informações sobre o “estilo” deste ou daquele atleta, os treinos em condições precárias – como correr sem tênis adequado e em estradas esburacadas – para ganhar condicionamento físico etc.

Paralelamente a este tipo específico de antropoprodução, Romário, por conta da dinâmica familiar na qual está envolvido, teve que aprender também a lidar com o trabalho duro do campo.

Seu pai, um trabalhador irrigante que na época da entressafra procura trabalhar como meeiro ou prestando pequenos serviços de forma clandestina nas fazendas do município, sempre que podia levava-o para ajudar nos seus afazeres.

Deste modo, nosso interlocutor se apercebeu entre dois projetos de vida: de um lado, a vontade de ser jogador, de ir para Maceió e dali ir para fora do estado – o estudo, conforme podemos apreender, estava associado para Romário em primeiro lugar a esta provável carreira, dado que não só em Alagoas, mas em todo o país (pelo menos em teoria), conciliar treino e escola é hoje um elemento importante na produção do jogador; de outro, a necessidade de arrumar um trabalho o mais rápido possível para ajudar a “trazer as coisas pra dentro de casa” ou comprar as suas próprias coisas.

⁴⁸ A entrevista com Romário ocorreu em sua residência, na cidade de Teotônio Vilela/AL, em 25/12/2011.

Nota-se aí uma ruptura marcante. Nosso interlocutor-narrador é “incentivado” a seguir outro caminho que não aquele do seu sonho por duas razões que no final são variações do mesmo fenômeno.

A primeira diz respeito ao fato de que as necessidades de casa não podem esperar; é preciso “sacrificar” o treino para ajudar o pai na roça, para se colocar como ajudante (servente) de pedreiro numa obra ou para realizar qualquer outra tarefa remunerada que venha a surgir. Neste ponto, merece destaque aquilo que Maria José Carneiro (1998, p. 101) chamou de “compromisso moral” para com os familiares, o qual é proporcional ao reconhecimento pela “ajuda” recebida dos pais e que gera uma situação de dívida jamais quitada.

A segunda está relacionada às limitações impostas pela posição de classe; vejamos: para poder tentar se tornar um jogador de futebol, no caso do nosso entrevistado, seria necessário, além do que já mencionamos anteriormente, ter condições de participar das famosas “peneiras” em cidades como Maceió ou Arapiraca; isto implica quando não se estabelecer de vez ali, ir com frequência para os treinos, seleções e torneios; ora, não é necessário dizer que ter uma boa reserva de dinheiro ou um padrinho generoso é fundamental nesta empreitada⁴⁹; mas a realidade é que como Romário algumas crianças e adolescentes da região em que fizemos a pesquisa deixam de ir treinar/jogar (“perder a chance”) por conta da falta de uma simples chuteira.

Sendo assim, produzir-se como um jogador perde todo o sentido. O indivíduo percebe que no ambiente em que está, nas condições socioeconômicas em que vive, não será como um atleta que deverá ser consumido (antroponomicamente

⁴⁹ Ao notarmos esta dificuldade, que é do nosso entrevistado, mas também de tantos outros adolescentes, de se deslocarem com frequência ou de se fixarem nas principais cidades do estado (as mais ricas em termos econômicos), lembramos que, para Pierre Bourdieu, o lugar que a pessoa ocupa no espaço físico caracteriza-a “de maneira mais ou menos permanente”. Segundo este autor: “O espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de um certo arranjo de agentes e propriedades. Por conseguinte, quaisquer divisões e distinções do espaço social (alto/baixo, esquerda/direita etc.) se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado (por exemplo, na oposição entre os bairros elegantes, Faubourg Saint Honoré ou Quinta Avenida, e os bairros populares ou os subúrbios) (BOURDIEU, 2001, p. 164). O espaço social, segundo Bourdieu, é o espaço definido pela “distinção” das posições e pela distribuição das diferentes espécies de capital. Assim como residir na “Feira Nova” (p. 48) diz algo sobre o lugar que seus moradores ocupam no espaço social, da mesma forma é possível perceber que há um “desmerecimento” de quem vive no interior, atitude que desperta nos moradores um sentimento de pertença manifesto, por exemplo, na frase: “É melhor ser do interior do que viver nas grotas e favelas de Maceió”.

falando). Sua produção sofre os abalos sísmicos decorrentes da fricção entre seus planos e o lugar que ocupa na estrutura de classe.

Antes eu queria ser jogador, mas agora [...]. Não dá mais não. Hoje eu já estou velho [...], já me acho velho. Agora já era, né?

Notando a inviabilidade – acima de tudo, socialmente construída – daquele plano primeiro de se tornar um atleta, Romário passa a mirar aquilo que desde a sua infância fez parte do cotidiano dos seus pais, amigos e conhecidos: a usina.

Inserir-se na usina, por mais árduo e estropiante que seja o trabalho que a pessoa vá fazer, é uma forma de garantir o atendimento daquelas necessidades que não podem esperar, como mencionamos há pouco.

Necessidades da família, mas também necessidades do próprio indivíduo, sendo estas últimas criadas a partir da sua pertença a um determinado grupo social e do tipo de relação que mantém com outras instâncias, como por exemplo, a cultura de massa.

A necessidade (socialmente engendrada) de comprar uma moto, um celular *touchscreen* ou aquele tênis da moda, mostra que o consumo importa tanto à reprodução física quanto social, dado que “[...] ao mesmo tempo em que são necessários bens e serviços que saciem a fome e sede, que forneçam abrigo, eles são também necessários para mediar relações sociais” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006 *apud* WEDIG; MENASCHE, 2009, p. 2). O consumo é um “elemento comunicador”: ele fala de quem consome, da sua família, da sua região de origem etc.

Arrumar um emprego e ter acesso a uma renda individualizada significa também, portanto, poder adquirir bens de consumo valorizados por pessoas da mesma faixa-etária ou de faixas-etárias diferentes. O jovem que após um certo tempo de trabalho na usina compra, digamos, uma motocicleta, não apenas tem o que mostrar para os amigos e vizinhos; isto (a posse do referido produto) também diz algo, por exemplo, aos pais da moça tomada por noiva quando do início da safra da cana: o provável genro, além de trabalhador, sabe poupar, não é esbanjador, logo, é alguém em que se pode depositar confiança.

Por conseguinte, comprar as próprias coisas, como ficou visto na conversa com Romário, representa dar um passo rumo à independência e à maturidade. É interessante assinalar aqui que, se entre as famílias das classes mais abastadas há uma tendência a garantir a manutenção financeira dos filhos até os 22 anos⁵⁰, entre as famílias da classe social com que trabalhamos nesta pesquisa a escolha mais comum é incentivar os rebentos a desde cedo caminharem com as próprias pernas, isto é, a não dependerem materialmente dos pais durante muito tempo.

Desta feita, nosso interlocutor, ao ver que o sonho de se tornar um atleta iria requerer muito tempo e dinheiro em sua produção, e que suas capacidades qualificadas (BERTAUX, 1979) já o habilitavam para o trabalho rural na usina, começou a “desgostar” da escola – que, lembremos, estava associada primeiramente (mas não de forma exclusiva) à produção do jogador. Romário contou-nos que pretende terminar o ensino fundamental, mas que ao completar 18 anos e conseguir um emprego formal (e certamente temporário) na usina “vai ver se dá pra continuar estudando”.

Tal averiguação lembra o argumento de Pierre Bourdieu acerca de um provável “mal-estar” entre os jovens das classes desprivilegiadas que se encontram na condição de estudantes. Segundo este autor,

[...] uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem sair da escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de acederem o mais depressa possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que se lhe encontram associadas: ter dinheiro é muito importante como afirmação perante os amigos, perante as raparigas, permite-lhes saírem com os amigos e com as raparigas, e serem reconhecidos e reconhecerem-se como “homens”. É este um dos factores do mal-estar que suscita nas crianças com origem nas classes populares uma escolaridade prolongada (1983, p. 155). (Grifos originais).

O que Bourdieu não nos diz nesta passagem é que “o desejo de acederem o mais depressa possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que se lhe encontram associadas” é uma manifestação subjetiva que foi produzida

⁵⁰ De acordo com uma matéria jornalística levada ao ar recentemente, uma família pode gastar até R\$ 479 mil com a criação de um único filho até os 22 anos de idade. O período de maior gasto, segundo os especialistas que realizaram o estudo noticiado, é o da faculdade, quando além das despesas com livros, cursos etc., há aquelas relacionadas ao lazer, incluindo viagens, passeios e outros divertimentos. Cf. “Gasto com filho pode chegar a R\$ 479 mil” (2012).

socialmente; ou colocando em outros termos, há na gênese deste desejo uma produção antroponômica, na qual a família interveio de forma decisiva.

Como afirma Bertaux (1979, p. 99-100), a criança da família operário-burguesa encontra uma divisão de tarefas bem demarcada no ambiente familiar: em boa parte dos casos os trabalhos domésticos ficam a cargo da mãe, ao passo que ganhar dinheiro e “trazer as coisas pra dentro de casa” fica essencialmente sob a responsabilidade do pai.

Ora, o simples fato de apreender mentalmente esta conformação das coisas já produz no menino uma disposição para o trabalho fora de casa, o trabalho remunerado.

Imediatamente a maturidade, a vida adulta e as responsabilidades (e regalias) que esta encerra são associadas à experiência laboral. Este aprendizado – de que a vida adulta está associada ao trabalho e às capacidades econômicas – pode ocorrer de forma costumeira (pela observação da prática do pai e de outros adultos, pelas experiências vividas e percebidas como sendo comuns) ou de forma “estrondosa” (quando o pai ou os pais procuram deixar bem claro para o filho – comumente o menino – que ele só será sustentado, por exemplo, até os 16 anos de idade; ou quando diante do pedido do filho de uma chuteira – caso de Romário –, o pai responde: “Trabalhe e compre você mesmo”).

Os pais, neste caso, novamente citando Bertaux, personificam para os filhos a exigência de braços – e de mente, espírito etc. – do sistema capitalista. O desejo de tornar-se adulto também está relacionado a enquadrar-se de alguma forma no espaço da produção de mercadorias. Sendo que na localidade em que a nossa investigação se desenrolou, o setor sucroalcooleiro é ainda hoje um dos principais empregadores e o que ainda reserva vagas, sobretudo na parte do campo, para as pessoas com uma baixa escolaridade.

Romário, então, já sem esperanças de seguir aquele caminho que representaria mais uma escolha sua do que uma escolha motivada pela sua condição de classe, espera alcançar a maioria para poder percorrer o mesmo itinerário que seu pai, tios, primos e conhecidos percorreram: a busca por uma vaga de trabalho na usina, fazendo o que quer que seja, contanto que seja remunerado.

Nosso entrevistado, porém, não deixa de sonhar (uma das formas de produção antroponômica, como afirma Daniel Bertaux), e quando perguntamos o que ele espera da sua vida no futuro, a resposta é: trabalhar no escritório de uma usina.

Vê-se que para muitos dos jovens desta região ainda é possível imaginar uma carreira neste setor produtivo. Romário almeja o trabalho de escriturário por conta de assim poder trabalhar sob a sombra e ter um ar condicionado por perto, fugindo do sol escaldante e da poeira presentes nas atividades do campo. Sabemos, porém, que afora isto, há nas usinas uma “política” que eleva os trabalhadores fabris e da administração frente aos trabalhadores rurais.

A carona que os trabalhadores do campo pegam nos ônibus que fazem a “manobra da usina” ajuda a pensar o rebaixamento dos mesmos. Os cortadores de cana e irrigantes (o pai de Romário certamente já vivenciou isso) passam a ser o foco de olhares atentos e curiosos, afinal, entram no veículo vestindo roupas surradas, portando garrafas, facões, mochilas com marcas de carvão etc.; ademais, alguns exalam um leve cheiro de vinhaça – no caso daqueles que lidam com esse subproduto na irrigação.

De acordo com Pierre Bourdieu, a aparência é apreendida como símbolo da condição social e econômica dum certo indivíduo (2006, p. 86). Ao entrarem no “ônibus da usina”, os trabalhadores rurais se chocam com um “mundo” que não é o seu, um mundo diferente, e essa diferença é externalizada no contraste que há nas roupas, nos instrumentos de trabalho à mostra, na *hexis* corporal (BOURDIEU, 2006, p. 86) etc.

O próprio fato de estarem pegando carona já é emblemático: os “ônibus da usina”, ao contrário dos que deveriam lhes transportar, passam na hora certa e não quebram com tanta frequência.

Depreende-se disto que para os trabalhadores rurais, o pessoal de “dentro da usina” é mais bem tratado; não só podem ficar à sombra quando o calor aperta, sentar quando as pernas doem, fazer as refeições num ambiente limpo e arejado etc., como também são “mais considerados” do que quem trabalha no campo.

Não que trabalhar na parte fabril ou no escritório seja as mil maravilhas; nós o sabemos e Romário também, contudo, fatores como uma maior estabilidade no

emprego e uma constância no salário, dentre outros, fazem com que, quando em oposição ao trabalho rural-agrícola, tais atividades sejam vistas de forma positiva ou “menos negativamente” (LOPES, 1978, p. 162).

No imaginário dos trabalhadores rurais, segundo nossa interpretação, chegar a trabalhar na usina (dentro) significa ter condições de se qualificar numa profissão mais reconhecida socialmente; ou como diz José Sérgio Leite Lopes, ter “[...] acesso à possibilidade do aprendizado de alguma ‘arte’” (1978, p. 163).

Há casos de pessoas que começaram trabalhando no corte de cana ou na irrigação e que, ao passarem para “dentro da usina”, conseguiram trilhar um “caminho de sucesso”. Miguel⁵¹, chefe de recursos humanos que logramos entrevistar em Maceió, afirmou ser esse o seu caso. Mas talvez o exemplo mais famoso disto seja o do ex-trabalhador rural que veio a se tornar diretor das usinas de um dos maiores grupos do setor sucroalcooleiro de Alagoas.

Casos isolados que alimentam a ideia de que seja qual for a origem do indivíduo, se ele for “esforçado” conseguirá crescer profissionalmente e obter reconhecimento junto aos mais poderosos. Algo como a “ideologia do desempenho”, denunciada por Reinhard Kreckel (*apud* SOUZA, 2004), a qual não leva em consideração aspectos de classe, gênero e raça/etnia e sustém que o sucesso só depende da “vontade de vencer”.

Voltando ao nosso entrevistado, notamos em sua trajetória aquilo que podemos chamar de “destino de classe”. Marx já dissera que os homens fazem a sua história não de acordo com os seus intentos, mas a partir daquelas condições socialmente dadas. Em suas próprias palavras:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1978, p. 329).

Não podemos afirmar que Romário, assim como Tadeu, Edson, Cícero, João Paulo e tantos outros jovens canavieiros, não são responsáveis pela construção dos seus destinos; afirmamos, porém, que seu lugar na estrutura de classe tem um peso

⁵¹ A entrevista com Miguel – nome fictício – ocorreu em 18/06/2012.

considerável neste processo; se Romário não será um jogador de futebol, é porque, dentre outras coisas, o processo antroponômico no qual esteve/está envolvido privilegiou/privilegia a produção do trabalhador, e mais especificamente, do trabalhador rural.

3.2 – “Açúcar do mesmo saco”: a continuidade como marca da produção antroponômica

Abaixo reproduzo o poema “Cenas da vida real com prosopopéia (dois sacos e a mesma medida)”, do poeta alagoano Marlon Silva (2011, p. 27):

O cortador de cana
vestiu as luvas,
pôs as caneleiras, as cotoveleiras e os óculos.
Mas, não se sentiu diferente.

O cortador de cana, filho do cortador,
executou as mesmas ações...
Percebeu-se
açúcar do mesmo saco.

Como ninguém se importasse,
o cabo da foice,
enfim, resolveu protestar.

(Seu corpo:
ferida
machucão
ferrete).

– A mão
calosa
rude
bruta
do cortador é sem doce nem
dó.

O texto nos passa a ideia de que tanto o pai quanto o filho seguem para a realização da mesma atividade laboral: o corte de cana. O autor se refere aos personagens de duas formas diferentes (mas interligadas): são “dois sacos” e, também, “açúcar do mesmo saco”.

O poema faz alusão ao processo antroponômico no qual os trabalhadores rurais do corte de cana estão envolvidos. As imagens do saco e do açúcar lembram

aquela ideia sugerida por Daniel Bertaux de que as pessoas são produzidas de forma material e também culturalmente.

(Caso reparemos na velha e acertada expressão “saco vazio não pára em pé”, é bem provável que a relação entre o texto poético citado e o conceito de antroponomia faça mais sentido ainda.)

A comparação dos seres humanos com sacos, levada a efeito pelo poeta, está relacionada ao aspecto material da produção antropológica. O saco é o corpo, e o corpo, o suporte de energia. O saco sem nada não se sustenta; o corpo sem força, tampouco.

A pessoa, dentre outras coisas, precisa comer e dormir para – tal qual um saco preenchido – manter-se de pé. Sem comida pode faltar o sono⁵², e sem o sono, mesmo que se coma, pode ocorrer de o organismo não funcionar adequadamente e não produzir de modo satisfatório a energia de que o corpo necessita.

“Açúcar do mesmo saco”, frase muitas vezes usada de forma pejorativa em Alagoas, indica não apenas uma aproximação entre os indivíduos, mas uma aproximação “suspeita”, que é alimentada pelo compartilhamento de certos pontos de vista, ideais, planos e comportamentos.

Quando numa campanha eleitoral o pretense candidato de esquerda acusa o seu oponente e aquele a quem um e outro querem substituir no poder de serem “açúcar do mesmo saco”, está dizendo que ambos compartilham dos mesmos planos de governo, que não faz diferença se é um ou se é outro que governa o município, o estado ou o país, já que haveria uma “continuidade” no modo de tratar as coisas.

A expressão, portanto, aponta para uma identificação que pode ser moral, política e/ou cultural; que pode ser ainda, afastado o propósito de esgotar todos os seus significados, uma identificação de classe.

O pai e o filho, como “açúcar do mesmo saco”, partilham do mesmo destino (“destino de classe”), e para tanto, faz-se necessária uma produção que é do corpo, mas que também é cultural, do espírito.

O filho do cortador de cana que “executou as mesmas ações” que o pai teve o seu espírito produzido para tal fim; parafraseando Bertaux (1979), não é a

⁵² “Barriga seca não dá sono”, na versão do músico pernambucano Flávio José em “Filho do dono”.

esperança que empurra uma família para o trabalho com a cana, é a necessidade. Logo, podemos dizer que nas famílias das classes populares a produção do espírito tem uma forte relação com o problema da necessidade. Pois se a fartura forma um determinado tipo de pessoa, a necessidade, por seu turno, forma outro.

O filho do usineiro, ao perceber que não lhe falta nada onde vive, segue para os bancos escolares onde receberá uma instrução que o habilitará, caso queira, a gerir os negócios da família no futuro.

Já o filho do cortador de cana, ao deparar-se com as necessidades suas, dos seus pais e dos seus irmãos, tenderá a procurar meios para saná-las o mais depressa que puder.

Desta forma, notamos ainda que a expressão “açúcar do mesmo saco”, tomada como reveladora de uma continuidade nos modos de vida de pessoas de uma determinada classe social, aponta para o que o sociólogo espanhol Andrés Pedreño Cánovas chamou de “efeito inércia”, “[...] *mediante el cual la precaria situación social y laboral de los padres tiende a trasladar a los hijos ese mismo estado de precariedad existencial*⁵³” (2010, p. 348).

Consoante a sustentação do referido pesquisador, as relações de trabalho nas quais os pais estão envolvidos acabam incidindo nas trajetórias formativas e laborais dos filhos.

E como bem sabemos, não é improvável que o filho de um cortador de cana venha a se tornar um alto executivo, por exemplo, entretanto, na maioria dos casos ocorre daquele se inserir na mesma atividade do pai ou circular por atividades que sejam próximas a esta no que se refere à qualificação, salário e reconhecimento.

É o caso de um dos nossos interlocutores, Paulo, que após muitos anos trabalhando como cortador de cana em usinas de Alagoas, decidiu ir para o Sudeste vê se achava “algo melhor”.

Ao chegar lá, porém, o único serviço que conseguiu foi o de trelador⁵⁴, primeiro numa usina de açúcar e álcool no estado de São Paulo, e depois em outra situada no estado de Minas Gerais.

⁵³ Mediante o qual a precária situação social e laboral dos pais tende a trasladar para os filhos esse mesmo estado de precariedade existencial.

⁵⁴ Pessoa que engata e desengata os reboques nos caminhões transportadores de cana nas usinas. Tal atividade pode ser bastante perigosa, sobretudo à noite, quando por conta da falta de luminosidade e de outros fatores, podem ocorrer atropelamentos, contusões e dilaceramentos de

Na segunda experiência, conforme Paulo nos contou, foi possível aprender a trabalhar (e até atuar por um tempo) como tratorista, profissão almejada e até bem cotada no contexto em que fizemos nosso estudo.

Segundo ele:

*Em Minas eu ainda tive uma oportunidade; me deram uma oportunidade de aprender no trator. O chefe gostou muito do meu serviço, viu que eu era interessado em fazer o serviço e que era bem mandado; ai resolveu [...], conversaram lá e disseram pra mandarem me ensinar. Ai eu peguei a oportunidade; e antes de terminar a safra eu ainda trabalhei dois meses com o trator lá. Faltou operador pra o trator, ai o menino lá, o tratorista falou: “Oh, ele tá bom já no trator”. Ai o chefe disse: “Tá mesmo?” Pronto, ai até o final da safra eu trabalhei uns dois meses. Ai foi tempo que terminou e eu vim embora; perguntaram se eu ia voltar, ai eu disse que ia pensar, mas não voltei mais. **Ai cheguei aqui me fichei na usina de novo. No campo de novo, pra o corte de cana. Aqui é meio difícil você entrar assim num emprego de tratorista ou dentro da empresa mesmo; só entra se tiver um conhecimento, alguém que dê uma força [...], assim é melhor, mas pra pessoa chegar assim mesmo, é difícil.** (Grifos nossos).*

Esta narrativa do nosso entrevistado mostra que mesmo quando o sujeito planeja “circular” por outras áreas, outros caminhos profissionais, a sua condição de classe o acompanha e de certa forma intervém naquilo que poderia ser um outro projeto de vida.

De modo que Paulo percebe que até para tornar-se um tratorista seria necessária a posse de certos elementos que ele julga não ter. Se no período em que esteve em Minas nosso interlocutor adquiriu, digamos, o conhecimento técnico para o desempenho da função, ao voltar para o seu estado de origem ele notou que “apenas” isto não bastaria ali.

Poderíamos citar neste caso a falta daquilo que Bourdieu (2008, p. 107) chamou de “capital de relações sociais”, um tipo específico de capital que proporciona a quem o detém poder contar com certas vantagens quando de disputas, buscas por privilégios etc. Ter um “conhecimento”, então, quer dizer ter

partes do corpo. Enquanto realizávamos nossa pesquisa de campo ouvimos relatos acerca de trabalhadores que morreram fazendo este trabalho.

uma (ou várias) pessoa conhecida que interceda pelo o que quer uma vaga de trabalho ou até mesmo mudar de um tipo de trabalho para outro.

Bertaux, por sua vez, não daria à posse deste “conhecimento” o nome de capital, visto tratar-se de algo que a pessoa não pode monetarizar, revender para outros ou depositar num banco. Para ele, isto constituiria um tipo de “capacidade”, já que o indivíduo não o teria acumulado fora de si, mas exatamente “em si” (1979, p. 179).

Numa perspectiva antroponômica, portanto, tal capacidade teria sido produzida no indivíduo e pelo indivíduo nos processos de socialização em que esteve envolvido no decorrer de sua vida.

Notamos, porém, que tanto a ideia de “capital de relações sociais” quanto a de “capacidade” convergem para o mesmo endereço. Seja como uma posse da pessoa – e que lhe propicie tipos específicos de “renda” no seu cotidiano –, seja como algo inscrito em sua personalidade e em seu modo de se relacionar com os demais, a questão é que ambos os conceitos apontam para o fato de alguém dispor de um conjunto de relações sociais que lhe sirvam como uma espécie de base nos momentos esperados.

Paulo, então, como ele próprio nos disse, nem quis procurar saber se tinha uma vaga para si na usina como tratorista (quando retornou do Sudeste). Seus contatos, “conhecimentos”, eram aqueles do corte de cana, da irrigação, da bituca e de outros serviços ditos “mais pesados”. Ai sim conhecia pessoas que faziam “valer a sua palavra”; que indicavam alguém para ser contratado (autoridade expressa, por exemplo, no ritual de “pegar a carteira pra levar pra usina”) e este o era imediatamente.

Em alguns casos, para ver como se opera aquela continuidade a que vimos nos referindo nos parágrafos anteriores, é por intermédio do mesmo cabo de turma (este “precioso contato”) que pais, filhos e netos acabam arranjando uma vaga no trabalho rural das usinas.

O cabo, que de uns tempos para cá vem sendo chamado de agenciador de mão-de-obra, é, como afirma Silva (1990, p. 8), um elemento que além de vigiar e organizar o trabalho, ainda procura animar, dá esperança e de vez em quando “quebrar uns galhos” para os seus subordinados e conhecidos.

Quando lançamos um olhar para o modo como os trabalhadores mais jovens ingressam nas malhas do trabalho canavieiro, a necessidade de os mais velhos terem “conceito” frente aos cabos e gerentes de campo torna-se bem aparente, pois algumas usinas, conforme podemos notar, estão usando a tática de não contratar muitos novatos⁵⁵ – os chamados “carteiras-brancas” – por safra, e conseguir colocar um filho, um neto ou um sobrinho “lá dentro” – expressão usada para designar o trabalho na usina, não necessariamente no campo – é sinal de prestígio diante dos prepostos.

O trecho da entrevista⁵⁶ abaixo ilustra bem isto:

*Ela [a usina] pega um pessoal ai, que a procura é mais do que ela pega. O pai chega e diz: “Olhe, eu tenho um filho que completou 18 anos, já tá com os documentos, dá pra gente fichar?” Ai eu não ficho diretamente; eu tenho que comunicar ao meu superior. Ele pergunta: “Quantos são?” Ai ver [...]. **Na verdade a gente pega mais esses que são filhos dos que já tão com a gente.** Na verdade mesmo aqueles que vêm de fora, que a gente não conhece ninguém, ai fica mais difícil. **Agora o pessoal que é filho de quem a gente conhece, que às vezes tem um irmão ali [...], então são esse pessoal que a gente pega.** Quando chega um de fora é mais difícil; não tem pai, não tem irmão, a carteira é limpa; tá querendo trabalhar, mas a gente fica meio receoso porque quando a gente pega alguns, uns se enquadram, outros não se enquadram. [...] É que existe uma certa dificuldade nos jovens pra ensinar; uns conseguem se enquadrar e outros [...]. (Grifos nossos).*

Quando a usina vai pegar alguns “carteiras-brancas”, a preferência é pelos parentes dos que já estão empregados, e particularmente os parentes daqueles que são considerados trabalhadores exemplares.

O fato de aquela preferir os filhos, netos ou outros familiares dos trabalhadores não é gratuito. Os prepostos imaginam que estes jovens trabalhadores já chegarão ao eito no mínimo “por dentro” do que irá se desenrolar ali.

⁵⁵ Pessoas que nunca lidaram com o serviço canavieiro.

⁵⁶ Entrevista concedida por seu Fábio – cabo de turma – em 24/06/2012.

Por certo, muitos foram socializados no trabalho duro da roça durante a infância e adolescência e tiveram seus corpos e seus espíritos de certa forma treinados para encarar situações como as que são encontradas nos canaviais. No dizer do sociólogo José Roberto Pereira Novaes (2009, p. 106), os mesmos “[...] foram socializados na luta pela sobrevivência” e “seus corpos foram talhados para o trabalho árduo”.

A usina, então, além de optar por um pessoal minimamente “treinado”, espera ainda que os parentes do novo contratado se comprometam a seguir produzindo-o como um trabalhador rural, seja no corte de cana ou em qualquer outra atividade do campo. Isto fica patente quando os contratantes determinam que estes trabalhadores sigam na mesma turma e que sejam “vizinhos de eito”.

Quando a gente distribui de manhã, eu já boto ele perto do pai. Porque além de eu ficar apoiando, o pai ou o irmão já apóia também [...]. Porque às vezes ele tá fazendo um serviço que não tá dentro das normas da empresa. Então quando tem um pai ali ou um irmão [...], às vezes um cunhado; já é um suporte maior.

O relato acima, feito por seu Fábio, corrobora o que dissemos sobre a produção do trabalhador no eito. Cortar cana, por mais que seja um serviço que exige cuidados e técnicas adequadas da parte do trabalhador, não é, pelo menos onde fizemos o nosso estudo, algo a ser ensinado aos neófitos pelos chefes de turma quando do início da safra.

Não há cursos específicos mostrando como se deve pegar a cana, como se deve cortá-la rente ao chão ou como jogá-la espaçadamente no lugar em que a máquina carregadeira irá passar. Os cursos oferecidos, quando há, tratam – por cima – de questões ligadas à segurança e à relação entre os trabalhadores e os prepostos.

Colocar o novato perto do parente ou de um conhecido é garantir que aos poucos aquela sua energia em “estado puro” (quando é o caso) se converta em “energia qualificada” (BERTAUX, 1979, p. 55-56). Os mais velhos, que certamente já enfrentaram muitas safras e se tornaram hábeis no trabalho, são indiretamente incumbidos pelo capital de formarem os novos trabalhadores.

Na lógica em tela, portanto, além de cuidarem da sua produção em termos econômicos – e lembremos que se trata do malfadado salário por peça –, estes canavieiros ainda são/estão inseridos num processo de produção antroponômica, que ao mesmo tempo é dos novos trabalhadores e é sua.

Posto de outro modo: os trabalhadores mais velhos (que geralmente são também os mais antigos), ao ficarem do lado de um parente ou conhecido para o “apoiar”, sabem bem que não podem descuidar de sua própria produção; a quantidade de toneladas de cana diárias estipulada pela usina deverá ser cortada de qualquer modo. Estes trabalhadores, então, encontram-se inseridos no processo de produção de mercadorias como cortadores de cana; e ao mesmo tempo em que produzem algo através de seu trabalho, eles também se gastam (ou “se acabam”, como foi falado nas entrevistas), havendo aí um dispêndio que é de músculos e de cérebro (Marx); isto analisando muito grosseiramente o processo econômico.

Já no processo da antropoprodução, ao passo que estes trabalhadores “ajudam” a usina a produzir seus novos cortadores de cana, eles também se (re) produzem como tais. Mostrar a alguém como se faz uma tarefa é ainda atualizar dentro de si o conhecimento que se tem da forma de realizar esta mesma tarefa; e ensinar a pegar a cana do jeito certo, a cortá-la “como o patrão quer” etc., é uma maneira de rearranjar tal informação na própria estrutura mental.

Em termos econômicos e políticos isto representa um alto ganho para as empresas contratantes. Não são os funcionários, mas os próprios trabalhadores que ensinam uns aos outros. Além da economia nos gastos, há o reforço da disciplina, que repassada aos jovens não (só) pelo cabo, mas pelos próprios canavieiros, cria tanto nos velhos (ou recria, neste caso) quanto nos novos um senso de dever para com as normas impostas pela gerência.

Notamos, portanto, que o trabalho gratuito de produção dos filhos (BERTAUX, 1979, p. 100) no particular que analisamos se estende até o espaço laboral. O pai, o tio ou o avô não irá receber um centavo a mais da usina pelo “apoio” dado ao “parente-colega” de serviço. Assim como muitas vezes ocorre com o trabalho materno, as práticas que ajudam a fazer do novato um trabalhador canavieiro qualificado são vistas como atos de altruísmo, serviços pessoais envolvidos pelo amor e pela afeição (BERTAUX, 1979, p. 101).

Voltando ao poema com que iniciamos esta subseção, ratificamos que por “açuçar do mesmo saco” entendemos uma condição que é ao mesmo tempo de compartilhamento e de continuidade. Tanto um aspecto quanto o outro estão presentes nos relatos que trouxemos. O pai compartilha com o filho não apenas o que dá sustância física, mas também aquilo que constitui o modo como a classe de que fazem parte pensa e age no espaço social (BOURDIEU, 2001, p. 164). Tal compartilhamento cria uma identificação de cunho moral, político e cultural.

A continuidade se manifesta em decorrência do compartilhamento das condições de vida. O “efeito inércia” de que trata Pedreño (2010, p. 348) não manifesta uma situação em que a pessoa ficou estacionada no tempo; o conceito denuncia uma continuação da mesma precariedade existencial, e não por uma pretensa incapacidade do indivíduo de fazer-se a si mesmo, mas devido às limitações impostas por uma determinada posição na estrutura de classe.

Os filhos de canavieiros que acabam executando as mesmas ações que seus pais não o fazem porque simplesmente o querem ou porque uma “força superior” determina; para muitos, trabalhar nas atividades rurais das usinas “é o jeito”, expressão esta que nos mostra que o destino dos indivíduos está intrinsecamente ligado às condições materiais e socioculturais herdadas.

3.3 – A condição social herdada e os sentidos do trabalho

Na sequência transcrevemos um trecho d’*O poder simbólico*, livro escrito por Pierre Bourdieu:

[...] as condições de trabalho mais alieantes (*sic*), mais repugnantes, mais próximas do trabalho *forçado*, são ainda apreendidas, assumidas e suportadas por um trabalhador que as percebe, as aprecia, as ordena, as acomoda e se lhes acomoda em função de toda a sua história própria e até mesmo da da sua descendência. Se a descrição das condições de trabalho mais alienantes e dos trabalhadores mais alienados soa frequentemente a falso – e, antes de mais, porque ela não permite que se compreenda que as coisas sejam e continuem a ser o que são – é porque, funcionando na lógica da quimera, ela não consegue explicar o acordo tácito estabelecido entre as condições de trabalho mais desumanas e os homens que estão preparados para as aceitar por terem condições de existência desumanas. As atitudes inculcadas pela experiência inicial do mundo social, a qual, em certas conjunturas, pode predispor os jovens trabalhadores a aceitarem, ou mesmo a desejarem, a entrada no mundo do trabalho, identificado com o

mundo dos adultos, são reforçadas pela própria experiência do trabalho e por todas as transformações das atitudes que ela implica [...] (BOURDIEU, 2007, p. 96). (Grifos originais).

Nem precisamos dizer o quanto o excerto acima é importante para a discussão que vimos tentando desenvolver até aqui. Bourdieu propõe uma análise dos fatos que leve em consideração a possibilidade de existência de “acordos tácitos” entre os indivíduos e as suas condições de trabalho.

É como se o autor quisesse sustentar que “as coisas só são como são” por conta de um aceite que as pessoas conferem àquilo que as constrange. Tal qual um quebra-cabeça, em que as peças só se encaixam formando o todo – a figura – devido às aberturas e saliências presentes em cada uma. Na concepção bourdieusiana, os indivíduos garantiriam as “aberturas” necessárias para a manutenção de um determinado estado de coisas.

As pessoas não só estariam predispostas a se sujeitarem a certas condições de vida e de trabalho, como também até as desejariam, isto na visão do afamado sociólogo francês.

Os explorados seriam, assim, partícipes da sua própria exploração, pois acomodariam e se acomodariam àquilo que a sustenta em troca de compensações que podem depender de n fatores.

Apesar da validade do argumento, alguns apontamentos críticos devem ser feitos. Não basta sugerir que os indivíduos até certo ponto acatam e desejam algo; é preciso ao menos aventar as razões e o modo como isto se dá.

Como vimos algumas páginas atrás, o desejo de Romário de se tornar um trabalhador canavieiro veio depois de ele perceber a inviabilidade de obter sucesso na vida como um atleta profissional de futebol. A vontade de se tornar um irrigante, como o seu pai, não foi algo que simplesmente surgiu; foi algo, até certo ponto, imposto. Ou o emprego na usina ou o trabalho informal (quando não o desemprego); e ou o emprego na usina e o trabalho informal – dado que as contratações por tempo determinado levam a uma situação de inserção e exclusão constantes – ou a migração para outros estados.

De fato, a relação do indivíduo com uma certa atividade depende, como Bourdieu sugere, da “[...] sua história própria e até mesmo da da sua descendência” (2007, p. 96). Almejar um determinado cargo, preparar-se para o mesmo etc., pode

ser algo construído no seio familiar, a partir das experiências compartilhadas com os pais e outros parentes. Nos filmes assim como na vida real, há um sem número de exemplos disso; jovens que dizem querer seguir a carreira médica por conta de uma “tradição da família”, ou outros que desejam a advocacia em nome de uma “vocação” que vem desde um antepassado ilustre.

O desconcertante da citação que trouxemos é a afirmação de que para “trabalhos desumanos” há pessoas vivendo em “condições desumanas” dispostas a realizá-los; condições estas que já vêm de outrora, que são herdadas.

Se num lar de uma família de classe alta há um incentivo – material e cultural – para que os filhos sigam a carreira médica, jurídica ou até mesmo empresarial, naquele pertencente a uma família de classe baixa há uma grande probabilidade de o incentivo dado passar longe disto.

Muitas vezes os filhos acabam inseridos em atividades consideradas desumanas por conta de ser este o horizonte apontado pelas condições materiais e culturais em que vivem. Em alguns casos, inclusive, e aqui citamos a nossa pesquisa empírica, a formação que pode ser adquirida na escola (que para muitos “é o único jeito honrado de o pobre conseguir mudar de vida”) é vista como perda de tempo, como um investimento que é construído em terreno brejoso⁵⁷.

Tal “desconfiança” com relação ao “papel transformador” da escola vem da assimilação dos fatos do universo social em que a pessoa está inserida, e também dos próprios pais⁵⁸, que desconfiados já há muito do saber escolar, nem incentivam nem desencorajam a permanência dos filhos na instituição responsável por fornecê-lo.

⁵⁷ A entrevista com Tadeu (21 anos, irrigante, solteiro) ocorreu em 09/02/2012 na cidade de Teotônio Vilela/AL; a entrevista com Cleiton (20 anos, cortador de cana, solteiro) aconteceu em 05/02/2012 na referida cidade.

⁵⁸ Deste modo, enquanto para alguns pais a educação constitui uma chance de os filhos trilharem um caminho diferente dos seus – como seu Edson, por exemplo – e até os incentiva, para outros – como é o caso dos pais de Tadeu –, estudar é só para “grã-fino”, já que “pobre tem é que trabalhar mesmo”. Esta segunda maneira de ver as coisas ainda permanece muito presente no imaginário das pessoas residentes nos municípios que visitamos; em um deles, durante a pesquisa de campo, pudemos ouvir o prefeito fazer a seguinte declaração em seu programa semanal de rádio: *Eu não sou homem de estudo; eu nasci foi pra trabalhar! Meu pai me ensinou foi trabalhar!* O político queria assim, contrapor-se como homem de ação (*nasci foi pra trabalhar!*) aos “estudados”, que em sua concepção não trabalham ou trabalham pouco. Não seria este discurso um signo de um *ethos* específico?

Os “acordos tácitos”, portanto, não são tão tácitos assim e nem tão acordos. Há todo um conjunto de fatores que levam as pessoas a terem que se submeter a modos de vida e de trabalho que em outras condições não o fariam. Prova disso é que quando perguntamos aos trabalhadores canavieiros o que gostariam de ser/fazer, as respostas foram as mais diversas:

- Operador de máquina pesada;
- Tratorista;
- Escriturário;
- Professor;
- Soldador;
- Caixa de supermercado;
- Etc.

Está num determinado posto não significa está de acordo com o que é experimentado ali; em nossa imersão em campo ouvimos relatos que vão desde um “eu só trabalho nisso por causa do salário”, até outros bem impactantes, como o desabafo de Cícero⁵⁹, quando pedimos a este que nos falasse sobre a sua experiência como aplicador de herbicida:

Péssimo, né?! A gente trabalha porque é o jeito, né? Não trabalha porque quer, trabalha porque precisa. Na parte dos serviços do campo, ele é o pior. [...] Quando você corta cana você não tem o risco de se contaminar em nada, né? E o veneno não; você pode se contaminar depois que o veneno entra no sangue... ai já era, né?

Isto mostra que a relação dos indivíduos que entrevistamos com o trabalho que realizam é, antes de tudo, marcada pela contradição de sentidos. O sentido objetivo do trabalho não se coaduna com o sentido subjetivo do mesmo (BOURDIEU, 2007, p. 97). Ou seja, a experiência laboral como pulverizador de herbicida, por exemplo, é vivida como um fardo, “um trabalho pra ninguém” (acepção objetiva), ao passo que realizar tal tarefa, apesar dos desgostos, é um meio de se

⁵⁹ A entrevista com Cícero – nome fictício – ocorreu em 13/02/2012 na cidade de Pilar/AL. À época ele completava 1 ano e 4 meses de trabalho na Usina Utinga Leão, situada no município de Rio Largo/AL.

adquirir o salário e as possibilidades contidas em seu recebimento (acepção subjetiva).

É como contou-nos Manoel acerca de seu provável ingresso no trabalho canavieiro quando alcançar a maioridade. Assim como seu pai – seu Edson –, que casou aos 16 anos de idade, Manoel “se juntou”⁶⁰ muito cedo, aos 17. Para ele, fazer o que o pai faz “não é para qualquer um”. Nosso jovem entrevistado revelou o sentido subjetivo do trabalho de seu Edson como cortador de cana ao dizer que o pai “só agüenta o que agüenta” por conta da sua responsabilidade para com a família, “exemplo” que ele diz querer seguir, pois faria o mesmo (pegar no pesado) pela esposa:

Pra ficar com a minha mulher eu encararia [...]. Não sou homem de correr de serviço, porque eu já carreguei banca nas costas mesmo muitas vezes; eu trabalhava pegando banca assim na feira. Esse serviço mesmo que eu tô [...]. Pra ficar com ela eu toparia qualquer coisa.

Trabalho como “sacrifício necessário”, dado que há um compromisso moral⁶¹ com outras pessoas, podendo ser estas esposas, filhos, namoradas ou noivas. Um outro entrevistado nosso, inclusive, Cleiton, atribui o seu ingresso no trabalho rural-agrícola da usina como cortador de cana a dois fatores: 1) não gostaria de partir para o Centro-Sul como “carteira-branca” e; 2) precisava ter um emprego para poder noivar com uma jovem do seu povoado⁶². Descrevendo o seu trabalho como “muito pesado”, pois “a pessoa trabalha muito pra ganhar pouco”, ele afirma querer agora conseguir um trabalho melhor no estado do Paraná (para onde pretende ir ao fim da safra) e passar da condição de noivo para a de casado.

⁶⁰ Isto é, foi morar com a sua esposa – apenas 1 ano mais nova que ele – na casa dos pais desta. A entrevista com Manoel ocorreu em 13/02/2012.

⁶¹ Não seria o compromisso moral uma expressão dos agentes como “personificação da exigência do capital” (BERTAUX, 1979, p. 99)?

⁶² Povoado Gulandim, em Teotônio Vilela/AL. De acordo com informações obtidas nas duas etapas da pesquisa de campo, este povoado é um dos que mais enviam trabalhadores para o corte de cana nas usinas localizadas nas imediações de Teotônio Vilela/AL, Junqueiro/AL e Coruripe/AL. Seus habitantes são em sua maioria ex-sitiantes, ex-moradores e pequenos produtores rurais. Há também professores e comerciantes, entre outros profissionais minoritários, que se deslocam cotidianamente do povoado para o centro do município, onde realizam suas atividades.

Como o próprio Bourdieu escreve em *O poder simbólico*, não devemos ignorar aquilo que o trabalhador deve ao seu passado, nem o que ele é fora da sua existência profissional (2007, p. 98). Tanto Cícero quanto Manoel e Cleiton têm as suas vidas profissionais imiscuídas nas “esferas da vida privada”, se assim podemos dizer. Primeiramente, como vimos tentando demonstrar no decorrer deste e dos outros capítulos, por causa da antropoprodução; e em segundo lugar, conforme acabamos de ver, devido a projetos de ordem afetivo-familiar.

Não deixa de ser satisfatório para o capitalista enquanto classe saber que os jovens da classe trabalhadora se espelham nos exemplos de despojamento e sacrifício de seus pais para garantir a subsistência da família. Onde uns vêem força e determinação para “não deixar faltar nada dentro de casa”, outros vêem a garantia do fornecimento de braços para a construção de suas riquezas.

3.4 – “Mudança de vida” e distribuição antroponômica

Para finalizar este capítulo, é forçoso dizer que a distribuição antroponômica – expressão proposta por Daniel Bertaux para substituir o termo “mobilidade” – pode ocorrer tanto na mesma classe quanto em outra diferente daquela da qual o indivíduo provém.

Como foi dito alguns parágrafos atrás, não é impossível para um cortador de cana tornar-se um executivo; é, isto sim, infreqüente, sendo que tal infreqüência denuncia as limitações impostas aos sujeitos por conta de sua condição de classe.

Vimos em nossa pesquisa de campo que a “mudança de vida” é um tema muito importante para as famílias dos trabalhadores rurais entrevistados, sendo que há aquelas pessoas que pensam a mudança dentro do escopo de sua própria classe ou segmento de classe, e outras que a projetam para fora do mesmo.

Para Bourdieu (2008, p. 105),

[...] a afirmação de que os membros de uma classe que, na origem, dispunham de determinado capital econômico e cultural, estão votados, com determinada probabilidade, a uma trajetória escolar e social que conduz a determinada posição, implica dizer, de fato, que uma fração de classe – que não pode ser determinada a priori nos limites do sistema explicativo considerado – está destinada a desviar-se em relação à trajetória mais frequente para a classe no seu todo, empreendendo a trajetória, superior ou

inferior, que era a mais provável para os membros de outra classe, e desclassificando-se, assim, pelo alto ou por baixo.

E ainda:

[...] o espaço social permite duas formas de deslocamentos que, apesar de não terem qualquer equivalência e cuja probabilidade de ocorrência é bastante desigual, são confundidas pelos estudos tradicionais de mobilidade: em primeiro lugar, os ‘deslocamentos verticais’, ascendentes ou descendentes, no mesmo setor vertical do espaço, ou seja, no mesmo campo [...]; em seguida, os ‘deslocamentos transversais’, implicando a passagem de um para outro campo, que podem operar-se seja no mesmo plano horizontal (quando o professor primário, ou seu filho, torna-se pequeno comerciante), seja em planos diferentes (com o professor primário, ou seu filho, que se torna empresário industrial (BOURDIEU, 2008, p. 122-123) (Grifos originais; grifos nossos).

Vê-se, então, que alguns de nossos entrevistados, e aqui destacamos Paulo, estão mais próximos daqueles “deslocamentos verticais” de que trata Bourdieu. Não que outros deslocamentos não sejam possíveis, mas é bem provável que quando de sua ocorrência, seja para áreas próximas – em matéria de qualificação, salário e reconhecimento – e nas quais outros indivíduos com a mesma condição de classe já transitam.

Neste sentido, é também revelador o exemplo de Manoel. Vendedor que é filho e neto de trabalhadores rurais, ele sabe da probabilidade de ter que trabalhar um dia na usina, já que localmente esta é uma das poucas instituições empregadoras capazes de garantir um trabalho com carteira assinada, mesmo que mal pago e em condições deploráveis.

Se por um lado o fato de Manoel ter adquirido experiência no setor de serviços e ter estudado mais do que boa parte dos jovens vilelenses de sua idade podem lhe ajudar a conseguir um emprego “melhorzinho” na usina, como ajudante de laboratório, auxiliar administrativo ou apontador⁶³, por outro, a sua condição de filho e neto de “trabalhadores braçais” pode levá-lo a ser inserido em postos como o da irrigação e o da bituca, e isto não por conta de uma associação arbitrária das suas forças qualificadas às dos seus parentes, mas devido a algo que já aventamos

⁶³ Pessoa responsável por apontar (anotar) as horas trabalhadas por empregados de um determinado setor. Na usina há ainda os apontadores que trabalham anotando as informações dos caminhões transportadores de cana, quando os mesmos chegam carregados na unidade ou quando vão para o campo.

anteriormente: a falta de contatos que ajudem na distribuição em outros setores de trabalho.

(Quem o chefe do tráfego escolheria para anotar os dados dos caminhões que saem ou chegam da usina: o filho de um motorista ou o filho de um cortador de cana?)

Um exemplo cabal da “desclassificação” de que trata Pierre Bourdieu é o da trajetória de João Paulo. Vivendo atualmente em Minas Gerais e trabalhando como professor de ensino fundamental e médio, ele diz ter chegado até onde ninguém da sua família chegou ou pensava chegar. Os parentes de João Paulo, em sua maioria, fizeram “deslocamentos verticais”; os que não estão no campo estão trabalhando dentro da usina, onde tiveram a chance de “aprender alguma arte” (LOPES, 1978, p. 163).

Sejam os deslocamentos dentro da própria classe ou de outra, o que se nota é que a distribuição antroponômica está atrelada a dois fatores muito importantes, pelos menos nos casos com os quais nos deparamos neste estudo: (1) a qualificação dos indivíduos, e (2) o “capital de relações sociais” (Bourdieu) ou “capacidade” (Bertaux) de mobilizar contatos para um determinado fim.

João Paulo, mesmo tendo completado o ensino médio – foi já em Minas que começou a faculdade –, feito curso de informática, de empreendedor e sendo capaz de ler em italiano, dentre outras coisas, só conseguia vaga de trabalhador rural nas usinas de sua região; ao notar que uma “desclassificação” ali não seria possível devido à falta de uma “peixada”⁶⁴, o rapaz decidiu ir embora para outro estado.

Isto mostra que para os jovens que se deparam com o trabalho nas usinas de açúcar e álcool de Alagoas, uma “mudança de vida” que não envolva o setor sucroalcooleiro passa pela necessidade de ir embora, de deixar a família, os amigos, e tentar algo melhor em outras regiões.

Apesar de Alagoas ser considerado um dos estados nordestinos que passaram a perder menos população nos últimos anos, assim como o Piauí e a

⁶⁴ A gíria é muito comum em Alagoas, sobretudo na região canavieira. Não sabemos ao certo de que modo o signifiante dá a razão de ser do significado, que faz referência à situação em que alguém, um subalterno, muitas vezes, conta com a proteção de uma pessoa influente, de um “padrinho”. O sujeito que é o “peixe” de uma pessoa que tenha prestígio e capacidade de influenciar as ações de outrem – o “capital simbólico” na linguagem de Pierre Bourdieu (2007) – tem bem mais chances de sair com a carteira assinada quando do fichamento na usina.

Paraíba (G1, 2011), a nossa imersão em campo mostrou que ainda são muitas as pessoas que decidem partir em busca de uma existência menos sofrida em outros lugares.

Deste modo, chegamos à conclusão de que, entre outros fatores, as recentes mudanças ocorridas na agroindústria canavieira têm levado os jovens das regiões mais pobres de Alagoas (com destaque para a Zona da Mata) a investirem numa vida no Centro-Sul do país. Mesmo reconhecendo que se faz necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre o assunto, o que notamos, a princípio, é que a progressiva mecanização das atividades rurais e o avanço do contrato safrista nas usinas alagoanas são elementos que têm encorajado a migração.

Devido a isto, hoje já é mais comum encontrar jovens trabalhadores de uma única safra. Isto é, sujeitos que “desanimam” do trabalho canavieiro por conta das condições de trabalho e do modo como são tratados pela usina, e não querem permanecer “reféns” da mesma.

O uso de máquinas nos canaviais alagoanos tem provocado a dispensa de um considerável número de trabalhadores manuais; e a despeito do discurso oficial emitido pelos usineiros da região, o “reaproveitamento de mão-de-obra” tem acontecido de modo que apenas os (poucos) indivíduos que já apresentavam certa qualificação para lidar com o trabalho mecanizado permanecem empregados. Aos demais cabe o desemprego, como vimos enfatizando no decorrer desta obra, ou se não, a fastidiosa decisão de ter que se afastar da sua cidade e de tudo aquilo que esta representa cultural e afetivamente.

Sendo assim, não ignoramos o fato de os indivíduos serem mais do que meros “cumpridores de um destino social”. As possibilidades de ação são muitas e bem diversas. Mesmo a migração para outros estados tendo despontado em nossas entrevistas como a melhor maneira de se mudar de vida, sabemos que outras vias podem ser acessadas e bem aproveitadas pelas pessoas.

O conceito de antroponomia nos ajuda a pensar os prováveis caminhos a serem percorridos pelos indivíduos numa determinada condição de classe; entretanto, como a noção de indivíduo sugerida por Elias (1994) explicita, cada um “individualiza” os elementos socioculturais herdados a partir da sua experiência de

vida. E mudar os rumos da existência não só é possível como também é algo altamente desejado pelos jovens que entrevistamos e tantos outros da região conhecida como a maior produtora de cana de Alagoas.

Resta dizer, então, que não encontramos em nosso trabalho de campo pessoas desprovidas de projetos pessoais, de sonhos e de perspectivas de uma nova forma de viver no mundo.

E ao passo que percebermos isto, pensamos que tanto o poder público quanto a sociedade civil devem prestar mais atenção às necessidades dos trabalhadores rurais canavieiros e suas famílias, sobretudo aquelas dos jovens. É preciso garantir a sua permanência na escola, e ainda condições de conciliarem o estudo com o trabalho.

O termo “reféns”, que usamos há pouco, não foi gratuito: trabalhando na usina, o indivíduo tem a sua formação acadêmica, técnica ou profissional prejudicada, o que o deixa sem condições de se inserir em outros setores da economia e o torna uma peça “disponível” para os empresários do agronegócio. Pode ser, como aventamos, que um ou dois cheguem a “crescer dentro da empresa”, mas estes são casos bem pontuais; o que se vê é que trabalhando em um serviço mal pago, estropiante e que além de tomar as suas forças físicas consome-o mentalmente, tirando-lhe o “ânimo”, o indivíduo acaba sem condições de aprender algo novo ou desenvolver outras aptidões.

Garantir educação, trabalho decente e uma vida digna para estas pessoas requer mais do que idealizar projetos que muitas vezes acabam virando “letra morta”. É preciso efetivar os planos; pôr em prática as ações e chamar o público para discutir as melhores formas de fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três partes principais desta obra procuramos atentar para um maior esclarecimento dos estados de vida e de trabalho daquelas pessoas (entre homens e mulheres) que exercem algum tipo de atividade na área rural-agrícola das usinas de açúcar e álcool em Alagoas.

De modo mais específico, foi nossa proposta analisar as causas sócio-históricas da formação de um proletariado rural sem terra, mal remunerado e com condições de trabalho indignas, bem como os processos socializadores em que ocorre a produção dos novos agentes do serviço canavieiro, os quais em muitos casos são filhos, netos ou outros parentes dos trabalhadores rurais mais antigos.

Se na primeira parte optamos por expor os marcos teóricos e metodológicos do estudo, salpicando o texto aqui e acolá com exemplos e reflexões acerca do *métier* do pesquisador das ciências sociais – e o pesquisador como narrador –, na segunda e na terceira quisemos demonstrar, a partir das experiências contadas por nossos entrevistados, como os estágios da produção de mercadorias estão relacionados à produção antroponômica de um determinado grupo de indivíduos (BERTAUX, 1979).

Numa região em que se concentra atualmente a maior parte das unidades sucroalcooleiras do estado, para muitos a única chance de inserção no mercado de trabalho formal é o ingresso nas malhas da produção canavieira. Mesmo oferecendo péssimas condições laborais e pagando salários baixíssimos, o setor ainda é bastante procurado por indivíduos que não possuem qualificação para o exercício de outros serviços ou que simplesmente não encontram emprego em outros setores da economia.

Notamos em nossa pesquisa empírica, portanto, que ainda é muito frequente entre as famílias dos trabalhadores canavieiros da região sul dos tabuleiros alagoanos uma continuidade das precárias condições de existência e de trabalho, as quais passariam de uma geração a outra como manifestação daquilo que Pierre Bourdieu denominou de “efeito destino” (2001).

Neste sentido, pudemos perceber que as usinas dão preferência – quando se trata de contratar novatos ou “carteiras-brancas” – aos jovens trabalhadores que

possuem vínculos familiares com os canavieiros mais antigos. Pois além de os mesmos já apearem no eito com uma “bagagem” que os habilita para o serviço pesado, a presença de “parentes-colegas” no trabalho garante que os próprios parentes se produzam mutuamente como canavieiros. No caso que observamos, o trabalho gratuito de produção dos filhos se estende até o espaço de trabalho.

Vimos, por exemplo, que o perfil (aproximado, é claro) do jovem⁶⁵ que ingressa no trabalho rural das usinas pode ser traçado da seguinte maneira:

- Tem entre 18 e 29 anos (sabemos, porém, que ainda hoje é possível encontrar crianças e adolescentes trabalhando em plantações de cana no estado);
- Possui baixa escolaridade (ou até mesmo nem chegou a freqüentar a escola);
- Em sua maioria são homens, negros e/ou mulatos;
- O ingresso no “trabalho pesado” da cana associa-se à busca por independência ou à assunção de um compromisso (como o dos jovens que casam aos 16 ou 17 anos e saem da casa dos pais);
- Vem de famílias de trabalhadores rurais.

A dificuldade de conciliar trabalho e estudo é uma constante. A frase de um de nossos entrevistados (Manoel) a respeito disto é emblemática: “Os ‘homens’ [os usineiros, os chefes] daqui não querem que ninguém estude não” (Grifos nossos). Isso fica evidente na própria organização do trabalho, que aliado ao fato de ser sazonal, deixa a pessoa “muito moída” para estudar à noite (caso dos cortadores de cana e dos aplicadores de herbicida), ou prejudica o seguimento de um calendário, ao colocar a pessoa para trabalhar ora no período da noite, ora no do dia (como acontece com os irrigantes e bituqueiros). A escola, assim, que para muitos (inclusive os pais) significa a oportunidade de construir uma outra trajetória de vida, é um projeto que fica cada vez mais distante por conta da necessidade de trabalhar.

Sem espaço em outros campos, os jovens, assim como os seus pais, acabam adentrando no trabalho canavieiro, que como bem sabemos, é um “trabalho matador”. Não bastassem todos os elementos que vimos frisando no decorrer do texto, como os salários insuficientes, as penosas rotinas de trabalho etc., há ainda a problemática da mecanização das atividades rurais, que aos poucos expulsa os trabalhadores canavieiros do eito. Estudos acerca de seu impacto em Alagoas já

⁶⁵ Entre novatos e “carteiras-brancas”.

vêm sendo feitos e muito em breve teremos uma visão menos embaçada do fenômeno. Por enquanto, e este foi o propósito de nosso estudo, pudemos comprovar que “[...] só interessa ao capital agroindustrial canavieiro desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado [...] está repleto de trabalhadores jovens”, como bem pontuou o pesquisador Lúcio Vasconcellos de Verçoza (2012, p. 120).

Neste momento em que se discute a necessidade de se garantir trabalhos decentes⁶⁶ para os jovens brasileiros, nossa pesquisa mostrou que em Alagoas, e de forma particular no espaço geográfico que delimitamos metodologicamente, as dificuldades em torno do assunto são alarmantes. Projetos que deveriam proporcionar avanços neste sentido permanecem como “letra morta”.

Como alguns pesquisadores e militantes argumentam já há certo tempo, há no Brasil um grave déficit de políticas públicas que contemplem a juventude rural. Os jovens cortadores de cana, os quais podemos sem prejuízo incluir nesta categoria, continuam sem receber a devida atenção num país que em pleno século 21 segue registrando casos de condições de trabalho análogas às da escravidão nos canaviais.

Durante o período em que estivemos em Alagoas, não soubemos de qualquer ação relacionada a uma “Agenda nacional de trabalho decente para a juventude do Brasil” – inclusive, ao procurarmos uma das principais lideranças jovens da cidade de Teotônio Vilela/AL, a impressão que tivemos foi de uma desconcertante inatividade.

Diante de tudo o que fora exposto, cabe aos trabalhadores, aos movimentos sociais, pesquisadores e demais incomodados com a situação de continuidade das precárias condições de vida e de trabalho dos canavieiros de Alagoas atuarem de modo a denunciar as mazelas sociais há muito reproduzidas por um segmento de classe que mesmo perdendo força na esfera econômica nos últimos anos, tem se embrenhado mais profundamente nas tramas do Estado e garantido o seu poder político.

Se aos usineiros não interessa a moagem de corpos, mentes e espíritos decorrente do nefasto trabalho na cana, para nós deve ficar cada vez mais claro que

⁶⁶ Cf. Anexos.

gente deve ser tratada como gente; que uma vida digna é direito de todos; e que não importa se jovens, mulheres ou idosos, o ser humano deve ser respeitado.

Referências

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. **O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde**. Informações Econômicas, SP, vol. 27, nº 6, jun., p. 7-16, 1997.

ALVES, Francisco. **Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (InterfaceHS). 2008. Texto disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/145_pdf.pdf. Acesso em 13/11/2011.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Vol. 2. Maceió: Edufal, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 2007.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. [Coleção Grandes Cientistas Sociais] Organizador: Renato Ortiz. Tradução: Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A “Juventude” é apenas uma Palavra**. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. **A ilusão bibliográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

_____. **Meditações pascalianas**. Tradução: Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública.** Política & Trabalho (Revista de Ciências Sociais). Out. 2006, n. 25, p. 9-50. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/PS/Translations/Brazil/ASA.Portuguese.pdf>. Acesso em 15/07/2012.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores.** In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Tradução: Iraci D. Poleti. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Michel Foucault y la colonialidad del poder.** Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia, nº 6, 2007, *enero-junio*, pp. 153-172.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana.** Maceió: EDUFAL, 2000.

ENGELS, Federico. **La situación de la clase obrera en Inglaterra.** México, D.F: Ediciones de Cultura Popular, 1977.

ENGELS, Friedrich. **Ciência e ideologia na história: a situação do historiador marxista.** In: Karl Marx; Friedrich Engels: História. Organização: Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Luciana. **Gestão familiar: usinas de açúcar e álcool fundadas no começo do século passado se modernizam sem precisar de capital estrangeiro.** 2011. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT20856218283,00.html>. Acesso em: 30/04/2012.

FRIGOLETTO. **Mapa do Relevo de Alagoas.** Disponível em: <http://www.frigoletto.com.br/GeoAlagoas/relevo.htm>. Acesso em: 11/11/2011.

GARCIA JR., Afrânio. **Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 7, v.3, p. 5-41. 1988.

GASTO COM FILHO PODE CHEGAR A R\$ 479 MIL. **Conta Corrente**. Globo News, 16 nov. 2012. PROGRAMA JORNALÍSTICO.

GEERTZ, Clifford. “**Estar lá, Escrever aqui.**” (1988) Diálogo 33(3).

GLENIA, Fabíola. . “**Em Coruripe (AL), fim da safra de cana 'demite' 15% da população**”. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/07/em-coruripe-al-fim-da-safra-de-cana-demite-15-da-populacao.html>. Acesso em: 12/11/2011.

GRANAI, Georges. **Técnicas de inquérito sociológico**. In: GURVITCH, Georges. (Org.) Tratado de Sociologia. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

G1. **Nordeste é região com maior retorno de migrantes, segundo IBGE**. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/nordeste-e-regiao-com-maior-retorno-de-migrantes-segundo-ibge.html>. Acesso em: 20/04/2012.

HARVEY, David. **O novo o imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual**. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº 49, set. p. 11-42. 2005.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana – Da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Campinas, 2001. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Unicamp.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova cultural, 1996.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1977.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Campões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas**. Estudos Avançados/USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 21, n. 59 (2007). São Paulo: IEA, 2007 (p. 167-177).

O TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA. **Profissão Repórter**. Rede Globo, 14 mai. 2006. PROGRAMA JORNALÍSTICO.

PADRÃO, Luciano Nunes. **O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais**. 1997. Texto disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf. Acesso em: 11/12/2011.

PEDREÑO CÁNOVAS, Andrés. **Familias inmigrantes: el trabajo de los padres y las estrategias de trabajo de los hijos en las áreas mediterráneas de agricultura intensiva**. In: FLORES, Sara Maria Lara. (Coord.) *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2010.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. *et. al.* **O "canguru" no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira**. In: Alice Anabuki Plancherel; Edna Bertoldo. (Orgs.). *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011, p. 59-80.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO/PRT, 19º Região, AL. **Juiz dá prazo à Usina Santa Clotilde enquanto trabalhador sofre maus tratos**. 03/03/2008. Texto disponível em: http://www.prt19.mpt.gov.br/informativo/2008/mar/juiz_prazo_usina.htm. Acesso em: 15/06/2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Apresentação. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SANTOS, Charles dos. **“Serviço pesado”: uma análise das condições de saúde do trabalhador canavieiro alagoano**. 2009. Texto disponível em: http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_307.pdf. Acesso em: 26/06/2011.

_____. **Work and health conditions in Alagoas sugarcane agribusiness**. Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo: CERU/USP, v. 21, nº 2, julho de 2011.

SANTOS, Ricardo F. SP: **“Usineiros incentivam crack para cortadores trabalharem 14h”**. 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O15360490-EI306,00-SP+usineiros+incentivam+crack+para+cortadores+trabalharem+h.html>. Acesso em: 15/06/2012.

SEPLANDE. **Mapa de Alagoas por Microrregiões**. Disponível em: <http://www.planejamento.al.gov.br/>. Acesso em 11/11/2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **“Como expulsar o camponês do proletário”**. Travessia: Revista do Migrante. Ano III, nº 8, set./dez. 1990: p. 5-11.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Aline Pacheco *et. al.* **“Conte-me sua história”**: reflexões sobre o método de História de Vida. Revista Mosaico: estudos em psicologia, v. 1, nº 1, p. 25-35. 2007.

SOUZA, Jessé. **A gramática social da desigualdade brasileira**. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcSOC/v19n54/a05v1954.pdf>. Acesso em 12/12/2011.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Tradução: Carlos Grifo Babo. Lisboa, Portugal: Editoria Presença, 1974.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. Apresentação: Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. **Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais**. (artigo) 2009. Texto disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/715.pdf>. Acesso em 12/06/2012.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Sobre os métodos de exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas**. (artigo) 2009. Texto disponível em: http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_1781.pdf. Acesso em 12/06/2011.

_____. **Labor nos “eitos gigantes”**: a superexploração da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. In: Alice Anabuki Plancherel; Edna Bertoldo. (Orgs.). Trabalho e Capitalismo Contemporâneo. Maceió: Edufal, 2011, p. 81-106.

_____. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012.

Glossário

Apontador: pessoa responsável por apontar (anotar) as horas trabalhadas por empregados de um determinado setor ou ainda o trabalhador que anota as informações dos caminhões transportadores de cana, quando os mesmos chegam carregados na unidade ou quando vão para o campo.

Arruaceiro: aquele que se mete em confusão, tumultos (em “arruaça”); o trabalhador é tido por arruaceiro pelos prepostos quando, por exemplo, participa de greves e/ou protestos contra a usina.

“*Bem mandado*”: trata-se do trabalhador tido pela gerência como obediente, disciplinado.

Biboca: moradia afastada do centro da cidade ou região acidentada e de difícil acesso.

Bituca: as sobras da cana ou o trabalho em que o sujeito pega as canas que caem do caminhão no momento em que este é carregado e as coloca de volta em seu lugar.

Bituqueiro: pessoa que realiza atividade da bituca.

Bonzões: trabalhadores considerados altamente produtivos.

Cabo: fiscal; chefe de uma turma de trabalho.

Cambão: dias de trabalho prestados pelo morador ao senhor da propriedade.

Carteira-branca: nome dado aos trabalhadores que nunca tiveram um trabalho com carteira assinada.

Courinho: reserva de dinheiro feita durante a safra e que deverá ser usada pelas famílias dos canavieiros no período da entressafra.

“*É o jeito*”: expressão que denota propensão, inclinação para fazer algo.

Flau (frau): sucos de fruta congelados vendidos em pequenos sacos plásticos.

Irrigação: trabalho que consiste em irrigar (ou fertirrigar) as plantações de cana da usina.

Irrigante: trabalhador responsável por montar (e desmontar) as redes de irrigação da cana.

Jacaré: nome dado aos cortes de pessoal feitos pela usina durante os meses da entressafra. Seu objetivo é deixar apenas os trabalhadores mais produtivos e mais bem comportados.

Juntar (-se): unir-se; ir morar com o parceiro ou a parceira.

Macetoso: trabalhador que hora ou outra falta, ou que apresenta um comportamento um tanto aquém daquele que a empresa solicita.

Manobra: transporte; “manobra da usina”: ônibus que transportam os trabalhadores da planta fabril e da administração; “manobra do campo”: ônibus que transportam os trabalhadores rurais.

Moagem: nome dado a safra da cana, que em Alagoas geralmente se inicia em Setembro e vai até Março do ano seguinte.

Peixada: gíria muito comum em Alagoas, e faz referência à situação em que alguém, um subalterno, muitas vezes, conta com a proteção de uma pessoa influente, de um “padrinho”.

Peixe: pessoa que está envolvida na “peixada” como protegido; o apadrinhado.

Subversivo: assim como o arruaceiro, trabalhador que se envolve em protestos por melhores condições de trabalho, pagamento de salários atrasados etc.;

Trelador: pessoa que engata e desengata os reboques nos caminhões transportadores de cana nas usinas.

ANEXOS

GUIA PARA AS ENTREVISTAS

1. A vida na morada

(Experiência e representação das práticas vivenciadas)

1.1 O trabalho para o **senhor** (cambão) e para **si** (no roçado)

1.2 A organização do trabalho familiar no cambão e no roçado

1.3 As relações de fidelidade: a dádiva e a contra-dádiva na **morada**

1.4 A expulsão da **morada**: razões, partida, destino (rumo), a “nova vida”

1.5 A memória: infância e adolescência na morada, as relações afetivo-familiares vividas na **fazenda**

2. A vida na cidade

2.1 A chegada: o desafio da adaptação

2.2 A busca por emprego na usina e a experiência da **clandestinidade**

2.3 A difícil decisão: o Centro-Sul ou a cidade canavieira?

3. O trabalho na usina

3.1 A experiência como trabalhador rural: cortador de cana, irrigante, aplicador de herbicida, ajudante de bombeiro etc.

3.2 A identificação a partir do trabalho: como se vê o trabalhador rural?

3.3 A distinção entre os “bons” e os “maus” trabalhadores: os elementos determinantes da diferenciação

3.4 As marcas do trabalho no corpo, mente e espírito do trabalhador: a **saúde** e a **subjetividade** em questão

4. De pai (s) para filho

4.1 A iniciação no **trabalho duro**: treino que é do corpo e do espírito (antropoprodução)

4.2 O trabalho doméstico

4.3 *A difícil tarefa de conciliar trabalho e estudo: o eito como **destino***

4.4 *Trabalho, consumo e vida adulta: quais caminhos percorrer?*

4.5 *Sentidos da migração: para onde e por que ir?*

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE DO BRASIL

PRIORIDADES E LINHAS DE AÇÃO

A busca por uma trajetória de desenvolvimento social e econômico que ofereça condições de vida dignas e mais equânimes, ao lado da ampliação dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, são condições indispensáveis, embora não suficientes, para a garantia de trabalho decente para a população trabalhadora, inclusive a camada juvenil (OIT, 2009; Gonzales, 2009; Pochmann, 2000; Tokman, 2003). A análise anteriormente apresentada indica que as dificuldades dos e das jovens no mercado de trabalho permanecem, mesmo em conjunturas sociais e econômicas mais favoráveis.

Simultaneamente, em que pesem as persistentes desigualdades e os desafios no campo educacional, ao aumento dos níveis de escolarização, especialmente das gerações mais jovens, não correspondeu uma crescente possibilidade de absorção pelo mercado de trabalho de parcela da população economicamente ativa, particularmente a juvenil. Aqui há que considerar tanto os ainda insuficientes níveis de escolaridade, quanto a baixa qualidade do sistema educacional brasileiro. Com isso, uma estratégia de promoção de trabalho decente para a juventude exige a combinação de ações do lado da oferta e do lado da demanda do mercado de trabalho, em sintonia com as peculiaridades deste momento do ciclo da vida. Esta estratégia também exige considerar os jovens como sujeitos de direitos, respeitando suas escolhas em diferentes esferas do social e, particularmente no caso desta Agenda, oferecendo-lhes apoio em suas escolhas educativas e profissionais.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar a heterogeneidade e as desigualdades que marcam a juventude, especialmente por conta das dimensões de gênero, sexo, raça, classe social e região de moradia, especialmente aos moradores da zona rural. Ao Governo Federal cabe o papel de articular, implantar e avaliar a concretização desta Agenda, envolvendo diferentes setores do próprio governo, dos governos estaduais e municipais, entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais e organizações juvenis.

Tendo como ponto de partida os referidos pressupostos, considerando-se o diagnóstico da condição juvenil apresentado na primeira parte do presente texto, bem como as ações no âmbito federal analisadas na segunda parte, e dialogando ainda com as indicações inicialmente estabelecidas pelo Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude, são propostas quatro prioridades para uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude:

1) MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO: elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade, melhor ensino médio profissionalizante e tecnológico, ampliação do acesso ao ensino superior, mais e melhor acesso ao patrimônio cultural brasileiro; implementação de políticas públicas para garantir a observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho conforme legislação brasileira vigente, e implementação da política pública de educação do, no e para o campo.

2) CONCILIAÇÃO DE ESTUDOS, TRABALHO E VIDA FAMILIAR: ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para os/as jovens trabalhadores e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração social.

3) INSERÇÃO ATIVA E DIGNA NO MUNDO DO TRABALHO: mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os/as jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades: a) ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo; b) melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes”; c) geração de trabalho e renda através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo.

4) DIÁLOGO SOCIAL: ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas.

Os tópicos seguintes apresentam uma série de linhas de ação e possíveis programas sugeridos em relação a cada uma das quatro prioridades.

3.1 Prioridade 1: Mais e melhor educação

O aumento dos anos de escolaridade entre as gerações mais jovens é a mudança mais evidente no âmbito da educação brasileira nos últimos anos. Todavia, persistem desigualdades no acesso à educação quando consideradas as diferentes faixas de renda, a condição de cor/raça, a região de moradia, as relações de gênero. Tais clivagens somam-se aos desafios da qualidade de ensino, que reverberam em discussões sobre os conteúdos ensinados, a formação e remuneração dos professores, as condições de infraestrutura e gestão escolar, os investimentos públicos realizados, para além das expectativas e possibilidades oferecidas a partir dos olhares de educadores e de alunos.

Dada a intensa presença do trabalho na vida da juventude brasileira, a qualidade do ensino também significa uma maior aproximação da educação em relação ao universo do trabalho. Além de construir condições efetivas para que o/a jovem trabalhador/a possa nela ingressar e permanecer, é preciso uma escola que contribua para que estes/as jovens construam ou modifiquem seus caminhos profissionais, incluindo a escolha de áreas de atuação no mercado de trabalho e a busca pela qualificação necessária, em nível técnico ou em nível superior, articulando a dimensão da continuidade dos estudos e da sua preparação para o ingresso no trabalho.

No âmbito da qualificação profissional, ainda que sejam importantes iniciativas que proporcionem melhores oportunidades a jovens pertencentes a famílias de baixa renda, tais como o ProJovem, as recomendações do Conjuve (2006) enfatizam a necessidade de priorizar a ampliação dos estabelecimentos de ensino profissionalizantes e de estímulo à educação profissional e tecnológica/técnica. Dado que a Agenda também contemplará adolescentes a partir dos 15 anos, cabe a urgente necessidade de garantir a aplicação da legislação sobre aprendizagem e a prática do estágio.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude deve prestar especial atenção ao impacto dos avanços tecnológicos. Uma análise exploratória realizada pelo SENAI (2002), ressalta que as mudanças daí decorrentes envolvem,

entre outros aspectos, novos conteúdos, condições e requisitos de trabalho, e contribuíram para o surgimento de oportunidades e novas ocupações que estão apresentando crescimento de demanda, ou passando por profundas transformações, e representam novos horizontes para a juventude brasileira.

Dado que a Agenda também contemplará adolescentes a partir de 15 anos, cabe a urgente necessidade de garantir a aplicação da legislação sobre aprendizagem e a prática do estágio.

Linhas de ação e programas sugeridos:

1. Ampliar o acesso e promover a melhoria da qualidade da educação, com a permanência e progressão dos adolescentes e jovens no ensino fundamental, médio e superior.

a. Para adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita até meio salário mínimo, garantir a concessão de uma bolsa de estudos diretamente ao/á jovem até a conclusão do ensino, atrelada à frequência escolar e à progressão;

b. Fomentar políticas de assistência aos/às estudantes que garantam direito ao transporte gratuito e alimentação;

c. Investir na melhoria de qualidade em todos os níveis, com valorização dos profissionais em educação, instalações adequadas e integração com as políticas públicas voltadas para a juventude;

d. Ampliar a oferta de vagas no ensino público superior, com melhor qualidade e uma adequada distribuição regional em todo território brasileiro e condições de acesso vinculadas à progressiva redução das desigualdades socioeconômicas no país;

e. Para jovens de baixa renda, afro-descendentes e jovens com deficiência, ampliar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior através de uma política nacional de assistência estudantil e demais ações afirmativas.

f. Para jovens com deficiência, garantir a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, promovendo a acessibilidade nas escolas, a capacitação de professores e implementando sala de recursos multifuncionais, entre outras iniciativas, nas classes comuns do ensino médio regular.

g. Para jovens rurais e comunidades tradicionais, ampliar o acesso e a melhoria da qualidade da educação nos diferentes níveis, garantindo uma estrutura escolar que seja constituída levando em consideração as distintas realidades do meio rural no Brasil, tendo em vista os aspectos sociais, regionais, étnicos e culturais.

h. Erradicação do analfabetismo entre os jovens rurais, com garantia de seu ingresso nos demais níveis de ensino;

i. Valorização da carreira dos profissionais do, no e para o campo, a partir do ingresso por concurso público, da criação de plano de carreira, cargos e salários específicos para os profissionais de educação que trabalham nas escolas do campo, estimulando sua permanência na carreira e na educação do campo, assegurando benefícios de moradia nas comunidades rurais;

j. Garantia de educação básica, técnica e profissionalizante com infraestrutura adequada nas escolas do, no e para campo;

k. Garantia de transporte público (intra-campo) de qualidade para os/as jovens estudantes, facilitando o seu acesso às escolas no meio rural;

l. Garantir a interiorização de instituições do ensino superior, com cursos e metodologias voltadas às realidades da agricultura familiar e camponesa garantindo o acesso dos/as jovens rurais¹² a essas instituições;

m. Promover programas de políticas públicas que capacitem e potencializem a criação artística e cultural da juventude rural;

n. Incentivar o ensino e o aprendizado de línguas estrangeiras, especialmente as mais utilizadas no trabalho, bem como as tecnologias da informação.

2. Promover e qualificar a maior aproximação entre o mundo do trabalho e a educação

a. Implementar atividades de orientação para o mundo do trabalho junto ao ensino médio e superior;

b. Disponibilizar aos/às jovens diferentes atividades de preparação para o mercado de trabalho, com variedade de experiências e aprendizados;

c. Levar os serviços dos Centros Públicos de Emprego Trabalho e Renda ou postos do SINE a rede de ensino médio e às universidades;

d. Promover serviços de orientação para processos seletivos no âmbito dos Centros Públicos de Emprego Trabalho e Renda ou postos do SINE nos respectivos territórios;

e. Incorporar o tema do trabalho decente e uma perspectiva de formação integral nos projetos políticos pedagógicos e curriculares das escolas de ensino médio, técnico, tecnológico, profissionalizante (formação inicial e continuada) e superior, bem como das que atuam pela metodologia da alternância e em projetos e programas dirigidos aos jovens nas áreas urbanas e rurais;

f. Divulgar a legislação referente à aprendizagem e ao estágio, publicizando as responsabilidades e obrigações da escola e dos empregadores e os direitos dos/as estudantes contratados/as;

g. Organizar um amplo debate com base nas diretrizes traçadas pelo Plano Nacional de Aprendizagem construídas no âmbito do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional;

h. Aproximar a escola e as universidades das realidades e necessidades da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas através de pesquisa, programas de estágio e intercâmbio.

3. Fortalecer o sistema público de educação profissional e tecnológica com qualidade

a. Elevar investimentos e ampliar vagas nas escolas profissionalizantes e técnicas, nas esferas federal, estadual, municipal ou intermunicipal;

b. Vincular programas gratuitos específicos para a educação profissional de jovens às políticas afirmativas de redução das desigualdades de gênero e de cor/raça, bem como às políticas federais, estaduais e municipais de transferência de renda para famílias em condição de pobreza no meio urbano e rural;

c. Ampliar abrangência de programas específicos para a educação profissional para jovens rurais e comunidades tradicionais;

d. Consolidar, nos programas de educação profissional, as experiências adquiridas;

e. Desenhar programas específicos de educação profissional e técnica para os/as jovens de áreas rurais e urbanas, em sintonia com as condições de curto

prazo das respectivas condições sociais e econômicas locais ou regionais, assim como as trajetórias planejadas para o médio e longo prazos.

f. Articular a inserção de jovens aos programas de fortalecimento dos arranjos produtivos e culturais locais/regionais em cada território;

g. Promover consórcios públicos intermunicipais focados no investimento em educação técnica e profissionalizante;

h. Aprimorar mecanismos que vinculem o aumento dos níveis de escolarização, a formação cultural, a educação profissional e o acesso ao trabalho.

i. Para os/as jovens de baixa renda, os/as jovens, com deficiência e os/as afrodescendentes, ampliar as possibilidades de acesso e permanência no sistema de educação profissional e tecnológica. inclusive por meio de ações afirmativas

4) Ampliar o acesso às tecnologias de informação e comunicação

a. Ampliar a política nacional de inclusão digital universal, com destaque para os/as jovens rurais e comunidades tradicionais, respeitando-se as especificidades sociais, regionais, étnicas e culturais,

b. Estimular e promover as formas de acesso público e gratuito aos serviços de banda larga, com ênfase nas escolas e comunidades;

c. Incorporar conteúdos de introdução às tecnologias de informação e comunicação aos currículos do ensino médio.

d. Criar programas específicos de formação em tecnologia da informação e comunicação.

5) Garantir condições de ingresso e/ou permanência das jovens grávidas ou mães no sistema educacional

a. Criar condições de infraestrutura física e institucional para a presença de alunas gestantes e/ou em situação de licença-maternidade e após licença-maternidade nas atividades escolares e profissionais;

b. Permitir a realização de atividades escolares regulares no domicílio das alunas gestantes e/ou em situação de licença-maternidade e após licença-maternidade;

c. Promover medidas de apoio ao retorno de jovens mães para o ambiente escolar, estimulando a conclusão do ensino médio, o acesso e a conclusão do ensino superior;

d. Promover medidas de apoio ao retorno de jovens mães ao mercado de trabalho, ou estimular formas alternativas para sua inserção ocupacional, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;

e. Ampliar possibilidades de apoio para jovens mães e pais para o cuidado infantil;

f. Ampliar a oferta de equipamentos públicos voltados para o compartilhamento do trabalho de cuidados com os filhos e filhas.

6) Fortalecer as políticas dirigidas à garantia da observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho conforme legislação brasileira vigente, a Convenção sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego, 1973 (nº 138) e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação imediata para sua Eliminação, 2000 (nº 182), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo Brasil respectivamente em 28/6/2001 e 12/09/2000.

a. Fortalecer a fiscalização dos contratos de estágio e de aprendizagem;

b. Ampliar as políticas de transferência de renda com condicionalidades relativas à educação para famílias com adolescentes na faixa etária estabelecida.

3.2. Prioridade 2: Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar

Os dados evidenciam uma ampliação do número de jovens que busca conciliar suas experiências no mundo do trabalho, sua escolarização e qualificação profissional. Educação e trabalho não são situações que se anulam na vida dos jovens, especialmente a partir dos 18 anos, onde de maneira mais intensa é possível perceber a busca por conciliar formação e experiência no mundo do trabalho. No entanto, não são poucas as dificuldades para esta conciliação, bem como para dedicação a outras atividades particularmente fundamentais neste momento do ciclo da vida, considerando a extensa, intensa e flexível jornada no mercado de trabalho brasileiro.

Este aspecto é ainda mais acentuado entre moças e rapazes que já possuem responsabilidades familiares, particularmente para jovens grávidas ou que já são mães.

Também são necessárias ações no interior das escolas, universidades e ambientes de trabalho na perspectiva de contribuir para que os e as jovens que

precisam ou desejam trabalhar possam fazê-lo sem prejuízos da elevação de sua escolaridade e qualificação profissional. Ao mesmo tempo, são importantes ações específicas na perspectiva de ampliar as chances de combinação do emprego, estudo e responsabilidades familiares.

Linhas de ação e programas sugeridos:

1) Compatibilização de jornadas de trabalho e permanência na escola

a. Induzir a organização de jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos/as jovens trabalhadores e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares;

b. Aplicar a Convenção 140 concernente à Licença Remunerada para Estudos, 1974 (n. 140) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 17/9/1992, que trata da concessão de licença remunerada aos trabalhadores/as para fins de estudos e qualificação profissional por tempo determinado;

c. Criar mecanismos de inibição de jornadas extraordinárias para jovens e estudantes, como horas extras e bancos de horas, mediante convenções ou acordos coletivos de trabalho;

d. Criar mecanismos que viabilizem jornadas de trabalho reduzidas para jovens;

e. Apoiar as possibilidades de inserção de jovens estudantes em oportunidades de trabalho próximas de suas residências e de suas escolas.

2) Ampliar as oportunidades para jovens de ambos os sexos compatibilizarem trabalho, estudos e vida familiar

a. Garantir a instalação de creches públicas em condições adequadas e de qualidade no interior ou em locais próximos a instituições escolares visando ao cuidado de filhos de jovens mães e pais trabalhadores/as e/ou estudantes;

b. Fiscalizar o cumprimento da lei 8.212-91 que garante a concessão do auxílio creche;

c. Fortalecer o debate de mecanismos e estratégias sobre a importância da ampliação das licenças maternidade e paternidade, mediante convenções e acordos coletivos de trabalho;

d. Garantir no local de trabalho a igualdade de oportunidades e tratamento aos trabalhadores/ as com responsabilidades familiares, sem prejuízo do cumprimento das respectivas obrigações.

3.3 Prioridade 3: Inserção ativa e digna no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades e de tratamento

Como ponto de partida, vale lembrar que parcelas expressivas da população juvenil estão inseridas na PEA brasileira, sendo bastante marcadas pelas situações de desemprego, subemprego e trabalho precário, além de constituírem um dos principais segmentos quando se analisa as diferentes formas de acesso e busca por empregos formais.

Mas além da dificuldade de conseguir um lugar no mercado de trabalho, os jovens também têm dificuldades para conseguir um bom lugar neste mercado. Do mesmo modo, é preciso considerar que, inclusive quando empregados no setor formal, os jovens estão sujeitos a piores condições de trabalho e aos mais baixos salários, o que se acentua significativamente entre jovens pertencentes a famílias de baixa renda, do sexo feminino, cor/raça negra, moradores de áreas metropolitanas mais pobres e de determinadas áreas rurais.

Nesse sentido, ao lado de ações que estimulem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, são fundamentais ações na perspectiva do trabalho decente, incluindo aquelas dirigidas à melhoria das suas condições de empregabilidade, tais como ações para elevação da escolaridade e estímulo à qualificação profissional. Além disso, faz-se necessário a busca de outras formas de geração de trabalho e renda, tais como empreendimentos da economia solidária e agricultura familiar. O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda também deve ser fortalecido, e em seu interior devem ser gestadas ações específicas dirigidas ao segmento juvenil.

Mais uma vez, cabe atenção especial à proteção social do adolescente, de forma a reduzir a sua necessidade de trabalhar.

Linhas de ação e programas sugeridos:

1. Programas de inserção juvenil no mercado formal de trabalho

a. Ampliar os níveis de investimento público, bem como as ações de desenvolvimento local e empresarial voltadas para a geração de novos empregos para jovens, incorporando a questão da sustentabilidade ambiental;

b. Incentivar o investimento privado, bem como incrementar as ações de desenvolvimento local e empresarial voltadas para a geração de novos empregos para jovens, observados os aspectos de competitividade e de sustentabilidade, inclusive a ambiental;

c. Estruturar os Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda e postos do SINE para o apoio à elevação das taxas de inserção juvenil em relação às vagas disponibilizadas nos diferentes territórios locais/regionais;

d. Apoiar o processo de busca por trabalho entre jovens, incluindo apoio para deslocamentos;

e. Articular as áreas de educação, cultura, esportes e turismo para programa de desenvolvimento de talentos esportivos e artísticos;

f. Articular a criação de novas oportunidades de emprego formal para os/as jovens às políticas e ações de desenvolvimento local, regional e nacional no curto e longo prazo, especialmente aquelas destinadas à redução das desigualdades inter-regionais, e estimular os setores portadores de futuro, bem como a o aproveitamento de empreendimentos excepcionais, como aqueles eventos esportivos internacionais programados (Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016);

g. Intensificar ações de fiscalização sobre as condições de trabalho dos/as jovens em diferentes territórios e formas de inserção ocupacional, visando reduzir até eliminar as situações incompatíveis com a Agenda Nacional do Trabalho Decente;

h. Ampliar e aperfeiçoar contratos de aprendizagem e dos estágios, monitorando o cumprimento da legislação;

i. Incentivar estratégias de inserção dos/as jovens por intermédio da capacitação para a cidadania e atividades na comunidade que também contribuam para o desenvolvimento local, em atividades associadas ao meio ambiente, cultura, turismo e pesquisas sociais;

j. Estimular a realização periódica de concursos públicos nas diferentes esferas da federação, bancos e demais empresas públicas, de acordo com as necessidades do Estado;

k. Realizar debate público e incentivar estudos sobre as causas da alta taxa de rotatividade de jovens no emprego, visando a elaboração de políticas públicas;

I. Articular as áreas de educação, cultura, esportes e turismo para programas de desenvolvimento de talentos esportivos e artísticos.

2. Melhoria das condições de trabalho dos/as jovens ocupados/as

a. Desenvolver ações voltadas à promoção de um ambiente de trabalho que possibilite ao/à jovem um aprendizado contínuo;

b. Avaliar as condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, considerando a sua adequação à faixa etária e sexo, com vistas à elaboração de políticas voltadas à sua melhoria;

c. Incentivar o aprofundamento de diagnósticos sobre condições geradoras de acidentes de trabalho e doenças profissionais, entre a juventude trabalhadora, incluindo a situação de trabalho dos/as aprendizes, visando a elaboração de políticas e ações voltadas para sua superação;

d. Monitorar a adequação das ocupações juvenis aos marcos legais vigentes, visando a uma maior inserção de jovens trabalhadores/as em condições inerentes à Agenda Nacional de Trabalho Decente;

e. Exercer ações de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho, jornada e salários dos/as jovens trabalhadores/as;

f. Sensibilizar e intensificar a fiscalização do trabalho e os/as profissionais de saúde para identificar e intervir precocemente, na perspectiva da juventude, nas situações de riscos e agravo;

g. Incentivar a participação da juventude nos processos de formação em saúde, segurança e meio ambiente nos locais de trabalho, organizado pelas CIPAS, e Serviços Especializados em Medicina e segurança no Trabalho (SESMET);

h. Promover ações para que, no âmbito da CIPA, seja concedida especial atenção aos aspectos relativos à saúde e segurança dos/as trabalhadores/as jovens;

i. Contemplar, nas diversas estratégias de comunicação voltadas para a prevenção de acidentes de trabalho, o direito dos/as jovens à informação sobre os riscos à sua integridade física e mental presentes no processo produtivo;

j. Promover ações para o funcionamento efetivo da rede pública de referência e contra-referência para diagnóstico, tratamento, reabilitação, reinserção social dos/as trabalhadores/as jovens vítimas de agravos relacionados ao trabalho;

k. Considerar o recorte de juventude e as especificidades do trabalho rural nas políticas públicas de saúde do trabalhador, buscando garantir que as ocupações exercidas pelos/as jovens rurais não ocasionem agravos à sua saúde, em especial o controle do uso de agrotóxicos (defensivos agrícola) e outras substâncias cancerígenas;

3. Garantir aos e às jovens rurais e comunidades tradicionais o acesso à terra e às políticas de desenvolvimento rural sustentável

a. Fortalecer a implementação de políticas públicas diferenciadas para a juventude rural, integradas às estratégias da reforma agrária, ampliando as condições e qualidade de vida para sua permanência no campo;

b. Fortalecer a inclusão da juventude rural, independente do seu estado civil, e com ênfase nas jovens rurais, nas políticas de Reforma Agrária;

c. Ampliar o acesso à terra da juventude rural, consolidando o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Nossa Primeira Terra (PNCF-NPT) como política pública de desenvolvimento rural sustentável;

d. Apoiar o jovem e a jovem rural para organização da produção familiar sustentável no campo, fomentando a capacidade de escoamento da produção e geração de trabalho e renda em condições dignas;

e. Estimular o desenvolvimento de programas de transferência de renda com condicionalidades voltadas à escolarização e qualificação profissional para jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados no período das entressafras;

f. Fomentar o acesso da juventude rural às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estimulando seu protagonismo, respeitando a diversidade e os interesses das comunidades rurais;

g. Estimular iniciativas que permitam condições de acesso e permanência de jovens trabalhadores rurais em atividades agrícolas e não agrícolas, fomentando a produção sustentável baseada na agroecologia, com tecnologias alternativas apropriadas à agricultura familiar;

h. Apoiar a inserção de jovens trabalhadores e trabalhadoras em iniciativas de turismo rural;

i. Fomentar ações de qualificação profissional da juventude rural, voltadas para a ampliação das suas oportunidades ocupacionais e inserção produtiva, na

perspectiva do desenvolvimento local sustentável e da inserção econômica e social das jovens mulheres;

j. Ampliar, diversificar e melhorar os programas públicos de crédito e subsídios às atividades dos/as jovens no espaço rural, como o PRONAF-JOVEM;

k. Fortalecer os programas e ações que garantam o acesso à documentação básica de identificação pessoal aos e às jovens rurais (certidão de nascimento, RG, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, Número de Identificação do Trabalhador NIT);

l. Estimular a inserção de técnicos/as e pesquisadores/as jovens comprovadamente capacitados/as nas atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao desenvolvimento social e tecnológico da agricultura brasileira;

m. Ampliar as oportunidades ocupacionais dos/as jovens, incentivando a criação de empregos na área da promoção, conservação e gestão ambiental no meio rural;

n. Estimular e aprimorar experiências de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, como alternativa de inserção produtiva de jovens.

4. Programas de apoio à economia popular e solidária

a. Apoiar empreendimentos da economia solidária e associativismo realizados por grupos de jovens em diferentes áreas, incluindo arte e cultura, esporte e turismo, nas zonas rurais e urbanas, através de incubadoras públicas de empreendimentos populares e solidários;

b. Estimular e fomentar a organização de cooperativas e associações formadas por jovens trabalhadores/as;

c. Apoio à inserção de empreendimentos juvenis em redes ou associações de suporte à economia popular e solidária;

d. Criar mecanismos para certificação dos produtos oriundos dos empreendimentos solidários juvenis e buscar inserção efetiva no comércio justo (fair trade);

e. Criar mecanismos de acesso à proteção social;

f. Fomentar incubadoras de negócios, com apoio da extensão universitária.

5. Programas de apoio ao associativismo e empreendedorismo

- a. Estimular a criação de empreendimentos e associações por parte de jovens, incluindo programas específicos de capacitação e suporte aos negócios;
- b. Difundir programas de apoio à capacitação de jovens para a gestão de empreendimentos e associações;
- c. Apoiar a criação de empresas de base tecnológica sob o comando de jovens pesquisadores/as e/ou empreendedores/as em incubadoras ou parques tecnológicos, com ênfase na gestão da inovação e no desenvolvimento de novos produtos e processos;
- d. Promover o trabalho decente de jovens a frente de empresas individuais (EI), microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP);

6. Igualdade de oportunidades e combate à discriminação

- a. Apoiar o ingresso dos/as jovens no mercado de trabalho, especialmente dos segmentos em condições de pobreza ou vulnerabilidade social, dos/as jovens negros/as e das jovens mulheres, em consonância com a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ);
- b. Monitorar e atuar sobre os fatores de rejeição dos/as jovens candidatos às vagas disponibilizadas, informadas pelas empresas e organismos empregadores ou pelos próprios candidatos, com especial atenção para discriminações de classe social, sexo, cor/ raça, orientação sexual e local de moradia;
- c. Reduzir o número de jovens que não estudam nem trabalham, promovendo a inserção e reinserção no sistema educacional e no mercado de trabalho de segmentos mais excluídos, como as jovens mulheres e a juventude negra, no âmbito rural e urbano;
- d. Promover estratégias e ações focadas na inserção de adolescentes e jovens egressos/as do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, respeitado a idade mínima para o trabalho e as condições de proteção do/a adolescente previstas no Estatuto da Criança e do adolescente (ECA);
- e. Criar programas específicos de inserção de jovens egressos/as do sistema penitenciário no mercado de trabalho, observando os marcos legais e a ANTDJ;
- f. Implementar programas e ações de combate à discriminação no trabalho, especialmente de jovens mulheres, negros, jovens com deficiência e LGBT;

g. Criar mecanismos que assegurem igualdade de oportunidades de acesso aos cursos de formação e qualificação profissional, com o intuito de romper as barreiras associadas aos estereótipos de ocupações *tipicamente masculinas* e *tipicamente femininas*;

h. Acompanhar os programas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com seus dados e metas desagregados por faixa etária, cor/raça e gênero, inclusive nos relatórios e demais informações de publicação periódica;

i. Adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades raciais, observando a Convenção 111 (Sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão), 1958 (nº 111), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 26/11/1965;

j. Estimular a fiscalização da situação de jovens imigrantes para garantir igualdade de oportunidade e de tratamento no mercado de trabalho brasileiro.

7. Ampliar a cobertura da rede de proteção social

a. Identificar as necessidades específicas da rede de proteção social para os/as trabalhadores/as jovens;

b. Incentivar o desenvolvimento de mecanismos de extensão da rede de proteção social para os/as trabalhadores/as jovens, buscando ampliar sua integração ao sistema nacional de seguridade social.

3.4 Prioridade 4: Diálogo Social – Juventude, Trabalho e Educação

Nesta prioridade destaca-se a organização de diferentes mecanismos de ampliação do diálogo social sobre a inserção juvenil no mundo do trabalho e a melhoria da qualidade da educação das gerações jovens como demandas essenciais ao projeto de desenvolvimento nacional no curto e no longo prazo.

Linhas de ação e programas sugeridos:

1) Ampliar o diálogo social sobre a condição juvenil no mundo do trabalho

a) Estimular e organizar a produção de conhecimento e informação sobre a situação dos/as jovens no mundo do trabalho, considerando as dimensões de gênero, raça e etnia;

b) Considerar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) como base de informações estratégicas para a avaliação e revisão de políticas públicas, bem como o desenho de novas iniciativas;

c) Promover e amplificar o debate sobre a situação dos/as jovens no mercado de trabalho, com a perspectiva de legitimar o direito ao trabalho às jovens gerações;

d) Estimular o envolvimento dos diferentes atores sociais (governos, sindicatos, representações empresariais, organizações da sociedade civil) para a melhoria das condições de trabalho e salário dos/as jovens e para a melhoria do acesso e da qualidade da educação dos segmentos juvenis;

e) Estimular a organização e participação de jovens trabalhadores/as e empregadores/as em atividades sindicais;

f) Divulgar os mecanismos existentes para denúncia de limitações para participação de jovens trabalhadores/as em atividades sindicais;

g) Fomentar políticas de formação cidadã, objetivando ampliar e qualificar a incidência dos/as jovens rurais nas instâncias de controle e participação social.

2) Qualificar a gestão e implantação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude

a) Promover a troca de conhecimento e informação sobre programas nacionais e internacionais de promoção do trabalho decente da juventude;

b) Estimular a participação de organizações juvenis no debate sobre a concretização da Agenda do Trabalho Decente e a melhoria da qualidade da educação e da qualificação profissional;

c) Estabelecer mecanismos institucionais de monitoramento da implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente da Juventude, com a participação de jovens trabalhadores/as e empregadores/as.

Publicação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria-Geral da Presidência da República (2010). O texto na íntegra está disponível em: